



////////////////////////////////////

# RELATÓRIO DE GESTÃO

//////////////////////////////////// 2021 //////////////////////////////////////



## ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE .....	1
I. NOTA INTRODUTÓRIA.....	6
II. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO .....	8
2.1. ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL.....	8
2.2. ECONOMIA EUROPEIA.....	8
2.3. ECONOMIA PORTUGUESA .....	9
III. ATIVIDADE INSTITUCIONAL.....	11
3.1. VISÃO ESTRATÉGICA CENTRAL.....	11
3.2. LINHAS ESTRATÉGICAS DE DESENVOLVIMENTO (LED'S) .....	11
3.2.1. LED 1: “EMPREGO E DESENVOLVIMENTO” .....	12
3.2.1.1. IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS GERADORAS DE EMPREGO.....	12
3.2.1.1.1. INVESTIR NOS RECURSOS HUMANOS.....	12
3.2.1.1.2. INTEGRAÇÃO DE JOVENS NO MERCADO LABORAL - PEPAL .....	13
3.2.1.2. REALIZAÇÃO E DINAMIZAÇÃO DE PROJETOS QUE POTENCIEM O DESENVOLVIMENTO .....	14
3.2.1.2.1. VIVEIRO DE EMPRESAS.....	14
3.2.1.2.2. VALORIZAÇÃO DA REDE VIÁRIA .....	15
3.2.1.2.3. VALORIZAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE DE FEIRAS .....	16
3.2.1.3. POLÍTICA GLOBAL NO PATRIMÓNIO, TURISMO, EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO .....	17
3.2.1.3.1. AQUISIÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE IMÓVEIS.....	17
3.2.1.3.2. EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CONCELHO .....	18
3.2.1.3.3. DINAMIZAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA .....	19
3.2.1.3.4. MELHORIA DA QUALIFICAÇÃO E DA EDUCAÇÃO .....	20
3.2.1.3.5. TRANSPORTES ESCOLARES .....	21
3.2.1.3.6. VALORIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E INICIATIVAS CULTURAIS .....	22
3.2.1.3.7. VALORIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS.....	23
3.2.2. LED 2: “APROFUNDAR A DEMOCRACIA” .....	24
3.2.2.1. VALORIZAÇÃO DA CIDADANIA .....	24
3.2.2.1.1. DINAMIZAÇÃO DO PORTAL WEB MUNICIPAL .....	24
3.2.2.2. PROMOÇÃO DA COOPERAÇÃO COM AS FREGUESIAS.....	25
3.2.2.2.1. DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E COOPERAÇÃO COM AS FREGUESIAS.....	25
3.2.2.3. ARTICULAÇÃO DE PROJETOS COM ASSOCIAÇÕES E COLETIVIDADES .....	26
3.2.2.3.1. PARCERIAS COM A CIMAC E OS MUNICÍPIOS DO ALENTEJO CENTRAL .....	26
3.2.2.3.2. APOIO AO ASSOCIATIVISMO .....	27
3.2.2.3.3. PROTEÇÃO CIVIL.....	28
3.2.3. LED 3: “JUSTIÇA SOCIAL” .....	29
3.2.3.1. PROMOÇÃO DA JUSTIÇA SOCIAL .....	29
3.2.3.1.1. PROJETOS NA ÁREA DA SAÚDE.....	29
3.2.3.1.2. APOIO A ESTUDANTES .....	30
3.2.3.2. PROMOÇÃO DO BEM-ESTAR.....	31
3.2.3.2.1. INVESTIR NOS ESPAÇOS VERDES.....	31
3.2.3.2.2. PROGRAMA JUVENTUDE EM MOVIMENTO.....	32
3.2.3.2.3. VALORIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE RECREIO E DE LAZER.....	33
3.2.3.3. VALORIZAÇÃO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL .....	34

3.2.3.3.1. PLANO DE AÇÃO INTEGRADO PARA AS COMUNIDADES DESFAVORECIDAS .....	34
3.2.3.3.2. PROGRAMAS DE EMPREGO APOIADO .....	35
3.2.4. LED 4: “PLANEAMENTO, ECOLOGIA E AMBIENTE” .....	36
3.2.4.1. CRIAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO E DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO .....	36
3.2.4.1.1. PLANOS MUNICIPAIS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO .....	36
3.2.4.1.2. PLANO ESTRATÉGICO DE HABITAÇÃO LOCAL .....	37
3.2.4.1.3. PLANO DE AÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA DE BORBA .....	38
3.2.4.2. ARTICULAÇÃO DE AÇÕES E MEDIDAS COM AS CONCESSIONÁRIAS .....	39
3.2.4.2.1. ARTICULAÇÃO DE AÇÕES E MEDIDAS EM PARCERIA COM AS CONCESSIONÁRIAS .....	39
3.2.4.3. IMPLEMENTAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS .....	40
3.2.4.3.1. REMODELAÇÃO DE REDES (AA/AR) E REQUALIFICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS (RU) .....	40
3.2.4.3.2. PROGRAMA SAPADORES FLORESTAIS .....	41
3.2.4.3.3. PARQUE DE MÁQUINAS E VIATURAS E FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS .....	42
3.2.4.3.4. INFRAESTRUTURAS, ILUMINAÇÃO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA .....	43
3.2.4.3.5. CENTRO DE RECOLHA OFICIAL DE ANIMAIS DE COMPANHIA .....	44
3.2.4.3.6. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS .....	45
IV. ANÁLISE FINANCEIRA .....	46
4.1. BALANÇO .....	46
4.1.1. EVOLUÇÃO DO ATIVO .....	46
4.1.2. EVOLUÇÃO DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO .....	47
4.1.3. EVOLUÇÃO DO PASSIVO .....	47
4.2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS .....	48
4.2.1. EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS .....	48
4.2.2. EVOLUÇÃO DOS GASTOS .....	49
4.2.2. EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS .....	50
4.3. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA .....	50
4.4. IMPACTOS FINANCEIROS DO COMBATE À PANDEMIA .....	51
4.5. INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS .....	53
4.5.1. LIQUIDEZ GERAL .....	54
4.5.2. LIQUIDEZ REDUZIDA .....	54
4.5.3. LIQUIDEZ IMEDIATA .....	55
4.5.4. PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS .....	56
4.5.5. RENTABILIDADE OPERACIONAL DO VOLUME DE NEGÓCIOS (ROVN) .....	57
4.5.6. RENTABILIDADE DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO (RPL) .....	57
4.5.7. RENTABILIDADE OPERACIONAL DO ATIVO (ROA) .....	58
4.5.8. AUTONOMIA FINANCEIRA .....	59
4.5.9. SOLVABILIDADE .....	59
4.5.10. ENDIVIDAMENTO .....	60
4.6. ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL .....	61
4.6.1. EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO .....	61
4.6.2. ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL POR MATURIDADE .....	61
4.6.3. DÍVIDA GLOBAL .....	62
V. ANÁLISE ORÇAMENTAL .....	63
5.1. EXECUÇÃO DA RECEITA .....	63
5.1.1. IMPOSTOS DIRETOS .....	64

5.1.2.TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES.....	65
5.1.3.RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE .....	65
5.1.4.TRANSFERÊNCIAS CORRENTES.....	66
5.1.5.VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES.....	66
5.1.6.OUTRAS RECEITAS CORRENTES .....	68
5.1.7.VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO .....	68
5.1.8.TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL .....	69
5.1.9.OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL .....	69
5.2. EXECUÇÃO DA DESPESA.....	70
5.2.1.DESPESAS COM PESSOAL .....	71
5.2.2.AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS .....	72
5.2.3.JUROS E OUTROS ENCARGOS .....	73
5.2.4.TRANSFERÊNCIAS CORRENTES.....	74
5.2.5.OUTRAS DESPESAS CORRENTES.....	74
5.2.6.AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL .....	75
5.2.7.ATIVOS FINANCEIROS.....	75
5.2.8.PASSIVOS FINANCEIROS.....	75
5.3. EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL .....	76
5.4. GRANDES OPÇÕES DO PLANO (GOP) .....	76
5.5. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (PPI) .....	78
5.6. ATIVIDADES MAIS RELEVANTES (AMR) .....	79
5.7. INDICADORES ORÇAMENTAIS.....	80
VI. LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO (LCPA) .....	81
VII. CONTABILIDADE DE GESTÃO .....	83
VIII.FACTOS OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO.....	88
IX. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS .....	89

## ÍNDICE DE MAPAS

MAPA 1 - INDICADORES ESTATÍSTICOS - CONJUNTURA NACIONAL (2018-2021) .....	10
MAPA 2 - INVESTIMENTO NOS RECURSOS HUMANOS - 2021.....	12
MAPA 3 - INTEGRAÇÃO DE JOVENS NO MERCADO LABORAL (PEPAL) - 2021 .....	13
MAPA 4 - VIVEIRO DE EMPRESAS - 2021.....	14
MAPA 5 - VALORIZAÇÃO DA REDE VIÁRIA - 2021 .....	15
MAPA 6 - VALORIZAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE DE FEIRAS - 2021.....	16
MAPA 7 - AQUISIÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE IMÓVEIS - 2021 .....	17
MAPA 8 - EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CONCELHO - 2021 .....	18
MAPA 9 - DINAMIZAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA - 2021 .....	19
MAPA 10 - MELHORIA DA QUALIFICAÇÃO E DA EDUCAÇÃO - 2021 .....	20
MAPA 11 - TRANSPORTES ESCOLARES - 2021.....	21
MAPA 12 - VALORIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E INICIATIVAS CULTURAIS - 2021.....	22
MAPA 13 - VALORIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS - 2021 .....	23
MAPA 14 - DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E COOPERAÇÃO COM AS FREGUESIAS - 2021 .....	25
MAPA 15 - PARCERIAS COM A CIMAC E OS MUNICÍPIOS DO ALENTEJO CENTRAL - 2021 .....	26
MAPA 16 - APOIO AO ASSOCIATIVISMO - 2021 .....	27
MAPA 17 - PROTEÇÃO CIVIL - 2021 .....	28
MAPA 18 - PROJETOS NA ÁREA DA SAÚDE- 2021 .....	29
MAPA 19 - APOIO A ESTUDANTES - 2021 .....	30
MAPA 20 - INVESTIR NOS ESPAÇOS VERDES - 2021 .....	31
MAPA 21 - PROGRAMA JUVENTUDE EM MOVIMENTO - 2021 .....	32
MAPA 22 - VALORIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE RECREIO E DE LAZER - 2021 .....	33
MAPA 23 - PAICD DE BORBA - 2021.....	34
MAPA 24 - PROGRAMAS DE EMPREGO APOIADO - 2021 .....	35
MAPA 25 - PLANOS MUNICIPAIS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO - 2021 .....	36
MAPA 26 - PLANO ESTRATÉGICO DE HABITAÇÃO LOCAL - 2021.....	37
MAPA 27 - PLANO DE AÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA DE BORBA - 2021.....	38
MAPA 28 - ARTICULAÇÃO DE AÇÕES E MEDIDAS EM PARCERIA COM AS CONCESSIONÁRIAS - 2021 .....	39
MAPA 29 - REMODELAÇÃO DAS REDES (AA/AR) E REQUALIFICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS (RU) - 2021 .....	40
MAPA 30 - PROGRAMA SAPADORES FLORESTAIS - 2021 .....	41
MAPA 31 - PARQUE DE MÁQUINAS E VIATURAS E FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS - 2021 .....	42
MAPA 32 - INFRAESTRUTURAS, ILUMINAÇÃO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - 2021.....	43
MAPA 33 - CENTRO DE RECOLHA OFICIAL DE ANIMAIS DE COMPANHIA - 2021.....	44
MAPA 34 - ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS - 2021 .....	45
MAPA 35 - EVOLUÇÃO DO ATIVO - 2020/2021 .....	46
MAPA 36 - EVOLUÇÃO DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO - 2020/2021 .....	47
MAPA 37 - EVOLUÇÃO DO PASSIVO - 2020/2021 .....	47
MAPA 38 - EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS - 2020/2021.....	48
MAPA 39 - EVOLUÇÃO DOS GASTOS - 2020/2021.....	49
MAPA 40 - EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS - 2020/2021.....	50
MAPA 41 - RESUMO DE DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA - 2020/2021 .....	50
MAPA 42 - DESPESAS NO COMBATE À PANDEMIA - COVID-19.....	51
MAPA 43 - IMPACTO FINANCEIRO DO COMBATE À PANDEMIA - COVID-19.....	52
MAPA 44 - INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS.....	53
MAPA 45 - APURAMENTO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS - 2020/2021 .....	56

MAPA 46 - EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO - 2020/2021 .....	61
MAPA 47 - ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL POR MATURIDADE - 2020/2021 .....	61
MAPA 48 - DÍVIDA GLOBAL - 2020/2021 .....	62
MAPA 49 - EXECUÇÃO DA RECEITA - 2021 .....	63
MAPA 50 - IMPOSTOS DIRETOS - 2020/2021 .....	64
MAPA 51 - TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES - 2020/2021 .....	65
MAPA 52 - RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE - 2020/2021 .....	65
MAPA 53 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES - 2020/2021 .....	66
MAPA 54 - VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES - 2020/2021 .....	67
MAPA 55 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES - 2020/2021 .....	68
MAPA 56 - VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO - 2021 .....	68
MAPA 57 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL - 2020/2021 .....	69
MAPA 58 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL - 2020/2021 .....	69
MAPA 59 - EXECUÇÃO DA DESPESA - 2021 .....	70
MAPA 60 - DESPESAS COM PESSOAL - 2020/2021 .....	71
MAPA 61 - AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES - 2020/2021 .....	72
MAPA 62 - JUROS E OUTROS ENCARGOS - 2020/2021 .....	73
MAPA 63 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES - 2020/2021 .....	74
MAPA 64 - AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL - 2020/2021 .....	75
MAPA 65 - PASSIVOS FINANCEIROS - 2020/2021 .....	75
MAPA 66 - EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL - 2021 .....	76
MAPA 67 - PREVISÃO VS EXECUÇÃO DAS GOP - 2021 .....	77
MAPA 68 - EXECUÇÃO DO PPI - 2021 .....	78
MAPA 69 - EXECUÇÃO DAS AMR - 2021 .....	79
MAPA 70 - INDICADORES ORÇAMENTAIS - 2020/2021 .....	80
MAPA 71 - REDUÇÃO DOS PAGAMENTOS EM ATRASO - 2021 .....	82
MAPA 72 - CUSTOS POR CENTRO DE CUSTO - 2020/2021 .....	83
MAPA 73 - EXECUÇÃO DAS GOP POR FUNÇÃO 2020/2021 .....	87

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - LIQUIDEZ GERAL - 2019/2021 .....	54
GRÁFICO 2 - LIQUIDEZ REDUZIDA - 2019/2021 .....	55
GRÁFICO 3 - LIQUIDEZ IMEDIATA - 2019/2021 .....	55
GRÁFICO 4 - PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS - 2015/2021 .....	56
GRÁFICO 5 - RENTABILIDADE OPERACIONAL DO VOLUME DE NEGÓCIOS - 2019/2021 .....	57
GRÁFICO 6 - RENTABILIDADE DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO - 2019/2021 .....	58
GRÁFICO 7 - RENTABILIDADE OPERACIONAL DO ATIVO - 2019/2021 .....	58
GRÁFICO 8 - AUTONOMIA FINANCEIRA - 2019/2021 .....	59
GRÁFICO 9 - SOLVABILIDADE - 2019/2021 .....	60
GRÁFICO 10 - ENDIVIDAMENTO - 2019/2021 .....	60
GRÁFICO 11 - REPARTIÇÃO DA RECEITA - 2021 .....	64
GRÁFICO 12 - REPARTIÇÃO DA DESPESA - 2021 .....	71
GRÁFICO 13 - GRANDES OPÇÕES DO PLANO - 2021 .....	76
GRÁFICO 14 - PREVISÃO VS EXECUÇÃO DAS GOP - 2021 .....	77
GRÁFICO 15 - FUNDOS DISPONÍVEIS - 2021 .....	81

## MENSAGEM DO PRESIDENTE

O “Relatório de gestão e os documentos de prestação de contas de 2021”, que se apresentam demonstram o posicionamento atual do Município, bem como os novos desafios que se lhe colocam pela frente nos próximos anos.

Assente na premissa “Borba faz bem!”, a linha de atuação do Executivo, explanada nas “Opções do Plano 2021-2025 e no Orçamento Municipal 2021” assentou em quatro pilares estratégicos definidos pelo Executivo:

- a) *Emprego e desenvolvimento* - Assumindo como finalidades principais a implementação de medidas geradoras de emprego, a realização e dinamização de projetos que potenciem o desenvolvimento do concelho, individualmente e através de parcerias e a concretização de uma política global nas áreas do património, do turismo, da educação, da cultura e do desporto.
- b) *Aprofundamento da democracia* - Tendo como finalidades principais a valorização da cidadania e a participação de todos os grupos e faixas etárias na vida da comunidade, a promoção da cooperação com as Freguesias e a articulação com as associações e coletividades do concelho.
- c) *Justiça social* - Comprometendo-nos com a promoção da justiça social, com o apoio aos mais necessitados, a promoção do bem-estar e a valorização de políticas de inclusão social, enquanto forma de atenuar as desigualdades entre as pessoas, e onde o trabalho efetuado pela Rede Social de Borba muito tem contribuído com as atividades desenvolvidas e o apoio prestados aos mais carenciados.
- d) *Planeamento, ecologia e ambiente* - Tendo como objetivos principais a criação de instrumentos de planeamento e de ordenamento do território e a articulação de medidas com as concessionárias de abastecimento de água, saneamento e tratamento de resíduos, de forma a procurar resolver os maiores problemas ambientais que assolam o concelho e de forma a gerar poupanças que permitam definir e aplicar preços, taxas e tarifas socialmente responsáveis e geradoras de ganhos de eficiência, através da implementação de boas práticas ambientais.

Ao nível orçamental, no ano de 2021, o Município cobrou receitas, em montante superior a 9,2 milhões de EUR<sup>1</sup> (execução orçamental superior a 91%) e pagou despesas em montante próximo de 8,7 milhões de EUR (execução orçamental superior a 88%), o que demonstra, pelas elevadas taxas de execução orçamental alcançadas, que o Município aprovou “Documentos previsionais”, de acordo com as suas reais capacidades de execução.

A “Dívida total orçamental” do Município (definida pelo RFALEI<sup>2</sup>), no início de 2021, assumia um montante próximo dos 6,2 milhões de EUR, a qual diminuiu durante o ano em montante próximo dos 600.000 EUR, importando assim, no final de 2021, em 5,6 milhões de EUR.

**1** Código ISO, para uso do substantivo “euros”, de acordo com as regras de escrita das referências monetárias (Ponto 7.3.3. do Código de Redação Interinstitucional da Comissão Europeia).

**2** Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (com Retificação n.º 46-B/2013, de 1 de novembro), alterada pela Lei n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, pela Lei n.º 132/2015, de 4 de setembro, pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março (com Retificação n.º 10/2016, de 25 de maio), pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto (com a Retificação n.º 35-A/2018, de 12 de outubro) e pela Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro.

Ao longo do ano foi nossa intenção aproveitar as oportunidades de cofinanciamento do “Portugal 2020”<sup>3</sup>, do PRR<sup>4</sup> e de outros programas de apoio existentes, com vista a impulsionar a reabilitação urbana, conservar o património histórico, marcar novas centralidades, incrementar novas dinâmicas empresariais, valorizar os recursos endógenos, promover a coesão social e a inclusão, incrementar o emprego, combater as tendências de abandono escolar precoce, valorizar os equipamentos municipais, criar dinâmicas em rede que fortaleçam novas vertentes turísticas, em articulação com outros atores no território.

Para o efeito, ao longo dos últimos tempos, submetemos um conjunto significativo de candidaturas que importa agora continuar a executar e encerrar, de onde destacamos:

- Ao nível do **“Plano de Ação de Reabilitação Urbana de Borba”**, no Eixo Prioritário da “Coesão Social e Inclusão”:
  - **“Reabilitação do Celeiro da Cultura”**, operação em execução, com investimento superior a 275.500 EUR e cofinanciamento de 85%;
  - **“Reabilitação do Adarve da Muralha do Castelo de Borba e a Criação de um Centro de Artes e Ofícios”**, operação finalizada, com investimento elegível superior a 150.000 EUR e cofinanciamento de 85%;
  - **“Requalificação do Edifício para criação do Museu de Borba e Enoteca”**, operação aprovada, com investimento elegível próximo dos 260.000 EUR e cofinanciamento de 85%;
  - **“Requalificação de Espaço para instalação do Museu do Brinquedo”**, operação aprovada, com investimento elegível próximo dos 120.000 EUR e cofinanciamento de 85%;
  - **“Centro de Interpretação da Guerra da Restauração”**, operação aprovada, com investimento elegível superior a 220.000 EUR e cofinanciamento de 85%;
- Ao nível do **“Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas de Borba”**, no Eixo Prioritário da “Coesão Social e Inclusão”:
  - **“Casa Social de Borba (Casa de Acolhimento Temporário)”**, operação em execução, com investimento elegível próximo dos 120.000 EUR e cofinanciamento de 85%;
  - **“Reabilitação da Habitação Social - Bairro do Chalé”** operação aprovada, com investimento na ordem dos 150.000 EUR e cofinanciamento de 85%.
- Ao nível do **“Programa Operacional Inclusão Social e Emprego”**, no Eixo Prioritário do “Ensino e qualificação do capital humano”:
  - **“Projeto de Mediadores Municipais e Interculturais”**, operação aprovada, com investimento próximo dos 165.000 EUR.
- Ao nível do **“Programa de Estágios Profissionais na Administração Local”**, por via do Programa Operacional Regional do Alentejo, no Eixo Prioritário do “Emprego e valorização económica do recurso endógeno”:

**3 Acordo de parceria adotado entre Portugal e a Comissão Europeia**, que reúne a atuação dos 5 Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEDER, Fundo de Coesão, FSE, FEADER e FEAMP), no qual se definem os princípios de programação que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial para promover, em Portugal, entre 2014 e 2020.

**4 Plano de Recuperação e Resiliência**, que se afirma como um programa de aplicação nacional, com um período de execução até 2026, que visa implementar um conjunto de reformas e investimentos destinados a repor o crescimento económico sustentado, após a pandemia, reforçando o objetivo de convergência com a Europa ao longo da próxima década.

- **“Integração de jovens e/ou adultos no mercado laboral - PEPAL”**, para desenvolvimento de 3 estágios no Município, operação finalizada, com investimento elegível próximo dos 30.000 EUR e cofinanciamento de 85%.
- Ao nível do **“Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIMAC”**, por via do Programa Operacional Regional do Alentejo:
  - **“Viveiros de Empresas”**, no Eixo Prioritário do “Emprego e Valorização Económica de Recurso Endógeno”, operação submetida, com investimento na ordem dos 100.000 EUR e cofinanciamento de 85%;
  - **“Planos integrados e inovadores de combate ao insucesso escolar”**, operação finalizada, com investimento elegível de 160.000 EUR e cofinanciamento de 85%;
  - **“Modernização dos Recursos TIC no Pré-escolar e 1.º Ciclo das Escolas de Rio de Moinhos e Orada”**, operação em execução, com investimento superior a 32.500 EUR e cofinanciamento de 85%.
- Ao nível do **“Programa Operacional Regional do Alentejo”**, para atratividade das Infraestruturas de apoio à atividade empresarial, no Eixo Prioritário da “Competitividade e Internacionalização das PME”:
  - **“Pólo Industrial e de Apoio à Agricultura da Orada”**, operação finalizada, com investimento elegível próximo dos 320.000 EUR e cofinanciamento de 85%.
- Ao nível do **“Programa Nacional para a Coesão Territorial”**, no âmbito do “Programa de Beneficiação de Equipamentos Municipais”:
  - **“Valorização do Polidesportivo de Rio de Moinhos”**, operação finalizada, com investimento próximo dos 175.000 EUR e comparticipação financeira na ordem dos 50.000 EUR.
- Ao nível do **“Programa Valorizar”**, no âmbito da “Linha de Apoio à Valorização Turística do Interior”:
  - **“Criação de Centro de *Cycling*”** em Rio de Moinhos, operação finalizada, no âmbito da “Rede Integrada de Centros de *Cycling* do Alentejo e Ribatejo”, com investimento elegível superior a 82.000 EUR e incentivo de 90%;
  - **“Área de Serviço de Autocaravanas de Borba”**, operação aprovada no âmbito da “Rede de Apoio ao Autocaravanismo no Alentejo e Ribatejo”, com investimento superior a 150.000 EUR e incentivo de 70%.
- Ao nível do **“Programa de Apoio à Mobilidade Elétrica na Administração Pública”**, com recurso ao Fundo Ambiental:
  - **“Aquisição de quadriciclo elétrico e carregador semirrápido”**, destinado aos serviços de ambiente e limpeza urbana, operação aprovada, com investimento superior a 38.500 EUR;
  - **“Aquisição de viatura elétrica ligeira de passageiros e carregador semirrápido”**, destinada aos serviços, operação aprovada, com investimento superior a 42.000 EUR.

Apesar do elevado número de candidaturas em que o Município se encontra envolvido, nunca foram esquecidas as **parcerias, cooperações e colaborações**, com vista ao desenvolvimento do Concelho, para permitir:

- A “**Construção o novo Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana**”, através de Contrato de Cooperação Interadministrativo, celebrado com a Secretária-geral da Administração Interna e a Guarda Nacional Republicana, aprovado pela Câmara Municipal, que permitirá remodelar e adaptar o edifício da antiga Escola Primária de Borba, de modo a dotar as forças de segurança do Concelho de condições adequadas à realização da sua missão, num investimento na ordem dos 973.500 EUR, por contrapartida de verbas PIDDAC;
- A “**Recuperação da Ermida de São Miguel**”, através de Protocolo de Parceria, celebrado com a Associação de Moradores da Horta do Picadeiro, aprovado pela Câmara Municipal de Borba, num investimento elegível próximo dos 72.500 EUR, cofinanciado por fundos comunitários e apoio do Município, para contrapartida nacional e outros investimentos, em montante próximo dos 17.000 EUR;
- As “**Obras de recuperação e restauro do Arcaz, Moldura, Sacrário e Altar Mor da Igreja do Senhor Jesus dos Aflitos**”, através de Protocolo de Parceria, celebrado com a Irmandade do Senhor Jesus dos Aflitos da Cidade de Borba, aprovado pela Câmara Municipal de Borba, num investimento elegível total superior a 16.000 EUR, cofinanciado a 85% por fundos comunitários e contrapartida pública nacional suportada pelo Município, em montante próximo dos 2.500 EUR;
- As “**Obras de recuperação da Igreja de São Bartolomeu - 1.ª Fase - Recuperação de Azulejos**”, através de Protocolo de Parceria, celebrado com a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de São Bartolomeu (Borba), aprovado pela Câmara Municipal de Borba, num investimento cofinanciado por fundos comunitários e contrapartida pública nacional suportada pelo Município, em montante máximo de 15.000 EUR;
- A “**Substituição do relvado sintético do campo de futebol do Parque Desportivo de Borba**”, com apoio do Programa de Reabilitação de Infraestruturas Desportivas à candidatura do Sport Clube Borbense no montante de 43.000 EUR e contrapartida pública nacional suportada pelo Município, em montante próximo dos 190.000 EUR;
- A “**Substituição do pavimento do Polidesportivo de Rio de Moinhos**”, com apoio do Programa de Reabilitação de Infraestruturas Desportivas à candidatura do Grupo Desportivo e Cultural de Rio de Moinhos no montante de 20.500 EUR e contrapartida pública nacional a suportar pelo Município, em montante previsto como próximo dos 20.000 EUR;

Independentemente dos desafios respeitantes a projetos que temos para desenvolver no Concelho importa ainda entender que as nossas ações, nos últimos tempos, têm estado focadas no surto do novo coronavírus SARS-CoV-2 Covid-19 que originou a doença Covid-19 e que foi classificado como pandemia pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020, afetando também Portugal, onde foi declarado o primeiro Estado de Emergência, em 18 de março de 2020.

Esta pandemia tem apresentado um impacto social e económico muito significativo, gerando um elevado grau de incerteza em todas as entidades e particulares, pelo que as implicações no relato financeiro do Município podem também vir a ser muito significativas, embora sem que a continuidade possa estar em causa, bem pelo contrário como ao longo do presente documento se procura demonstrar.

Para dar resposta ao combate à pandemia, o Município sentiu-se na obrigação de desenvolver e implementar um conjunto de medidas, com vista a tentar mitigar os efeitos da mesma, dentro das responsabilidades que nos estão adstritas, como se demonstra no presente documento.

No entanto, apesar das medidas implementadas pelo Município para lidar com a pandemia decorrente do novo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença Covid-19, continuaremos a efetuar uma monitorização regular e objetiva, com vista a continuar a ser dada resposta às necessidades mais emergentes, sempre que tal se afigure possível, uma vez que o nosso foco principal é o Concelho.

Por fim, e não menos importante, devo referir que, à data da presente mensagem, se encontra a decorrer, à cerca de um mês, a Guerra na Ucrânia, por invasão daquele país pelo exército russo, não se sabendo ainda até que ponto esta guerra se alastrará para outros países e que consequências a mesma trará para o atual mundo que conhecemos.

Assim, ao longo de 2021, continuámos a investir nas Pessoas, nos Trabalhadores do Município, nas Freguesias, nos apoios ao Associativismo, à Corporação de Bombeiros Voluntários, às Forças de Segurança, aos Estudantes, às Famílias mais carenciadas e a todos quantos as nossas competências nos permitiram e do Município necessitaram, porque estivemos ao lado dos borbenses, de forma solidária e ativa, prosseguindo políticas de proximidade que procuraram salvaguardar os interesses da comunidade.

Por fim, volto a expressar que vamos continuar a procurar garantir aos borbenses, apesar dos escassos recursos do Município, uma gestão rigorosa e eficiente dos meios disponíveis, privilegiando a transparência na gestão do erário público para a melhoria das condições de vida da população e o desenvolvimento integrado de todo o Concelho!

**Borba faz bem!**

Borba, 21 de março de 2022

O Presidente da Câmara Municipal



(António José Lopes Anselmo)

## I. NOTA INTRODUTÓRIA

A reforma da contabilidade e contas públicas surge no contexto da necessidade de revisão do modelo de gestão das finanças públicas, visando colmatar um conjunto de fragilidades do anterior modelo.

A publicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP<sup>5</sup>) e da nova Lei de Enquadramento Orçamental (LEO<sup>6</sup>) abriram caminho, com vista à reforma da gestão pública.

O novo SNC-AP visa promover a harmonização contabilística, fomentando o alinhamento entre a contabilidade pública e as contas nacionais, uniformizar procedimentos, melhorar a transparência das contas públicas, contribuir para a satisfação das necessidades dos utilizadores da informação e relato orçamental e financeiro das entidades públicas.

Este conjunto de normas integrantes do novo normativo representa um importante modelo de normalização contabilística, implicando alterações profundas na contabilidade pública.

O Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, referia que durante o ano de 2016 todas as entidades públicas deviam assegurar as condições e tomar as decisões necessárias para a transição para o SNC-AP, no entanto os vários adiamentos levaram ao atraso deste processo, pelo que só no ano de 2020 se avançou efetivamente com a sua aplicação.

Os documentos de prestação de contas são, nos termos previstos no n.º 1 do art.º 76.º do RFALEI<sup>7</sup>, apreciados pelo órgão deliberativo, reunido em sessão ordinária durante o mês de abril do ano seguinte àquele a que respeitam, devendo, para o efeito, ser acompanhados, nos termos do disposto no n.º 3 do art.º 76.º do RFALEI, juntamente com a certificação legal de contas e o parecer sobre as mesmas apresentados pelo revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas, nos termos previstos no art.º 77.º do RFALEI.

Desta forma, **documentos de prestação de contas 2021**, em conformidade com o disposto na alínea i)<sup>8</sup> do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro<sup>9</sup>, e perspetivando o controlo político da Assembleia Municipal, em consonância com a alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do referido regime, o controlo jurisdicional do Tribunal de Contas e o controlo administrativo de verificação da legalidade por parte dos órgãos da tutela da Administração Central, estão elaborados segundo as regras e princípios definidos no SNC-AP [nomeadamente a Estrutura Conceptual (EC<sup>10</sup>), a Norma de Contabilidade Pública 27 (NCP 27<sup>11</sup>)],

**5 SNC-AP**, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro.

**6 LEO**, aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, alterada pela Lei n.º 2/2018, de 29 de janeiro, pela Lei n.º 37/2018, de 7 de agosto e pela Lei n.º 41/2018, de 18 de agosto.

**7 Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais**, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (com Retificação n.º 46-B/2013, de 1 de novembro), alterada pela Lei n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, pela Lei n.º 132/2015, de 4 de setembro, pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março (com Retificação n.º 10/2016, de 25 de maio), pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto (com Retificação n.º 35-A/2018, de 23 de outubro), pela Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro e pela Lei n.º 2/2020, de 31 de março.

**8 RJAL** - "Artigo 33.º - *Competências materiais: 1- Compete à câmara municipal: [...] i) Elaborar e aprovar a norma de controlo interno, bem como o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais do município e respetiva avaliação e ainda os documentos de prestação de contas, a submeter à apreciação e votação da assembleia municipal*"

**9 Regime Jurídico das Autarquias Locais**, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (com Retificação n.º 46-C/2013, de 1 de novembro e Retificação n.º 50-A/2013 de 11 de novembro), alterada pela Lei n.º 25/2015, de 30 de março, pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e pela Lei n.º 66/2020, de 4 de novembro.

**10 EC** - **Estrutura conceptual da informação financeira pública.**

**11 NCP 27** - **Contabilidade de Gestão.**

a Norma de Contabilidade Pública 26 (NCP 26<sup>12</sup>), a Norma de Contabilidade Pública 1 (NCP 1<sup>13</sup>) e a Norma de Contabilidade Pública 10 (NCP 10<sup>14</sup>), e apresentados em conformidade com o estabelecido pelo Tribunal de Contas<sup>15</sup>, pelo que os referidos documentos contemplam:

- O **Relatório de Gestão 2021**, em conformidade com a NCP 27, que consiste na narrativa das atividades do Município, em consonância com a sua missão e objetivos nos mais diversos domínios. No mesmo são relatadas as questões, transações e eventos mais significativos apresentados nas demonstrações financeiras, explicando-se a respetiva influência sobre as mesmas, onde se inclui a explicação sobre o apuramento do resultado líquido do exercício e respetiva proposta de aplicação do mesmo;
- As **Demonstrações Orçamentais 2021**, em conformidade com a NCP 26, que se traduzem numa representação estruturada da execução e desempenho orçamental do Município, proporcionando, entre outra, informação sobre o orçamento inicial, as modificações orçamentais, a execução orçamental e os pagamentos e recebimentos, contendo como principais demonstrações orçamentais de relato: Demonstração de desempenho orçamental, Demonstração de execução orçamental da receita, Demonstração de execução orçamental da despesa, Demonstração da execução do plano plurianual de investimentos e Anexo às demonstrações orçamentais;
- As **Demonstrações Financeiras 2021**, em conformidade com a NCP 1, dando a conhecer a posição financeira, as alterações na posição financeira, o desempenho e os fluxos de caixa do Município, com base, em informações sobre os seus ativos, passivos, património líquido, rendimentos, gastos, outras alterações no património líquido e fluxos de caixa, contendo como principais demonstrações financeiras: Balanço, Demonstração dos resultados por natureza, Demonstração das alterações no património líquido, Demonstração de fluxos de caixa e Anexo às demonstrações financeiras;
- Os **Outros Documento 2021**, integrando os Mapas modelo para o Tribunal de Contas, as Certidões de Receita, Responsabilidades de Crédito, Extratos bancários, Normas de Controlo Interno e de Execução do Orçamento e as Declarações e Mapas no âmbito da LCPA<sup>16</sup>;
- O **Inventário 2021** dos bens, direitos e obrigações patrimoniais do Município, em conformidade com a NCP 10, que deverá ser alvo de avaliação e aprovação.

**12 NCP 26 - Contabilidade e Relato Orçamental.**

**13 NCP 1 - Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras.**

**14 NCP 10 - Inventários.**

**15** Nos termos da **Instrução n.º 1/2019** - Prestação de contas das entidades sujeitas à jurisdição e aos poderes de controlo do Tribunal de Contas, publicada no Diário da República, 2.ª série - N.º 46, de 6 de março de 2019 e da **Resolução n.º 2/2020** do Tribunal de Contas - Prestação de contas relativas ao ano de 2020, publicada no Diário da República, 2.ª série - N.º 248, de 23 de dezembro de 2020.

**16 Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso**, aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada pela Lei n.º 20/2012, de 14 de maio, pela Lei n.º 64/2012, de 20 de dezembro, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março e regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, alterado pela Lei n.º 64/2012, de 20 de dezembro, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho.

## II. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

### 2.1. ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL

O ano de 2021 ficará marcado pelo combate à pandemia do SARS-Cov-2, que provocou a doença do COVID-19, fenómeno que teve o seu início em finais de 2019 e que, rapidamente, se repercutiu numa grave crise de emergência de saúde pública a nível mundial.

Para além do grave problema em termos de saúde pública, a pandemia provocou um choque económico abrupto e severo, com efeitos simétricos em todos os países em termos de sinal, mas bastante assimétrico no que toca à magnitude do impacto, muito condicionado pela estrutura económica de cada país e das suas condições subjacentes.

Embora a vacinação massiva, a nível global, tenha aumentado a esperança de uma viragem no combate à pandemia ainda no decorrer do ano de 2021, as sucessivas ondas e as novas variantes do vírus apresentaram-se como uma preocupação no panorama global.

Mas não foi apenas a pandemia que marcou o clima de incerteza a nível mundial, as alterações climáticas e as crises migratórias também se apresentaram como fatores preponderantes para a criação de um clima de incerteza a nível global.

Não obstante a incerteza verificada, o Fundo Mundial Internacional assumiu no seu Relatório Anual de 2021 que “Conseguiu-se evitar uma segunda Grande Depressão graças a medidas económicas globais sem precedentes”.

### 2.2. ECONOMIA EUROPEIA

De acordo com as previsões económicas do outono de 2021 da Comissão Europeia, na área do Euro, “A economia da UE tem vindo a recuperar mais rapidamente do que o previsto após a recessão desencadeada pela pandemia. Com o avanço das campanhas de vacinação e a supressão das restrições, assistiu-se na primavera à retoma do crescimento cujo dinamismo prosseguiu ao longo do verão e teve por base a reabertura da economia. Não obstante o crescente peso de fatores adversos, prevê-se que a economia da UE continue a expandir-se ao longo do período abrangido pelas previsões, devendo a taxa de crescimento cifrar-se em 5 %, 4,3 % e 2,5 % em 2021, 2022 e 2023, respetivamente”.

Assim, refere a Comissão, que a “economia europeia restabeleceu uma trajetória expansionista mais rapidamente do que o previsto, alcançando quase 14 % em termos anuais, a taxa de crescimento do PIB na UE no segundo trimestre de 2021 foi a mais elevada de sempre, sucedendo o mesmo com a queda sem precedentes do PIB aquando da primeira vaga da pandemia, no mesmo período do ano transato”.

Ao nível do crescimento e dos fatores que o podem condicionar, conclui-se no documento da Comissão que, “Não obstante, a dinâmica do crescimento enfrenta novos fatores adversos. Os estrangulamentos e as perturbações no aprovisionamento mundial estão a afetar a atividade na UE, em especial no seu setor transformador que se caracteriza por um grau de integração extremamente elevado. Além disso, após terem registado uma queda acentuada em 2020, os preços da energia, em especial do gás natural, aumentaram a um ritmo turbulento ao longo do último mês, situando-se atualmente muito acima dos níveis pré-pandémicos, o que irá afetar o consumo e o investimento”.

Ao nível do emprego, o documento refere que se prevê que a melhoria do mercado de trabalho deve prosseguir, referindo que *“Segundo as previsões, a taxa de emprego na UE deverá aumentar 0,8 % este ano, 1 % em 2022 e 0,6 % em 2023. O emprego deverá superar o nível registado antes da crise no próximo ano e passar a expandir-se em 2023. Prevê-se uma descida do desemprego na UE, que deverá passar de 7,1 % este ano para 6,7 % e 6,5 % em 2022 e 2023, respetivamente. Na área do euro, projeta-se que atingirá 7,9 %, 7,5 % e 7,3 % ao longo dos próximos três anos”*.

Segundo as projeções, as pressões sobre os preços à escala mundial poderão levar a inflação a atingir o seu nível mais elevado em mais de uma década, prevendo-se que *“A inflação na área do euro deverá culminar em 2,4 % em 2021, devendo em seguida descer para 2,2 % em 2022 e para 1,4 % em 2023, uma vez que os preços da energia deverão progressivamente estabilizar. No que respeita à UE, a inflação deverá atingir 2,6 % em 2021, 2,5 % em 2022 e 1,6 % em 2023”*.

Para finalizar, perspetiva o documento que *“Muito embora o impacto da pandemia na atividade económica tenha diminuído significativamente, a COVID-19 ainda não foi neutralizada e a retoma depende em grande medida da sua evolução, tanto na UE como no seu exterior”* e que *“Prevalecem também riscos económicos relacionados com o impacto potencialmente prolongado dos condicionalismos e estrangulamentos atuais em matéria de aprovisionamento”*.

### **2.3. ECONOMIA PORTUGUESA**

Segundo as projeções do INE, nas suas Contas Nacionais trimestrais (de base 2016), publicadas no final de fevereiro de 2022, *“O Produto Interno Bruto (PIB), em termos reais, registou uma variação homóloga de 5,8% no 4.º trimestre de 2021 (4,4% no trimestre anterior). O contributo da procura externa líquida para a variação homóloga do PIB foi positivo, contrariamente ao trimestre anterior, em consequência da aceleração em volume das Exportações de Bens e Serviços”*.

No documento refere-se que *“No conjunto do ano 2021, o PIB registou um crescimento de 4,9% em volume, o mais elevado desde 1990, após a diminuição histórica de 8,4% em 2020, refletindo os efeitos marcadamente adversos da pandemia COVID-19 na atividade económica. A procura interna apresentou um contributo positivo expressivo para a variação do PIB, após ter sido significativamente negativo em 2020, verificando-se uma recuperação do consumo privado e do Investimento. O contributo da procura externa líquida foi bastante menos negativo em 2021, tendo-se registado crescimentos significativos das importações e das exportações de bens e de serviços”*.

No que respeita às importações e exportações da economia portuguesa, entende o INE que *“Em 2021, num contexto de aumentos expressivos de preços em particular na segunda metade do ano, verificou-se uma perda significativa dos termos de troca, tendo o deflador das Importações de Bens e Serviços registado uma taxa de variação de 7,6% (-3,4% no ano anterior) e o deflador das Exportações de Bens e Serviços uma taxa de variação de 6,0% (-2,4% em 2020). Esta diferença entre defladores, traduziu em parte o efeito mais intenso da subida do preço dos bens energéticos no deflador das importações”*.

No entanto, *“Comparativamente com o trimestre anterior, as exportações totais cresceram 8,9% em termos reais (8,8% no trimestre anterior), tendo a componente de bens registado uma variação de 4,6% e a de serviços 19,6% (taxas de 3,1% e 25,8% no 3º trimestre, respetivamente). As importações totais registaram*

uma variação em cadeia de 7,0% no 4º trimestre (4,6% no 3º trimestre), com a componente de bens a crescer 5,5% e a de serviços 14,7% (taxas de 3,1% e 13,2% no 3º trimestre), respetivamente”.

Ao nível do emprego assume-se que o mesmo aumentou 2,1% ao longo do ano, referindo-se que “o emprego para o conjunto dos ramos de atividade (medido em número de indivíduos) registou um crescimento de 2,1%, após a redução de 1,9% no ano anterior. De forma semelhante, o emprego remunerado aumentou 1,7% em 2021, depois do decréscimo de 1,4% em 2020”.

Entende-se que a particularidade do aumento do emprego remunerado é de grande importância para a produtividade do trabalho, uma vez que “a evolução do emprego em 2020 reflete o contexto da pandemia COVID-19 e das medidas implementadas para a sua mitigação, como por exemplo o regime simplificado de layoff, que teve como objetivo a manutenção dos postos de trabalho em contexto de redução significativa da atividade. Considerando o emprego medido em termos de horas trabalhadas, que traduz mais adequadamente o comportamento da atividade económica, verificou-se um crescimento de 5,0% em 2021 após um decréscimo de 9,3% 2020”.

No que ao investimento respeita, “No 4º trimestre, (...) em volume registou um crescimento homólogo de 5,1% (variações de 7,8% no trimestre anterior e de 0,4% no 4º trimestre de 2020).”

No documento, o INE assume que “Os resultados apresentados correspondem à versão preliminar das Contas Nacionais Anuais para 2021. Comparativamente com a Estimativa Rápida para o 4º trimestre publicada pelo INE a 31 de janeiro, a nova informação agora incorporada não implicou a alteração da taxa de variação anual em volume do PIB, mas verificaram-se revisões nas taxas de variação homóloga e em cadeia de alguns trimestres”.

Assim, deve atender-se que as tendências previstas para 2022 sejam fortemente afetadas pela Guerra na Ucrânia, que não era expectável nas projeções apresentadas, e sobre a qual ainda se desconhecem os efeitos que possam vir a ocorrer na economia a nível global.

Apresentam-se, de seguida, alguns indicadores estatísticos, que servem como referência, para o período 2018 a 2021, e que assumem dados retirados da conjuntura nacional, sob a responsabilidade do Gabinete de Estratégia e Estudos (GEE), datada de 18/03/2022.

**Mapa 1 - Indicadores Estatísticos - Conjuntura Nacional (2018-2021)**

INDICADORES	2018	2019	2020	2021
Produto Interno Bruto	2,80%	2,70%	-8,40%	4,90%
Consumo Privado	2,60%	3,30%	-7,10%	4,40%
Consumo Público	0,60%	2,10%	0,40%	5,00%
Procura Interna	3,20%	3,10%	-5,60%	5,00%
Formação Bruta de Capital Fixo	6,20%	5,40%	-2,70%	6,10%
Exportações	4,10%	4,10%	-18,60%	13,00%
Importações	5,00%	4,90%	-12,10%	12,80%
Índice Harmonizado de preços no consumidor	1,20%	0,30%	-0,10%	0,90%
Taxa de desemprego	7,20%	6,60%	7,00%	6,60%

### III. ATIVIDADE INSTITUCIONAL

#### 3.1. VISÃO ESTRATÉGICA CENTRAL

As “Opções do Plano 2021-2025 e Orçamento Municipal 2021” basearam-se na estratégia de desenvolvimento local prosseguida pelo Município, apostando na implementação de medidas com vista a elevar o emprego e potenciar o desenvolvimento do Concelho, aprofundar a democracia, incrementar a justiça social e promover o desenvolvimento sustentável, com especial enfoque no planeamento, ecologia e ambiente.

Para o efeito, foi definida a seguinte visão estratégica central: **“Borba faz bem!”**.

#### 3.2. LINHAS ESTRATÉGICAS DE DESENVOLVIMENTO (LED’S)

A prossecução da visão estratégica central, essencial para assegurar o sucesso no processo de desenvolvimento económico, social e territorial do Concelho, foi assegurada pela concretização das seguintes quatro linhas estratégicas de desenvolvimento:

**3.2.1. Emprego e desenvolvimento**, que assumiu como finalidades principais a implementação de medidas geradoras de emprego, a realização e dinamização de projetos que potenciem o desenvolvimento do Concelho, individualmente e através de parcerias e a concretização de uma política global nas áreas do património, do turismo, da educação, da cultura e do desporto.

**3.2.2. Aprofundar a democracia**, que assumiu como finalidades principais a valorização da cidadania e a participação de todos os grupos e faixas etárias na vida da comunidade, a promoção da cooperação com as freguesias e a articulação com as associações e coletividades do Concelho.

**3.2.3. Justiça social**, que assumiu como finalidades principais a promoção da justiça social, com o apoio aos mais carenciados, a promoção do bem-estar e a valorização de políticas de inclusão social, enquanto forma de atenuar as desigualdades entre as pessoas.

**3.2.4. Planeamento, ecologia e ambiente**, que assumiu como finalidades principais a criação de instrumentos de planeamento e de ordenamento do território e a articulação de medidas com as concessionárias de abastecimento de água, saneamento e tratamento de resíduos, de forma a procurar dar resolução aos maiores problemas ambientais que assolam o Concelho e de forma a gerar poupanças que permitam definir e aplicar preços, taxas e tarifas socialmente responsáveis e geradoras de ganhos de eficiência, através da implementação de boas práticas ambientais.

Em termos de execução física, em todas as linhas estratégicas de desenvolvimento, se tornou imperativo iniciar alguns projetos no ano de 2021, enquanto outros foram equacionados para virem a ser desenvolvidos ao longo de um horizonte temporal mais lato, permitindo aproveitar as oportunidades de cofinanciamento apresentadas pelo Portugal 2020<sup>17</sup>, garantindo o respeito pela LCPA<sup>18</sup> e demais legislação aplicável.

**17 Acordo de parceria adotado entre Portugal e a Comissão Europeia**, que reúne a atuação dos 5 Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEDER, Fundo de Coesão, FSE, FEADER e FEAMP), no qual se definem os princípios de programação que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial para promover, em Portugal, entre 2014 e 2020.

**18 Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso**, aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada pela Lei n.º 20/2012, de 14 de maio, pela Lei n.º 64/2012, de 20 de dezembro, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março e regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, alterado pela Lei n.º 64/2012, de 20 de dezembro, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho.

### 3.2.1. LED 1: “EMPREGO E DESENVOLVIMENTO”

O Município assumiu o propósito estratégico de implementar de medidas geradoras de emprego e dinamizar projetos que potenciem o desenvolvimento do Concelho. Este desígnio estratégico convergiu para três dimensões fundamentais:

- 3.2.1.1 Implementação de medidas geradoras de emprego;
- 3.2.1.2 Realização e dinamização de projetos que potenciem o desenvolvimento do Concelho, individualmente, e através de parcerias;
- 3.2.1.3 Concretização de uma política global nas áreas do património, do turismo, da educação, da cultura e do desporto.

Para efeitos de demonstração da execução desta linha estratégica de desenvolvimento foram desenvolvidos um conjunto de projetos e ações, de acordo com a sua dimensão estratégica, dos quais podemos destacar:

#### 3.2.1.1. IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS GERADORAS DE EMPREGO

##### 3.2.1.1.1. INVESTIR NOS RECURSOS HUMANOS

Para que esta linha estratégica de desenvolvimento seja exequível é essencial que o Município reconheça que, por si só, não é possível implementar a mesma, sendo necessário encetar medidas, em parceria, com outras entidades, na procura de soluções junto das entidades que mais competência, experiência e condições de apoio detém para a mesma.

Ainda assim, em 2021, procuraram-se soluções para o emprego no Concelho, e apesar da margem existente para a contratação de pessoal não ter sido a mais favorável, uma vez que as “Despesas com pessoal” representaram cerca de 45% das “Despesas totais” executadas no ano.

Efetivamente, esta opção representou um custo expressivo, que se entende assumir como investimento no desenvolvimento do Concelho, uma vez que as despesas com pessoal, no orçamento de 2021 se inscreveram em mais de 3,8 milhões de euros, tendo ao longo do ano sido corrigidas para mais de 3,9 milhões de euros, com uma taxa de execução de 100%.

Importa ainda referir que as despesas com pessoal têm ao longo dos últimos 4 anos assumido montantes consideráveis, nomeadamente, 3,28 milhões de euros (2018), 3,67 milhões de euros (2019), 3,66 milhões de euros (2020) e 3,90 milhões de euros em 2021, demonstrando-se assim o investimento que o Município assumiu, por si só, com vista à promoção e implementação de medidas geradoras de emprego no Concelho.

Importa, no entanto, acrescentar que algumas destas despesas apresentam contrapartidas financeiras, nomeadamente, as relacionadas com pessoal descentralizado em matéria de Educação, com emprego apoiado, com contratos emprego-inserção e com pessoal afeto a projetos cofinanciados.

Para o efeito, em 2021, o Município executou mais de 3,9 milhões de EUR em “Despesas com pessoal”, dos 3,8 milhões de EUR previstos em orçamento inicial, conforme mapa seguinte.

**Mapa 2 - Investimento nos Recursos Humanos - 2021**

Projeto			Orçamento 2021			Taxa de Execução
Descrição	Ano / T / N.º	Econ.	Inicial	Corrigido	Executado	
Despesas com Pessoal	-	01	3 801 550 €	3 914 431 €	3 901 140 €	100%

### 3.2.1.1.2. INTEGRAÇÃO DE JOVENS NO MERCADO LABORAL - PEPAL

O Município entendeu ser necessário apostar em áreas de qualificação consideradas estratégicas para o seu desenvolvimento organizacional, pelo que lhe foi aprovada uma candidatura para apoio à realização de 3 estágios, ao abrigo do PEPAL<sup>19</sup>, com cofinanciamento do FSE<sup>20</sup>, delineando um projeto de estágios, devidamente interligados com a estrutura organizacional, e que permitiu desenvolver:

- 1 Estágio para licenciado(a) em Direito;
- 1 Estágio para licenciado(a) em Medicina Veterinária;
- 1 Estágio para licenciado(a) em Geografia e Planeamento Regional.

Entende o Município que o PEPAL representa uma oportunidade de valorização profissional e de emprego de recursos humanos, através de estágios remunerados, na administração local.

Importa inclusive referir que alguns dos estagiários de anteriores edições do programa são atualmente trabalhadores, com vínculo ao Município, atendendo ao bom desempenho apresentado na participação no programa.

Os jovens destinatários do programa devem preencher alguns requisitos relacionados com a idade (até aos 30 anos de idade inclusive, aferidos à data de início do estágio, ou 35 anos para portadores de deficiência e ou incapacidade e com a qualificação (pelo menos, ao nível 6 da estrutura do Quadro Nacional de Qualificações, constante do anexo II à Portaria n.º 782/2009, de 23 de julho, não obstante em cada edição poderem estar abrangidos estágios de nível inferior ao da licenciatura.)

Considerando a especificidade de cada autarquia local, o regime possibilita a seleção de candidatos a estágio a nível local, onde as entidades promotoras são diretamente responsáveis no recrutamento e seleção destes, utilizando métodos de seleção diferenciados, mas assegurando a transparência e isenção, através da integral publicitação dos critérios de avaliação.

Em 2021, o Município concluiu a execução do programa de estágios aprovado na 6.ª edição do programa, executando mais de 96% da despesa prevista, conforme mapa seguinte.

**Mapa 3 - Integração de jovens no mercado laboral (PEPAL) - 2021**

Projeto				Orçamento 2021			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Integração de jovens no Mercado Laboral - PEPAL	2020	A	1	22 100 €	28 058 €	27 025 €	96%

<sup>19</sup> Programa de Estágios Profissionais na Administração Local.

<sup>20</sup> Fundo Social Europeu.

### 3.2.1.2. REALIZAÇÃO E DINAMIZAÇÃO DE PROJETOS QUE POTENCIEM O DESENVOLVIMENTO

#### 3.2.1.2.1. VIVEIRO DE EMPRESAS

Submeteu o Município, em março de 2019, uma candidatura<sup>21</sup>, ao POR Alentejo<sup>22</sup> 2020, no Eixo Prioritário de Emprego e Valorização Económica do Recurso Endógeno, inserida no Plano Estratégico dos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, com investimento estimado no montante de 100.158 EUR, com cofinanciamento FEDER de 85%, com vista à criação, em Borba, de um Viveiro de Empresas.

Pretende-se com este investimento criar uma estrutura de apoio e incentivo aos novos empreendedores no arranque das suas empresas, disponibilizando locais para escritório/sede e equipamentos relacionados com a logística da empresa (telefone, fax, internet, fotocopiadora e apoio administrativo).

O projeto tem objetivos de desenvolvimento económico concelhio, apoio aos jovens, e às empresas, procurando dar resposta à necessidade de promoção do empreendedorismo e da iniciativa.

O Viveiro de empresas, que contará com espaço de *Cowork*<sup>23</sup>, constitui-se assim, como um equipamento de apoio a novas empresas, proporcionando-lhes condições técnicas facilitadoras da sua instalação no Concelho, com o objetivo de modernizar, diversificar e ampliar o tecido empresarial, proporcionando a criação de postos de trabalho estáveis e qualificados.

Com este Viveiros de Empresas pretende-se agregar no mesmo espaço físico empresas/entidades.

A implementação do espaço pretende-se no Mercado Municipal, procurando assim dotar também este equipamento de novas valências.

O espaço contará com aproximadamente 250 m<sup>2</sup>, situados numa zona central da cidade com fácil acesso e estacionamento.

Existirão 5 gabinetes individuais, uma sala de formação/reuniões e um espaço comum de acesso.

Os gabinetes terão entre 15 e 22 m<sup>2</sup>, completamente equipados e dotados de infraestruturas básicas, como telefone VoIP<sup>24</sup>, acesso internet por fibra e servidor de rede comum.

A sala de reuniões/formação terá espaço para reuniões para 12 pessoas e possibilidade de formação para 15 pessoas.

A candidatura em apreço ainda se encontra em fase de análise por parte da Autoridade de Gestão, pelo que durante o ano de 2021, não foi executada a despesa prevista para o ano, conforme mapa seguinte.

Mapa 4 - Viveiro de Empresas - 2021

Projeto				Orçamento 2021			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Viveiro de Empresas	2019	I	11	92 858 €	92 858 €		0%

<sup>21</sup> Candidatura n.º ALT20-05-3827-FEDER-000295: Viveiro de Empresas - Município de Borba.

<sup>22</sup> Programa Operacional Regional do Alentejo - ALENTEJO 2020.

<sup>23</sup> Voice over Internet Protocol.

<sup>24</sup> Modelo de trabalho que se baseia no compartilhamento de espaço e recursos de escritório, reunindo pessoas que trabalham não necessariamente para a mesma entidade ou na mesma área de atuação.

### 3.2.1.2.2. VALORIZAÇÃO DA REDE VIÁRIA

A rede viária no Concelho apresenta, em alguns pontos, um mau estado de conservação, necessitando de elevado investimento para o seu melhoramento.

Atendendo às disponibilidades existentes, o investimento na melhoria dos mesmos tem sido faseado, de modo a ser possível proceder à sua reparação e requalificação.

O investimento previsto, nesta área, para o ano de 2021, assumiu, em sede previsional, no orçamento inicial, o montante de 348.000 EUR para fazer face aos investimentos mais urgentes.

Em 2020, foi adjudicada, por concurso público, em montante próximo dos 520.000 EUR, destinado à valorização das quatro vias que careciam de intervenção mais urgente, nomeadamente:

- Estrada Municipal 506, entre os limites dos concelhos de Estremoz e de Monforte, passando pela Freguesia de Orada;
- Caminho Municipal 1040, entre o Caminho Municipal 506-1 e Aldeia de Sande, passando pela povoação de Alcaraviça;
- Caminho Municipal 1042, entre a localidade de Rio de Moinhos e a Estrada Municipal 508;
- Caminho Municipal 1170, na Rua das Casas Novas, em Borba.

Em 2020 foram iniciados os trabalhos adjudicados e pagos alguns dos mesmos, transitando para pagamento, em 2021, apenas os montantes respeitantes aos últimos trabalhos, executados no final do ano transato.

Assim, em 2021, na “Valorização da rede viária”, foi realizado investimento em montante próximo dos 335.500 EUR, conforme mapa seguinte.

Mapa 5 - Valorização da rede viária - 2021

Projeto				Orçamento 2021			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Valorização do CM 506	2020	I	9	34 500 €	90 400 €	90 153 €	100%
Valorização do CM 1170 - Cemitério de Borba	2020	I	10	13 000 €	13 000 €	12 926 €	99%
Sinalização	2018	I	37	5 000 €	14 500 €	13 969 €	96%
Caminhos Rurais - Reconstrução	2018	I	38	4 000 €	1 000 €		
Valorização de Estradas e Arruamentos	2018	I	39	15 000 €	53 800 €	49 540 €	92%
Valorização Estrada Rio de Moinhos - Estremoz	2018	I	42	126 500 €	23 865 €	23 455 €	98%
Valorização Estrada Alcaraviça - Aldeia de Sande	2018	I	45	145 000 €	145 500 €	145 449 €	100%
Valorização Estrada Rio de Moinhos - Alfaval	2018	I	46	5 000 €	5 000 €		
<b>Total</b>				<b>348 000 €</b>	<b>347 065 €</b>	<b>335 492 €</b>	<b>97%</b>

### 3.2.1.2.3. VALORIZAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE DE FEIRAS

De forma a dotar o Concelho de um suporte físico efetivo à expressão e desenvolvimento das atividades económicas de base local e regional, deverá o Município procurar encontrar soluções com vista à valorização e requalificação do Parque de Feiras, uma vez que a forma como o mesmo se encontra dificulta bastante a realização de iniciativas, não dignificando em nada a imagem das mesmas.

O Parque de Feiras localiza-se na Área de Intervenção Norte, situada a norte do centro urbano atual, compreendido entre a EN 4, o troço urbano da EN 255 (continuação da Avenida D. Dinis de Melo e Castro) e o limite do perímetro urbano estabelecido pelo Plano Diretor Municipal.

Os programas definidos para esta zona, dando sequência às orientações constantes no Plano de Urbanização de Borba, têm por objetivo o estabelecimento de um novo local estratégico no contexto urbano centrado no Parque de Feiras.

Esta praça, com 410 metros de comprimento e 62 metros de largura, organiza, por seu lado, a estrutura urbana envolvente rematando as morfologias de ocupação edificada já existentes, estabelecendo as expansões e conexões da rede viária e os meios físicos favoráveis à implantação de novos equipamentos.

Este espaço beneficia de excelentes acessibilidades, quer ao centro da cidade, através da Avenida D. Dinis de Melo e Castro e, por toda a zona da Cerca, com a intervenção projetada para a denominada Área de Intervenção Norte, quer para o exterior, com ligação direta ao eixo viário regional EN 4, e consequente articulação, geograficamente próxima, com a A6, através do nó de ligação de Borba, e a Variante à EN 255.

Apesar de se terem procurado encontrar financiamentos que permitam intervir no espaço, apenas foi possível, em 2021, proceder à valorização de equipamentos de montante menos oneroso, tendo sido realizado investimento em montante na ordem dos 4.650 EUR, conforme mapa seguinte.

**Mapa 6 - Valorização e requalificação do Parque de Feiras - 2021**

Projeto				Orçamento 2021			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Valorização de equipamentos de mercados e feiras	2018	I	47	10 000 €	8 090 €	4 643 €	57%

### 3.2.1.3. POLÍTICA GLOBAL NO PATRIMÓNIO, TURISMO, EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

#### 3.2.1.3.1. AQUISIÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE IMÓVEIS

A existência de uma política global no património implica que o Município, enquanto organismo público, mantenha uma gestão adequada do seu parque habitacional.

Tal gestão implica a manutenção constante, através de intervenções de melhoria e beneficiação, de forma a evitar a degradação de imóveis, que sem manutenção impedem o uso adequado para as funções que devem desempenhar.

Efetivamente as verbas adstritas, nos constantes orçamentos aprovados, revelam-se parcas, para as necessidades existentes, mas apesar de o mesmo ser assumido, deve o Município manter o seu empenho em alocar todas as verbas possíveis para a gestão do mesmo.

Por outro lado, tem o Município em execução contratos que assumem encargos com doações de património, nomeadamente o Palacete Alvarez, e aos quais deve fazer face, para efeitos de cumprimento contratual.

Durante o ano de 2021, foi ainda, após alteração modificativa ao orçamento aprovada pela Assembleia Municipal, inscrito um projeto, pelo montante de 165.000 EUR, para permitir à Câmara Municipal, proceder à aquisição de terreno, para ampliação do Cemitério de Rio de Moinhos, tendo o mesmo ocorrido, nos termos previstos.

Assim, nos documentos previsionais, foram inscritos montantes para fazer face às despesas previstas naquela data, em valor na ordem dos 77.000 EUR, no entanto ao longo do ano, de acordo com as opções tomadas, foram executadas despesas em montante próximo de 195.000 EUR, conforme mapa seguinte.

**Mapa 7 - Aquisição e beneficiação de imóveis - 2021**

Projeto				Orçamento 2021			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Aquisição e beneficiação de imóveis	2018	I	1	52 000 €	2 200 €	1 496 €	68%
Palacete Alvarez (doação com encargos)	2018	I	62	25 000 €	27 700 €	27 642 €	100%
Cemitério de Rio de Moinhos	2021	I	15		165 000 €	165 000 €	100%
<b>Total</b>				<b>77 000 €</b>	<b>194 900 €</b>	<b>194 138 €</b>	<b>100%</b>

### 3.2.1.3.2. EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CONCELHO

As melhorias no edifício dos Paços do Concelho continuaram a ser implementadas durante o ano de 2021.

Pretende-se com este projeto continuar a recuperar e modernizar o edifício dos Paços do Concelho, dando continuidade à modernização da administração municipal.

Este projeto contribuiu para a revitalização da zona histórica da cidade, apostando na remodelação de um imóvel classificado que apresenta, de resto, um carácter eminentemente institucional.

A deslocalização de alguns serviços (biblioteca, conservatória do registo civil e predial e cartório notarial de Borba) permitiram repensar o projeto para revitalização e modernização do edifício, mantendo a sua traça original e atribuindo-lhe novas funcionalidades, mais adequadas às necessidades atuais.

São exemplo destas novas intervenções o Balcão Único (2010), o Bar de apoio (2011), o Posto de Turismo (2015), o Lagar Museu (2015), o Espaço do Serviço de Educação, Desporto e Juventude (2016) e o Espaço do Serviço de Investimento e Desenvolvimento (2016).

No ano de 2021 foi dada continuidade à requalificação das salas adjacentes ao Serviço de Investimento e Desenvolvimento, com vista à futura instalação de serviços, com execução de despesa, em montante próximo dos 8.000 EUR, conforme mapa seguinte.

**Mapa 8 - Edifício dos Paços do Concelho - 2021**

Projeto				Orçamento 2020			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Edifício dos Paços do Concelho	2018	I	2	30 000 €	9 600 €	7 932 €	83%

### 3.2.1.3.3. DINAMIZAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA

O turismo tem apresentado nos últimos anos em Portugal, e em particular no Alentejo, um crescimento bastante acentuado, que se entendeu ser necessário acompanhar, de forma a aproveitar as oportunidades que permitem colocar a Região como destino de excelência. Para o efeito, o Município deu continuidade à estratégia de aposta nos produtos endógenos, nas tradições e na cultura do Concelho.

Os desvios mais significativos na “Dinamização da Oferta Turística” respeitam ao adiamento de alguns certames temáticos, de modo a dar cumprimento às diretrizes da DGS, relacionados com o contexto de pandemia do SARS-CoV-2, com maior expressão em “Queijo & Companhia” e “Ervas & Companhia”.

O projeto “Criação do Centro de *Cycling*”, integrado em rede, para percursos supramunicipais, apoiado pelo Programa Valorizar<sup>25</sup> apresentou desenvolvimento durante o ano, de acordo com o procedimento de empreitada adjudicado, tendo sido finalizada da empreitada no decorrer do ano.

O projeto “Área de Serviço de Autocaravanismo de Borba” não apresentou qualquer execução no ano de 2021, em virtude de ter sido apresentado um pedido de reprogramação financeira e temporal, para permitir o aumento de investimento, respetivo apoio e data de execução, por ter culminado deserto o procedimento de contratação pública antes aberto pelo Município.

Assim, o investimento na “Dinamização da Oferta Turística”, no ano de 2021, assumiu, no orçamento inicial, um montante próximo dos 363.000 EUR, sendo que, durante o ano, as opções tomadas permitiram a execução de mais de 310.000 EUR, conforme mapa seguinte.

Mapa 9 - Dinamização da oferta turística - 2021

Projeto				Orçamento 2021			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Festa da Vinha e do Vinho	2018	A	31	100 000 €	114 706 €	112 264 €	98%
Festa da Vinha e do Vinho	2018	I	49	5 000 €	5 000 €		
Ervas & Companhia	2018	A	32	10 000 €	200 €		
Queijo & Sabores	2018	A	33	10 000 €	2 350 €	2 153 €	92%
É Natal em Borba	2018	A	35	21 000 €	56 760 €	47 084 €	83%
Festas do Senhor Jesus dos Aflitos	2018	A	34	20 000 €	24 370 €	24 094 €	99%
Outros Eventos	2018	A	39	10 000 €	9 100 €	7 713 €	85%
Posto de Turismo	2018	I	51	2 500 €	2 500 €		
Promoção tradicional de vinho de talha	2018	I	54	1 000 €	1 000 €		
Área de Serviço de Autocaravanismo	2018	I	53	70 644 €	144 €		
Criação de Centro de <i>Cycling</i>	2018	I	50	96 500 €	67 000 €	45 875 €	68%
Estudo para Terminal de Mercadorias	2019	I	7	6 150 €	6 150 €		
Recuperação da Ermida de S. Miguel	2020	I	4	9 000 €	16 995 €	16 995 €	100%
Casa Museu Interativa de Borba 3M's	2021	A	7		3 500 €	3 444 €	98%
AIStones	2019	I	8	1 000 €	1 000 €		
<b>Total</b>				<b>362 794 €</b>	<b>310 775 €</b>	<b>259 622 €</b>	<b>84%</b>

<sup>25</sup> Criada no âmbito do Programa Valorizar, que visa promover a contínua qualificação dos destinos através da regeneração, requalificação e reabilitação dos espaços públicos com interesse para o turismo e da valorização do património cultural e natural do país, a Linha de Apoio à Valorização Turística do Interior tem como principal objetivo o apoio ao investimento a iniciativas/projetos com interesse para o turismo, que promovam a coesão económica e social do território, em linha com o Programa Nacional para a Coesão Territorial (PNCT).

### 3.2.1.3.4. MELHORIA DA QUALIFICAÇÃO E DA EDUCAÇÃO

A celebração do contrato de execução para delegação de competências da Educação, em 16/09/2008, levou o Município a assumir uma nova dimensão no paradigma educativo, no que concerne à gestão de equipamentos e do pessoal não docente dos estabelecimentos escolares.

No entanto, as ações do Município, em matéria de qualificação e educação não se restringem ao cumprimento daquele contrato, mas também à gestão das cantinas escolares, ao funcionamento da Oficina da Criança e à reabilitação e valorização dos equipamentos escolares. A relevância, em particular do 1.º ciclo do ensino básico, no percurso educativo das crianças, tem incentivado o Município, pelos sucessos alcançados em anos letivos anteriores, a continuar a proporcionar a estes alunos, atividades de enriquecimento curricular, ao abrigo de candidaturas formalizadas junto da DGEstE.

A “Modernização dos recursos TIC nos Jardins de Infância da Orada e Rio de Moinhos” respeita a uma candidatura do Município, com vista a dotar os JI de Orada e Rio de Moinhos de novos equipamentos, tendo-se concluído em 2021 a aquisição dos equipamentos previstos.

As variações ocorridas nos projetos “Cantinas Escolares”, “Oficina da Criança”, “Atividades de Enriquecimento Curricular” e “Educação - Custos Comuns” estão de acordo com a execução dos mesmos, atendendo a que ao longo do ano ainda se verificaram algumas limitações ao normal funcionamento, para cumprimento das diretrizes da DGS, em contexto de pandemia do SARS-CoV-2.

O projeto “PIICIE - Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar”, destinado à melhoria da qualificação e da educação dos mais jovens, através do desenvolvimento de ações, acompanhamento e apoio do percurso educativo, visando o apetrechamento da Oficina da Criança e do Centro de Juventude decorreu de acordo com os moldes aprovados na reprogramação financeira e temporal, aprovada pela Autoridade de Gestão para execução até junho de 2021.

Para mitigar os efeitos da pandemia na comunidade escolar, o Município efetuou ainda alguns investimentos na “Reabilitação e valorização de equipamentos escolares”. Assim, o investimento em 2021, na “Melhoria da qualificação e da educação” assumiu em orçamento inicial 600.100 EUR, sendo que durante o ano, as opções tomadas, permitiram a execução de 558.232 EUR, conforme mapa seguinte.

**Mapa 10 - Melhoria da qualificação e da educação - 2021**

Projeto				Orçamento 2021			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Reab. e valorização equip. escolares	2018	I	10	30 000 €	22 000 €	18 251 €	83%
Modernização dos recursos TIC nos JI da Orada e Rio de Moinhos	2020	I	3	33 000 €	35 400 €	34 137 €	96%
Competências Descentralizadas MEC	2018	A	9	385 500 €	358 924 €	358 496 €	100%
Cantinas Escolares	2018	A	12	72 600 €	64 270 €	58 129 €	90%
Oficina da Criança	2018	A	13	27 050 €	19 799 €	13 999 €	71%
Atividades de Enriquecimento Curricular	2018	A	8	35 000 €	36 300 €	36 255 €	100%
Educação - Custos Comuns	2018	A	42	8 000 €	14 250 €	12 882 €	90%
PIICIE	2018	A	43	8 950 €	26 974 €	26 084 €	97%
<b>Total</b>				<b>600 100 €</b>	<b>577 917 €</b>	<b>558 232 €</b>	<b>97%</b>

### 3.2.1.3.5. TRANSPORTES ESCOLARES

Os municípios dispõem de um leque alargado de competências para a concretização do direito fundamental à educação que inclui assegurar o transporte às crianças e jovens entre a sua residência e os respetivos estabelecimentos de ensino para que possam, em condições de efetiva igualdade, frequentar a escolaridade obrigatória nos termos e nas condições que a lei o estabelece.

Nos termos da alínea *d)* do n.º 2 do artigo 23.º e das alíneas *gg)* e *hh)* do n.º 1 do artigo 33.º do RJAL<sup>26</sup>, são definidas as competências dos municípios ao nível da educação, designadamente no assegurar de medidas de ação social e de promoção de transporte escolar, competindo-lhes assegurar, organizar e gerir os transportes escolares

Neste sentido, e considerando que a educação é um direito fundamental, absoluto e essencial ao desenvolvimento económico, social e cultural das comunidades locais e dos povos no quadro das sociedades globais, o acesso à educação em condições de igualdade visa a plena expansão da personalidade humana e o pleno exercício dos outros direitos e liberdades fundamentais.

Os transportes escolares são assim um instrumento indispensável à prossecução da equidade educativa que viabiliza o acesso à escola, promovendo o sucesso educativo e prevenindo o abandono escolar.

De acordo com os normativos do Ministério da Educação, o transporte escolar é gratuito para os alunos do ensino básico, sendo participado para os alunos de ensino secundário ou equivalente.

Pelo exposto, o Município garante o serviço de transporte entre o local de residência e o local do estabelecimento de ensino frequentado aos alunos do ensino básico, de forma gratuita, com recurso à frota própria de transportes escolares, através de circuitos especiais criados para responder às necessidades dos alunos, em articulação com os estabelecimentos escolares e demais parceiros educativos.

No que respeita aos transportes escolares do ensino secundário ou equivalente, o serviço é garantido, sempre que possível por transporte público, e quando inexistente pelo próprio Município, assegurando-se a sua participação, de forma a criar condições para uma efetiva igualdade de oportunidades para as crianças e jovens do Concelho.

Pretendia-se, no ano de 2021, ao nível dos “Transportes Escolares”, proceder à aquisição de 1 nova viatura, de 9 lugares, para reforçar a frota de transportes escolares e dar cumprimento aos custos decorrentes do transporte dos alunos do ensino secundário. Durante o ano, as disponibilidades e as opções tomadas, permitiram reforçar a frota com a aquisição de 2 novas viaturas e dar cumprimento aos custos decorrentes do transporte dos alunos do ensino secundário, conforme mapa seguinte.

**Mapa 11 - Transportes Escolares - 2021**

Projeto				Orçamento 2021			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Viaturas de transporte escolar	2018	I	58	30 500 €	50 500 €	49 000 €	97%
Transportes escolares	2018	A	11	30 000 €	12 430 €	12 427 €	100%
<b>Total</b>				<b>60 500 €</b>	<b>62 930 €</b>	<b>61 427 €</b>	<b>98%</b>

<sup>26</sup> Regime Jurídico das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

### 3.2.1.3.6. VALORIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E INICIATIVAS CULTURAIS

A valorização de equipamentos culturais continuou a apresentar-se como uma necessidade imperativa a que o Município teve que fazer face, mediante as suas possibilidades, atendendo aos muitos equipamentos de que dispõe que necessitam de intervenção, com vista à sua revitalização.

Só através de uma constante intervenção na valorização dos equipamentos culturais é possível garantir que os mesmos continuam a apresentar as condições adequadas ao desempenho das funções para os quais foram executados.

No entanto, tal imperativo, tem que obedecer a investimentos faseados, de modo a não comprometer outros que se assumem prioritários, pelo que em 2021 se assumiu a necessidade de intervenção imediata em pequenas intervenções na reabilitação do Cineteatro Municipal e do Palacete dos Melos.

Por outro lado, as iniciativas em parceria continuaram a apresentar-se como uma aposta do Município, procurando-se desenvolver, por coordenação da CIMAC e em parceria com os municípios do Alentejo Central, o “Fora de Cena - Programação Cultural em Rede” e o “Projeto para a Inclusão para a Cultura”, apesar de não apresentarem a execução prevista para o ano, atendendo ao contexto de pandemia que ainda se verificou, pelo que deverão ser ajustadas as iniciativas previstas ocorrer nos mesmos.

O “Fora de Cena - Programação Cultural em Rede” consiste na realização de um conjunto de atividades a desenvolver no âmbito da programação cultural, dando prioridade a projetos que decorram em espaço ao ar livre e em espaços verdes que valorizem o património cultural e paisagístico, contemplando ações de descentralização.

O “Projeto de Inclusão pela Cultura” prevê o estabelecimento de contratos com diversos agentes culturais e entidades da economia social, sedeados no Alentejo Central, para a implementação de ações de inclusão pela cultura nos diversos municípios que integram a CIMAC. Estas ações deverão dirigir-se aos grupos em situação de exclusão social e identificados no âmbito do Diagnóstico Social do Alentejo Central.

Por outro lado, deu-se continuidade à realização de “Iniciativas culturais”, de modo a manter uma agenda regular, sempre que o mesmo foi possível, e com as adaptações dos formatos, como medida de resposta à pandemia do SARS-CoV-2.

Assim, o investimento na “Valorização de Equipamentos e Iniciativas Culturais”, prevista no orçamento inicial em 149.670 EUR, executou, em 2021, o montante de 50.022 EUR, conforme mapa seguinte.

**Mapa 12 - Valorização de Equipamentos e Iniciativas Culturais - 2021**

Projeto				Orçamento 2021			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Valorização de equipamentos culturais	2018	I	28	10 000 €	3 500 €	2 977 €	85%
Iniciativas culturais	2018	A	23	27 350 €	34 955 €	31 126 €	89%
Fora de Cena - Prog. Cultural em Rede	2021	A	3	40 000 €	40 000 €	1 079 €	3%
Projeto de Inclusão para a Cultura	2021	A	4	7 320 €	2 710 €	2 700 €	100%
Reabilitação do Cineteatro	2021	I	8	35 000 €	8 000 €	6 052 €	76%
Reabilitação do Palacete dos Melos	2021	I	9	30 000 €	7 000 €	6 089 €	87%
<b>Total</b>				<b>149 670 €</b>	<b>96 165 €</b>	<b>50 022 €</b>	<b>52%</b>

### 3.2.1.3.7. VALORIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS

A valorização de equipamentos desportivos continuou a apresentar-se como uma necessidade a que o Município teve que dar resposta, atendendo aos muitos equipamentos de que dispõe e que necessitam de intervenção, com vista a permitir sua utilização pela comunidade, nas devidas condições de operacionalidade e segurança.

No entanto, tal imperativo, tem que obedecer a investimentos faseados, de modo a não comprometer outros que se assumem como mais prioritários. Em 2021 foi assumida a necessidade de intervenção imediata no Polidesportivo de Rio de Moinhos, no Parque Desportivo de Borba e em outros equipamentos diversos.

O investimento no Parque Desportivo de Borba contemplou:

- A substituição do relvado sintético do campo de futebol principal, visto o Sport Clube Borbense ter-lhe sido aprovada uma candidatura ao Programa de Reabilitação de Instalações Desportivas para fazer face à referida intervenção. O custo total da intervenção assumiu um montante de 232.861,45 EUR, sendo que 43.000 EUR foram apoiados pelo IPDJ e os remanescentes 189.861,45 EUR pelo Município de Borba, através da celebração de Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo;
- A implantação de relvado sintético do campo de treinos custeada a 100% pelo Município. A referida intervenção assumiu boas práticas de sustentabilidade ambiental, através da reutilização de partes (as que se encontravam nas condições adequadas) do relvado substituído no campo principal. Assim, com a reutilização do relvado do campo principal foi possível, no campo de treinos, proceder-se ao tratamento da sub-base do pavimento e à instalação do relvado artificial e do sistema de rega.

A valorização do Polidesportivo de Rio de Moinhos contempla:

- A implantação de uma cobertura que permite melhorar substancialmente a utilização daquele equipamento pela população, conferindo-lhe novas valências de utilização. O investimento na cobertura assumiu um montante na ordem 175.000 EUR e foi apoiado pelo Programa Nacional de Coesão Territorial, em montante na ordem dos 50.000 EUR;
- A substituição do pavimento do Polidesportivo, visto ao Grupo Desportivo e Cultural de Rio de Moinhos ter-lhe sido aprovada uma candidatura ao Programa de Reabilitação de Instalações Desportivas para fazer face à referida intervenção. O custo total da intervenção assumiu um montante de 42.204,37 EUR, sendo que 20.500 EUR serão apoiados pelo IPDJ e os remanescentes 21.704,37 EUR pelo Município de Borba, através da celebração de Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo.

Assim, do investimento na “Valorização de equipamentos desportivos”, previsto no orçamento inicial no montante de 180.000 EUR, executou-se, em 2021, um montante de 274.084 EUR, conforme mapa seguinte.

**Mapa 13 - Valorização de equipamentos desportivos - 2021**

Projeto				Orçamento 2021			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Valorização Polidesportivo R. Moinhos	2018	I	32	25 000 €	57 500 €	37 143 €	65%
Substituição relvado P. Desportivo	2021	I	10	140 000 €	220 500 €	220 339 €	100%
Valoriz. de Equipamentos Desportivos	2018	I	29	15 000 €	26 500 €	16 603 €	63%
<b>Total</b>				<b>180 000 €</b>	<b>304 500 €</b>	<b>274 084 €</b>	<b>90%</b>

### 3.2.2. LED 2: “APROFUNDAR A DEMOCRACIA”

O Município assumiu o propósito estratégico de aprofundar a democracia no concelho como condição fundamental para ultrapassar as dificuldades, através do recurso à participação da comunidade.

Este desígnio estratégico abrange três dimensões fundamentais:

3.2.2.1. Valorização da cidadania;

3.2.2.2. Promoção da cooperação com as freguesias;

3.2.2.3. Articulação de projetos com associações e coletividades.

Para efeitos de demonstração da execução desta linha estratégica de desenvolvimento foram desenvolvidos um conjunto de projetos e ações, de acordo com a sua dimensão estratégica, dos quais podemos destacar:

#### 3.2.2.1. VALORIZAÇÃO DA CIDADANIA

##### 3.2.2.1.1. DINAMIZAÇÃO DO PORTAL WEB MUNICIPAL

As novas tecnologias de informação assumem hoje um papel extremamente importante no dia-a-dia de uma comunidade. Aceder à informação, a serviços, procurar novos conhecimentos e estar em permanente contacto com o mundo, sabendo o que se passa no planeta, tornou-se de fácil acesso através da *internet*.

A adesão ao projeto “Évora Distrito Digital”, no âmbito da RCDE<sup>27</sup>, contribuiu para o desenvolvimento de vários projetos de modernização e inovação tecnológica, nomeadamente de um novo *website*. A reestruturação efetuada permitiu a partilha de uma plataforma tecnológica única com todos os municípios do Distrito, de forma a disponibilizar um conjunto de informações e serviços úteis ao munícipe e a quem pretende visitar-nos, assim como serviços *online*, permitindo o *download* de regulamentos e requerimentos, consulta de procedimentos gerais e outras informações relevantes, acessíveis a qualquer hora do dia.

Assim, a RCDE e as redes municipais são resultado de uma vontade e capacidade de partilha de serviços tecnológicos entre os municípios do Alentejo Central. Estas infraestruturas permitem, quer à CIMAC, quer aos municípios do Distrito, desenvolver, em rede, serviços partilhados de tecnologias de informação, permitindo novos padrões de qualidade e de serviços resultante de uma maior escala agregada e partilhada.

A implementação e desenvolvimento dos novos portais foi aprovada no âmbito do projeto “EGOVAC – Modernização Administrativa”, cofinanciado pelo INALENTEJO. Esta nova solução para os portais municipais do distrito de Évora foi candidatada aos “*European Sharepoint Community*”, onde teve a concorrência de vários projetos europeus, e venceu o prémio na categoria de “*Best Search Solution*”.

Em 2021, deu-se continuidade aos trabalhos de análise funcional do portal, de forma a poder dotá-lo de mais e melhores funcionalidades, permitindo uma maior facilidade de comunicação entre munícipes e o Município assim como da possibilidade operacional de criar serviços de interação *on-line*.

A despesa com a realização desta atividade foi assumida pelo Município, através de despesas com pessoal e de “Serviços partilhados TIC” com os restantes municípios do Distrito, por meio de Protocolo de Serviços CTD<sup>28</sup>, com uma execução anual, no Município, de 100%, no montante de 23.194 EUR.

<sup>27</sup> Rede Comunitária do Distrito de Évora.

<sup>28</sup> Centro de Tecnologias Digitais, cujas principais tarefas desenvolvidas passam pela operação, manutenção, gestão e apoio técnico (operação da infraestrutura de Data Center CIMAC); gestão de serviços partilhados; gestão de TI nos municípios; apoio aos gabinetes TIC municipais; suporte aos serviços e plataformas TIC CIMAC; operação da RCDE e redes locais dos municípios; integração e desenvolvimento de soluções para os municípios; conceção e implementação de projetos de TI (conceção, especificação, gestão, implementação em tecnologias, inovação e energia); parcerias nacionais e internacionais (articulação regional, otimização de financiamentos, representação institucional em TI).

### 3.2.2.2. PROMOÇÃO DA COOPERAÇÃO COM AS FREGUESIAS

#### 3.2.2.2.1. DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E COOPERAÇÃO COM AS FREGUESIAS

A Câmara Municipal, no ano de 2021, deu continuidade à política de cooperação encetada com as freguesias, através de acordos de execução para descentralização de competências nas juntas de freguesia e de acordos de cooperação.

Através desta via, continuou a ser promovida a consolidação da autonomia financeira das Freguesias, procurando dar resposta às aspirações das populações e à resolução de problemas emergentes, dada a maior proximidade destas autarquias junto das mesmas.

No ano de 2021, o apoio às Freguesias apresentou um incremento substancial, face ao período homólogo, o que traduz o respeito que o Município assumiu deter pelas mesmas, procurando garantir a existência de condições adequadas para que estas possam desenvolver com melhores condições as suas competências, enquanto órgãos do poder local de primeira linha de intervenção e proximidade junto da comunidade.

Para o efeito foram transferidas as verbas previstas nos acordos de execução e nos acordos de colaboração aprovados.

Desta forma, o investimento nos acordos de execução e/ou de colaboração com as Freguesias, no ano de 2021, assumiu, em sede de previsão nos documentos previsionais aprovados o montante inicial de 103.300 EUR.

Durante o ano de 2021, as disponibilidades orçamentais e financeiras existentes e as opções tomadas, permitiram a execução de mais de 103.696 EUR, conforme mapa seguinte.

**Mapa 14 - Descentralização de competências e cooperação com as Freguesias - 2021**

Projeto				Orçamento 2021			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Acordos de Execução/Cooperação com as Freguesias	2018	A	37	103 300 €	103 730 €	103 696 €	100%

### 3.2.2.3. ARTICULAÇÃO DE PROJETOS COM ASSOCIAÇÕES E COLETIVIDADES

#### 3.2.2.3.1. PARCERIAS COM A CIMAC E OS MUNICÍPIOS DO ALENTEJO CENTRAL

A CIMAC é uma pessoa coletiva de direito público de natureza associativa e âmbito territorial e visa a realização de interesses comuns aos municípios que a integram (Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mora, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas, Viana do Alentejo e Vila Viçosa).

As parcerias estabelecidas entre a CIMAC e os municípios do Alentejo Central permitem desenvolver trabalho em rede, partilhar serviços, realizar procedimentos por procura agregada (promovendo sinergias e economias de escala), articular investimentos municipais de interesse intermunicipal, participar na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional (no âmbito dos fundos comunitários) e articular atuações com os serviços da Administração Central, aos mais diversos níveis.

Os municípios do Alentejo Central, com a coordenação da CIMAC, desenvolvem, desde 2004, de forma consistente, iniciativas de modernização administrativa com o objetivo de melhorar e aproximar os mesmos dos cidadãos e das empresas, promovendo assim um aumento da eficiência e da qualidade dos serviços.

Só através de um trabalho em rede, que se consubstancie na partilha de serviços, informações e promoção de sinergias é possível responder às exigências que atualmente são constantes nos municípios

O projeto Wifi@alentejocentral, no qual o Município de Borba participa é disso mesmo um bom exemplo, uma vez que abrange os 14 municípios do Alentejo Central e é promovido pela Entidade de Turismo do Alentejo, em parceria com a CIMAC, a ADRAL e visa melhorar e desenvolver as acessibilidades neste domínio, para turistas e residentes, através da implementação de acessos Wi-fi nos centros históricos e em zonas de grande afluxo, de modo a facilitar o acesso a conteúdos digitais que acrescentem valor à visitaçãõ e que permitam uma maior interação com as comunidades locais.

De salientar que alguns dos projetos previstos desenvolver no ano de 2021, por força da pandemia do SARS-CoV-2 foram alvo de adiamento, com reprogramações para serem desenvolvidos em momentos posteriores, o que provocou alterações significativas nos encargos previstos assumir no ano em causa.

Desta forma, o investimento em “Parcerias com a CIMAC e os Municípios do Alentejo Central”, no ano de 2021, assumiu, no orçamento inicial, um montante próximo dos 185.000 EUR, sendo que, durante o ano, as disponibilidades orçamentais e financeiras existentes e as opções tomadas, permitiram a execução de um montante ligeiramente superior a 95.000 EUR, conforme mapa seguinte.

**Mapa 15 - Parcerias com a CIMAC e os municípios do Alentejo Central - 2021**

Projeto				Orçamento 2021			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
CIMAC - Quotiz, ações e serviços	2018	A	40	132 295 €	80 395 €	80 294 €	100%
CIMAC - Projetos	2018	I	56	44 100 €	15 600 €	8 060 €	52%
ModernizaçãoAC@2020	2019	I	1		1 210 €	1 203 €	99%
ModernizaçãoAC@2020	2019	A	4		300 €	289 €	96%
Projeto Wifi@alentejocentral	2020	I	14	2 276 €	2 276 €		
Quotizações diversas	2018	A	38	5 710 €	5 560 €	5 509 €	99%
<b>Total</b>				<b>184 381 €</b>	<b>105 341 €</b>	<b>95 355 €</b>	<b>91%</b>

### 3.2.2.3.2. APOIO AO ASSOCIATIVISMO

A valorização da atividade das associações, coletividades, clubes e outras instituições representam uma preocupação para a Autarquia, uma vez que as atividades desenvolvidas por estas entidades são da maior importância para o Concelho.

Assim, a Autarquia deve apoiar as representações associativas em diferentes frentes, contribuindo para um maior dinamismo, alargamento e inovação das suas ações.

As diferentes associações, coletividades e clubes inscritos no Município, unindo os seus recursos técnicos, humanos e financeiros, procuram defender objetivos comuns, destinados à participação da comunidade na vida local, pelo que devem continuar a ser apoiadas, logística e financeiramente, pelo Município, no âmbito das suas competências.

Pelo exposto, a Câmara Municipal de Borba, no âmbito das suas competências continuou a adotar políticas de apoio a associações e coletividades, nomeadamente através do PAAC<sup>29</sup>, PAAD<sup>30</sup> e de apoios pontuais, destinados a projetos ou ações específicas, sempre que se verifique existirem vantagens, na realização de parceria, colaboração ou cooperação.

Deve ainda ser referido que, no ano de 2021, as associações e coletividades viram-se impedidas de desenvolver grande parte das atividades previstas e aprovadas no PAAC e PAAD, de modo a darem cumprimento às regras e diretivas da DGS.

Para o efeito, a Câmara Municipal aprovou, como medida de apoio extraordinário, para mitigar os efeitos da pandemia do SARS-CoV-2 ao associativismo a atribuição de apoios para fazer face a despesas que não estavam previstas em sede de orçamento inicial.

Assim, no ano de 2021, o “Apoio ao Associativismo”, assumiu em orçamento inicial despesa para executar no montante de 60.000 EUR, mas durante o ano de 2021, atendendo às alterações antes referidas, procedeu-se à atribuição de apoio, em montante superior a 84.500 EUR, conforme mapa seguinte.

**Mapa 16 - Apoio ao Associativismo - 2021**

Projeto				Orçamento 2021			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
PAAC	2019	A	1	20 000 €			
PAAD	2019	A	2	20 000 €	17 000 €	16 065 €	94%
COVID-19: Instituições sem fins lucrativos	2019	A	6	10 000 €	40 000 €	40 000 €	100%
Apoio à Atividade Desportiva, de Recreio e Lazer	2018	A	26	10 000 €	28 650 €	28 479 €	99%
<b>Total</b>				<b>60 000 €</b>	<b>85 650 €</b>	<b>84 544 €</b>	<b>99%</b>

<sup>29</sup> Programa de Apoio ao Associativismo e Coletividades.

<sup>30</sup> Programa de Apoio ao Associativismo Desportivo.

### 3.2.2.3.3. PROTEÇÃO CIVIL

A Proteção Civil Municipal define-se hoje como um elo essencial entre a segurança das populações e a forma de atuação dos diversos organismos e estruturas de apoio em situações de perigo, alerta, emergência e reposição da normalidade.

Ao longo dos últimos anos, cada vez mais o Município tem atendido à necessidade de inscrever em orçamento os montantes necessários e possíveis para garantir o bom funcionamento da mesma. Assim, em sede previsional, foi inscrita dotação para apoio emergente a entidades que integram a mesma, bem como para funcionamento e investimento nesta estrutura.

Para além da estrutura em si, em sede de orçamento, foi também prevista dotação, na sequência do Protocolo celebrado com a ANPC<sup>31</sup> e a AHBVB<sup>32</sup>, com o qual o Município assumiu suportar 50% dos custos de funcionamento da EIP<sup>33</sup>, desde a sua criação em maio de 2019, uma vez que as mesmas são constituídas para dar resposta às ocorrências que impliquem intervenções de socorro às populações e de defesa dos seus bens, designadamente em caso de incêndio, inundações, desabamentos, abalroamentos, naufrágios, ou outras intervenções no âmbito da proteção civil.

Foram ainda inscritas dotações no ano com vista a desenvolver o Plano Municipal de Emergência e o Plano Municipal de Defesa da Floresta, que carecem de revisão, bem como para fazer face ao investimento previsto com a reabilitação da antiga Escola Primária (de baixo) em Posto Territorial de Borba da GNR, de acordo com o contrato Interadministrativo, aprovado em 2020, com a Secretaria-Geral da Administração Interna e a GNR, no qual o Município se assume como dono da obra, assumindo que a despesa prevista (973.292 EUR) é transferida por verbas PIDDAC, pese embora nenhum destes investimentos tenha sido iniciado, uma vez que, parte deles, estão pendentes de aprovações prévias por parte de outras entidades.

Desta forma, o investimento no “Apoio à Proteção Civil”, no ano de 2021, assumiu em orçamento inicial montante superior a 1 milhão de euros, sendo que durante o ano apenas foi possível executar cerca de 37.000 EUR, conforme mapa seguinte.

Mapa 17 - Proteção Civil - 2021

Projeto				Orçamento 2021			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Proteção Civil - Despesas correntes	2020	A	3	1 000 €	1 800 €	836 €	46%
Proteção Civil - Despesas de capital	2020	I	13	1 000 €	1 000 €		
Equipa de Intervenção Permanente	2018	A	7	36 000 €	36 000 €	36 000 €	100%
Apoio à Proteção Civil	2018	I	8	5 000 €	5 000 €		
Plano Municipal de Emergência	2021	I	1	12 500 €	500 €		
Plano Municipal de Defesa da Floresta	2021	I	2	12 500 €	500 €		
Posto Territorial da GNR de Borba	2021	I	3	973 292 €	292 €		
<b>Total</b>				<b>1 041 292 €</b>	<b>45 092 €</b>	<b>36 836 €</b>	<b>82%</b>

**31 Autoridade Nacional de Proteção Civil.**

**32 Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Borba.**

**33 Equipas de Intervenção Permanente,** constituídas para dar resposta às ocorrências que impliquem intervenções de socorro às populações e de defesa dos seus bens, designadamente em caso de incêndio, inundações, desabamentos, abalroamentos, naufrágios, ou outras intervenções no âmbito da proteção civil.

### 3.2.3. LED 3: “JUSTIÇA SOCIAL”

Um Município efetivamente harmonioso e equilibrado passa, necessariamente, pelo desenvolvimento da dimensão social. Desta forma, as políticas de desenvolvimento social devem promover a coesão e a justiça social, com vista a atenuar as desigualdades entre as pessoas e combater todas as formas de pobreza e de exclusão.

Esta linha estratégica de desenvolvimento apresenta três dimensões distintas, a considerar:

2.2.3.1 Promoção da justiça social;

2.2.3.2 Promoção do bem-estar;

2.2.3.3 Valorização das políticas de inclusão social;

Para efeitos de demonstração da execução desta linha estratégica de desenvolvimento foram desenvolvidos um conjunto de projetos e ações, de acordo com a sua dimensão estratégica, dos quais podemos destacar:

#### 3.2.3.1. PROMOÇÃO DA JUSTIÇA SOCIAL

##### 3.2.3.1.1. PROJETOS NA ÁREA DA SAÚDE

Em 2021 manteve-se a preocupação de o Município ter que fazer face a despesa exigente no combate à pandemia do COVID-19, pelo que foi dotado o orçamento inicial de verbas para o efeito.

Foi ainda prevista despesa, no montante de 10.000 EUR, para adesão pelo Município a um programa de apoio à aquisição de medicamentos. A verba destinou-se a apoiar até 100 beneficiários, que demonstrem ser incapazes de adquirir medicamentos sujeitos a receita médica comparticipados pelo Serviço Nacional de Saúde, no montante máximo de 100,00 EUR, mediante protocolo aprovado pela Câmara Municipal.

Encontrava-se ainda prevista a atribuição de apoio (15.371 EUR) à Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano para Reestruturação do Ambulatório do Hospital Santa Luzia de Elvas em Unidade de Alta Resolução, nos termos do Protocolo celebrado com a mesma e com a Associação Coração Delta e os municípios de Elvas, Arronches, Alandroal, Borba, Campo Maior, Estremoz, Monforte, Sousel e Vila Viçosa, no entanto, no final de 2020, o Município informado pela Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano (beneficiária da operação) já se encontrar o projeto em execução, sendo importante proceder-se à transferência dos montantes protocolados para fazer face a despesas do projeto, pelo que, nos termos do mesmo se procedeu à transferência do montante acordado, pelo que não irá assumir execução no ano.

Desta forma, o investimento em “Projetos na área da Saúde”, no ano de 2021, assumiu em orçamento inicial montante de 84.721 EUR, sendo que durante o ano foi possível executar cerca de 171.803 EUR, conforme mapa seguinte.

Mapa 18 - Projetos na área da Saúde- 2021

Projeto				Orçamento 2021			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
COVID-19 - Funcionamento	2019	A	6	51 350 €	114 450 €	112 869 €	99%
COVID-19 - Investimento	2019	I	9	8 000 €	65 100 €	58 433 €	90%
Prog. Apoio Aquisição Medicamentos	2021	A	1	10 000 €	1 000 €	500 €	50%
Reestruturação Ambulatório Hospital de Elvas e/Unidade de Alta Resolução	2018	I	9	15 371 €	371 €		
				<b>84 721 €</b>	<b>180 921 €</b>	<b>171 803 €</b>	<b>95%</b>

### 3.2.3.1.2. APOIO A ESTUDANTES

O Município, em 2021, prosseguiu uma política social que permitiu proceder à atribuição de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior, aprovando a atribuição de mais 3 bolsas de estudo, de modo a atribuir 15 bolsas de estudo, no montante de 75 EUR/mês, pelo período de 10 meses e uma bolsa de mérito escolar, no montante de 750 EUR, nos termos do regulamento em vigor.

Por outro lado, não foram esquecidos os alunos mais carenciados, pelo que se deu continuidade à atribuição de apoio, no âmbito da ação social escolar, no 1.º ciclo e ensino pré-escolar, através da comparticipação das despesas escolares dos alunos pertencentes a agregados familiares com mais baixos rendimentos.

Os objetivos da ação social escolar passam por combater a exclusão social e o abandono escolar, pretendendo promover a igualdade de oportunidades no acesso ao ensino.

Para o efeito, a ação social escolar inclui medidas que passam pela comparticipação económica aos alunos destinada, quer ao fornecimento de refeições escolares, quer à aquisição de livros e material escolar, mediante o escalão atribuído a cada aluno, definido de acordo com o escalão de abono de família, tendo como referência o valor do indexante de apoios sociais.

Entendemos que esta atitude se revela de enorme responsabilidade, uma vez que surge com a prossecução de pretender garantir condições para uma efetiva igualdade de oportunidades para as crianças e os jovens que frequentam o sistema educativo.

Desta forma, o investimento no “Apoio a Estudantes”, no ano de 2021, assumiu, no orçamento inicial, o montante de 18.600 EUR.

Durante o ano, as disponibilidades orçamentais e financeiras existentes e as opções tomadas, permitiram a execução de mais de 15.000 EUR, conforme mapa seguinte.

Mapa 19 - Apoio a Estudantes - 2021

Projeto				Orçamento 2021			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Apoio socioeconómico a estudantes (Bolsas de Estudo)	2018	A	18	12 000 €	13 450 €	12 975 €	96%
Ação Social Escolar	2019	A	5	5 000 €	2 050 €	2 028 €	99%
Apoio à atividade de ação social	2018	A	14	1 600 €	900 €	700 €	78%
<b>Total</b>				<b>18 600 €</b>	<b>16 400 €</b>	<b>15 703 €</b>	<b>96%</b>

### 3.2.3.2. PROMOÇÃO DO BEM-ESTAR

#### 3.2.3.2.1. INVESTIR NOS ESPAÇOS VERDES

O sector do Mármore é de extrema importância para a economia borbense. Estende-se muito para além da extração e produção de “peças” e dos postos de trabalhos diretamente ligados a esta atividade económica desde logo, todo o património edificado com esta rocha ornamental.

O Parque Temático do Mármore reproduz todo o processo de produção do mármore, desde a extração à transformação, através de micromodelações do terreno com definições do perfil de solo, os diversos estratos geológicos a as várias alterações à paisagem que a exploração do Mármore provocou.

Através de um percurso pedestre, podem ver-se os vários tipos de serração e corte, o produto extraído e o produto final, complementado com os vários tipos de vegetação existentes na região.

Assim, o Jardim Municipal de Borba, enquanto Parque Temático do Mármore é um espaço de excelência, bastante utilizado pela população e por quem visita o Concelho.

De forma a manter o espaço adequado à sua exigência, nos últimos anos procedeu-se à beneficiação do espaço infantil, adaptando-o aos novos normativos de segurança e à modernização do sistema de rega.

Em 2021, deu-se continuidade à realização de alguns investimentos no espaço, atendendo à necessidade de colmatar algumas deficiências existentes, procurando mantê-lo como espaço de excelência no Concelho.

Por outro lado, os espaços verdes públicos são cada vez mais defendidos por sustentarem e organizarem a malha urbana, sendo promotores de uma rede distribuidora de continuidade ecológica e cultural, essencial para a sustentabilidade ambiental de qualquer Concelho.

As árvores em vias públicas e noutras áreas livres de edificação são constituintes da floresta urbana e atuam sobre o conforto humano no ambiente, por meio das características naturais da vegetação arbórea, sendo que a mesma pode ainda ser entendida como um mobiliário urbano, um equipamento essencial para o bom funcionamento dos espaços livres de edificação.

Os espaços verdes urbanos são ainda uma possibilidade de contacto com a natureza e permitem um ambiente mais saudável, funcionando como “respiração” do tecido urbano, podendo ser compensadoras de outras condições menos favoráveis, favorecendo a convivência entre diversos grupos sociais, com um potencial de identificação com o património que estimula um sentimento cívico de pertença.

Assim, o investimento nos “Espaços Verdes”, no ano de 2021, assumiu no orçamento inicial, o montante de 14.000 EUR, sendo que durante o ano foi possível executar cerca de 15.000 EUR, conforme mapa seguinte.

Mapa 20 - Investir nos Espaços Verdes - 2021

Projeto				Orçamento 2021			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Reabilitação do Jardim Municipal	2018	I	15	5 000 €	15 500 €	14 056 €	91%
Arranjos Paisagísticos	2018	I	14	9 000 €	1 900 €	861 €	45%
Espaço verde/infantil - Horta Picadeiro	2021	I	18		9 000 €		
<b>Total</b>				<b>14 000 €</b>	<b>26 400 €</b>	<b>14 918 €</b>	<b>57%</b>

### 3.2.3.2.2. PROGRAMA JUVENTUDE EM MOVIMENTO

O Programa Juventude em Movimento tem como objetivo contribuir para a ocupação dos tempos extra letivos de jovens, através do desenvolvimento de atividades que promovam, em contexto de ocupação, uma experiência com a vida profissional.

O desenvolvimento do Concelho está intimamente ligado aos mais jovens e com esta iniciativa o Município contribui para a ocupação dos tempos extra letivos dos jovens, através do desenvolvimento de atividades que promovem em contexto de ocupação, uma experiência com a vida profissional e assim, fomentam o contacto com a realidade onde serão integrados/as, em áreas de interesse comunitário.

O programa prevê, preferencialmente, como áreas de interesse comunitário:

- A proteção e salvaguarda do património histórico;
- A defesa do ambiente;
- A promoção e divulgação cultural;
- As atividades desportivas;
- As ações de âmbito social.

O programa pretende também desenvolver nos jovens valores de responsabilidade, solidariedade, cidadania e de interajuda. Para o efeito, anualmente, o programa permite o desenvolvimento de atividades, em diferentes áreas, como sejam:

- Educação e juventude;
- Desporto e tempos livres;
- Feiras e eventos;
- Cultura e património;
- Ambiente e espaços verdes.

Em regra, o programa é dirigido a todos os jovens residentes no Concelho de Borba, cujas idades estejam compreendidas entre os 15 e os 25 anos, preferencialmente integrados no sistema de ensino ou no sistema de formação profissional. Durante o período de atividade os jovens têm direito a seguro de acidentes pessoais, da responsabilidade da Autarquia e uma bolsa horária por cada hora realizada em regime ocupacional que deverá ser paga na totalidade e após completo o período de integração na vaga.

Assim, a ocupação dos tempos de lazer dos jovens do Concelho de Borba no programa Juventude em Movimento, não só promove a ocupação das férias dos jovens, como se afigura como uma ajuda ao desenvolvimento de um espírito de cidadania, potenciando a sua capacidade de participação social e cívica na comunidade.

No ano de 2021, o Município assumiu em orçamento inscrever para o programa o montante de 2.000 EUR, sendo que no decorrer do programa se executou um montante superior (3.100 EUR), de acordo com a adesão ao mesmo), conforme mapa seguinte.

Mapa 21 - Programa Juventude em Movimento - 2021

Projeto				Orçamento 2021			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Juventude em Movimento	2018	A	17	2 000 €	3 100 €	3 100 €	100%

### 3.2.3.2.3. VALORIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE RECREIO E DE LAZER

Independentemente do elevado custo que o Município suporta com o funcionamento de alguns equipamentos de recreio e de lazer, como é o caso das piscinas municipais (essencialmente as cobertas), continuou a Câmara Municipal a investir no funcionamento dos mesmos, de modo a proporcionar condições de lazer e bem-estar à população, procurando, todavia, encontrar alternativas viáveis para os consumos mais elevados, através de medidas que gerem melhores eficiências energéticas.

Por outro lado, ao longo dos últimos anos, o Município procedeu a um investimento significativo, ao nível de equipamentos de recreio e lazer, essencialmente pela necessidade de remodelação completa dos parques infantis do Concelho, pelo que importa dar continuidade aos investimentos realizados, pese embora de forma faseada, continuando a proceder à valorização deste tipo de equipamentos.

Independentemente das intenções municipais, o contexto de pandemia do SARS-CoV-2 impôs algumas restrições à utilização de alguns destes equipamentos, o que limitou bastante as intenções inicialmente previstas.

Desta forma, o investimento na “Valorização de Equipamentos de Recreio e Lazer”, no ano de 2021, assumiu, no orçamento inicial, um montante próximo dos 138.000 EUR, sendo que, durante o ano, atendendo às limitações existentes, apenas foi possível executar cerca de 53.000 EUR, conforme mapa seguinte.

Mapa 22 - Valorização de Equipamentos de Recreio e de Lazer - 2021

Projeto				Orçamento 2020			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Valorização de Equipamentos de Recreio e Lazer	2018	I	30	10 000 €	10 000 €	2 375 €	24%
Iniciativas Desportivas, de Recreio e Lazer	2018	A	25	9 150 €	5 850 €	4 923 €	84%
Otimização Energéticas nas Piscinas Municipais	2020	I	8		5 535 €	5 535 €	100%
Piscinas Cobertas	2018	A	27	111 325 €	55 504 €	37 130 €	67%
Piscinas Descobertas	2018	A	28	7 500 €	2 901 €	2 728 €	94%
<b>Total</b>				<b>137 975 €</b>	<b>79 790 €</b>	<b>52 692 €</b>	<b>66%</b>

### 3.2.3.3. VALORIZAÇÃO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL

#### 3.2.3.3.1. PLANO DE AÇÃO INTEGRADO PARA AS COMUNIDADES DESFAVORECIDAS

O PAICD<sup>34</sup> de Borba foi alvo de candidatura ao POR<sup>35</sup> Alentejo, com o objetivo de realizar investimentos, de forma integrada, de acordo com as carências mais sentidas pela comunidade mais desfavorecida.

A aprovação deste plano permitiu ao Município garantir cofinanciamento FEDER em 85% para a reabilitação de um imóvel devoluto, propriedade do Município, em Casa Social (Casa de Acolhimento Temporário), de forma a responder a uma necessidade emergente com que o Município se depara frequentemente, e para a qual não tem, atualmente, resposta social adequada.

Esta Casa de Acolhimento Temporário foi pensada para atuar numa fração populacional específica com problemáticas sociais adjacentes e situações críticas que necessitam de intervenção urgente. A instalação deste equipamento de utilização coletiva, servirá de apoio às famílias com necessidades de realojamento por períodos não superiores a 4 meses.

Uma das particularidades desta edificação é a sua localização geográfica, situada no centro da cidade, próxima de superfícies comerciais, bancárias, de restauração, da Câmara Municipal e do Posto Territorial da GNR de Borba. Esta proximidade, potencia o trabalho de inclusão e desenvolvimento social com estas famílias a ser desenvolvido pelo Serviço de Ação Social do Município de Borba, e permite a intervenção imediata e concertada em situações urgentes.

A construção deste equipamento encontra-se a decorrer, sob a forma de empreitada, adjudicada pelo montante de cerca de 105.000 EUR, tendo-se verificado, em obra, a necessidade de efetuar alterações ao projeto, que ascenderam a cerca de 30 000 EUR, prevendo-se agora a conclusão durante o ano de 2022.

Por outro lado, em 2021 submeteu-se uma nova candidatura, com dotação já aprovada no PAICD de Borba, destinada a garantir a reabilitação das 16 habitações sociais, propriedade do Município, do Loteamento do Chalé, de modo a proceder a melhorias nas mesmas, com vista resolver problemas com que as mesmas se deparam fruto do envelhecimento deste parque habitacional, procurando assim garantir melhores condições de vida às famílias que residem nas mesmas.

A execução deste investimento não foi possível ter início em 2021, uma vez que o procedimento por consulta prévia para a realização da mesma ficou deserto de propostas e neste sentido, prevê-se durante o ano de 2022, dar início à elaboração de novo procedimento para a execução da obra.

Desta forma, o “PAICD de Borba” apresentou durante o ano de 2021 uma execução inferior a 23.000 EUR dos cerca de 225.000 EUR previstos em sede de orçamento inicial, conforme mapa seguinte.

Mapa 23 - PAICD de Borba - 2021

Projeto				Orçamento 2021			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Casa Social de Borba	2018	I	11	76 500 €	106 500 €	22 312 €	21%
Reabilit. Habit. Social Loteam. Chalé	2021	I	4	148 400 €	400 €		
<b>Total</b>				<b>224 900 €</b>	<b>106 900 €</b>	<b>22 312 €</b>	<b>21%</b>

<sup>34</sup> Plano de Ação Integrada para as Comunidades Desfavorecidas.

<sup>35</sup> Programa Operacional Regional - ALENTEJO 2020.

### 3.2.3.3.2. PROGRAMAS DE EMPREGO APOIADO

O Emprego Apoiado consiste na atividade profissional, desenvolvida por pessoas com deficiência e incapacidade e capacidade de trabalho reduzida, em postos de trabalho em regime de contrato de emprego apoiado, integrados na organização produtiva ou de prestação de serviços dos empregadores, sob condições especiais, designadamente sob a forma de enclaves.

O Contrato de Emprego apoiado em mercado aberto constitui uma modalidade de apoio da medida Emprego Apoiado do Programa de Emprego e Apoio à Qualificação das Pessoas com Deficiência e Incapacidade.

Por outro lado, o Contrato Emprego-Inserção consiste na realização de trabalho socialmente necessário, por parte de desempregados beneficiários de desemprego ou de subsídio social de desemprego.

O Município de Borba, no âmbito das suas responsabilidades de inclusão social, deu continuidade e manteve, no ano de 2021, um conjunto de candidaturas, junto do IEFP<sup>36</sup>, com quem mantém estreita colaboração, para realização de contratos de emprego apoiado (CEI<sup>37</sup>, CEI+<sup>38</sup> e Emprego Apoiado em Mercado Aberto<sup>39</sup>).

Desta forma, o investimento em “Emprego Apoiado e Emprego-Inserção”, no ano de 2021, assumiu, no orçamento inicial, um montante próximo dos de 287.550 EUR.

Por outro lado, durante o ano de 2021, as disponibilidades orçamentais e financeiras existentes e as opções tomadas, permitiram a execução de cerca de 353.000 EUR, conforme mapa seguinte.

Mapa 24 - Programas de Emprego Apoiado - 2021

Projeto				Orçamento 2021			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Programa Emprego Apoiado	2018	A	16	195 500 €	251 302 €	249 063 €	99%
Contratos Emprego-Inserção	2018	A	15	92 050 €	104 000 €	103 823 €	100%
<b>Total</b>				<b>287 550 €</b>	<b>355 302 €</b>	<b>352 885 €</b>	<b>99%</b>

#### 36 Instituto de Emprego e Formação Profissional.

**37 Contrato Emprego Inserção:** Medida de emprego que visa, através da realização de atividades que satisfaçam necessidades sociais ou coletivas temporárias, a nível local ou regional, apoiar a (re)inserção profissional de desempregados subsidiados ou beneficiários do Rendimento Social de Inserção.

**38 Contrato Emprego Inserção+:** Medida de emprego que visa, através da realização de atividades que satisfaçam necessidades sociais ou coletivas temporárias, a nível local ou regional, apoiar a (re)inserção profissional de desempregados subsidiados ou beneficiários do Rendimento Social de Inserção.

**39 Atividade profissional desenvolvida por pessoas com deficiência e incapacidade e capacidade de trabalho reduzida,** em postos de trabalho em regime de emprego apoiado, integrados, sob condições especiais.

### 3.2.4. LED 4: “PLANEAMENTO, ECOLOGIA E AMBIENTE”

Um Concelho desenvolvido tem como base das decisões, a sustentabilidade económica, social e ambiental.

As competências das autarquias estão diretamente ligadas a questões de planeamento e de ordenamento do território (plano diretor municipal, planos de pormenor, planos de urbanização, etc.), bem como questões ambientais de enorme importância, de onde se pode destacar, o abastecimento de água, o saneamento, a recolha de resíduos urbanos, o tratamento dos espaços verdes e o ordenamento do território.

Todas estas competências têm uma forte interação com a vida dos seus munícipes, quer através dos custos inerentes aos serviços prestados pelo Município, quer através da adoção de políticas sustentáveis que terão impacto nas gerações vindouras.

Esta linha estratégica de desenvolvimento apresenta três dimensões, nomeadamente:

2.2.4.1 Criação de instrumentos de planeamento e de ordenamento do território

2.2.4.2 Articulação de ações e medidas com as concessionárias;

2.2.4.3 Implementação de boas práticas.

Para demonstração da execução desta linha estratégica de desenvolvimento foram desenvolvidos um conjunto de projetos e ações, de acordo com a sua dimensão estratégica, dos quais podemos destacar:

#### 3.2.4.1. CRIAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO E DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

##### 3.2.4.1.1. PLANOS MUNICIPAIS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

O PDM<sup>40</sup> é um instrumento legal fundamental na gestão do território municipal, uma vez que define o quadro estratégico de desenvolvimento territorial do Município, sendo o instrumento de referência para a elaboração dos demais planos municipais, afigurando-se assim como um instrumento de planeamento e ordenamento territorial de natureza regulamentar, que vincula a administração e os particulares e cuja elaboração é obrigatória e da responsabilidade dos municípios, encontrando-se o de Borba em revisão.

Cabe aos planos de ordenamento definir o modelo de organização espacial do território, constituindo uma síntese estratégica do desenvolvimento e ordenamento e articular as orientações estabelecidas pelos instrumentos de gestão territorial, estabelecendo o planeamento da ocupação, uso e transformação do território municipal; os princípios e os critérios subjacentes a opções de localização de infraestruturas, equipamentos, serviços e funções; e a programação dos principais investimentos municipais.

Em 2021, também se encontrava previsto iniciar a elaboração de um plano de pormenor e de uma ORU<sup>41</sup>, para enquadramento no PARU de Borba, no entanto o mesmo ainda não ocorreu, pelo que, os “Planos Municipais de Ordenamento do Território” apresentaram a execução financeira constante no mapa seguinte.

**Mapa 25 - Planos Municipais de Ordenamento do Território - 2021**

Projeto				Orçamento 2021			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Plano Diretor Municipal	2018	I	12	40 000 €	50 000 €	14 760 €	30%
Operação Reabilitação Urbana	2019	I	12	5 000 €	25 000 €		
Plano de Pormenor	2018	I	13	10 000 €	10 000 €		
<b>Total</b>				<b>55 000 €</b>	<b>85 000 €</b>	<b>14 760 €</b>	<b>17%</b>

<sup>40</sup> Plano Diretor Municipal.

<sup>41</sup> Operação de Reabilitação Urbana.

### 3.2.4.1.2. PLANO ESTRATÉGICO DE HABITAÇÃO LOCAL

O plano estratégico de habitação local é um instrumento que define a estratégia de intervenção em matéria de política de habitação local.

O plano deve ter por base um diagnóstico das carências existentes relativamente ao acesso à habitação, dos recursos e das dinâmicas de transformação das áreas a que se referem, de forma a definir as metas e os objetivos a atingir no período da sua vigência, especificar as soluções habitacionais a desenvolver e a sua priorização.

Deve ainda articular os objetivos e as ações a desenvolver em matéria de política de habitação com as outras políticas setoriais, nomeadamente, as políticas urbanas, sociais, de emprego, educação, saúde, transportes, entre outras.

Deve assim fornecer um enquadramento estratégico e um modelo de intervenção, para a atuação em matéria de habitação, transparente, simples, pragmático e mensurável, que oriente e articule as políticas públicas de habitação e a atuação das entidades públicas e privadas no território em causa.

No âmbito da nova geração de políticas de habitação, as estratégias locais de habitação são valorizadas como forma de promover, não só a adequação dos instrumentos de política nacionais às especificidades locais e a adoção de uma abordagem integrada e estratégica na sua implementação, como de garantir que as soluções habitacionais a desenvolver com apoio público são conducentes à integração socio territorial das comunidades menos favorecidas.

Com efeito, esta adequação e abordagem integrada é considerada particularmente crítica no caso dos instrumentos de apoio ao acesso à habitação por parte das famílias que vivem em situação de grave carência habitacional e que frequentemente enfrentam outros obstáculos mais profundos à sua inclusão e autonomia, como sejam a pobreza, o desemprego, a discriminação, a falta de qualificações, entre outros.

Por esta razão, a apresentação prévia, por parte do Município, da estratégia local de habitação é obrigatória, no caso dos apoios a conceder ao abrigo do 1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, que visa a promoção de soluções habitacionais para pessoas que vivem em condições habitacionais indignas e que não dispõem de capacidade financeira para suportar o custo do acesso a uma habitação adequada.

Em 2021, foi iniciado o Plano Estratégico de Habitação Local do Município de Borba, apresentando o mesmo, execução financeira próxima dos 50%, conforme mapa seguinte.

**Mapa 26 - Plano Estratégico de Habitação Local - 2021**

Projeto				Orçamento 2021			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Plano Estratégico de Habitação Local	2019	I	13	23 616 €	23 616 €	11 439 €	48%

### 3.2.4.1.3. PLANO DE AÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA DE BORBA

Os objetivos gerais do PARU<sup>42</sup> Borba procuram enquadrar a perspetiva legal, constante no RJRU<sup>43</sup>, na especificidade territorial das Áreas de Reabilitação Urbana de Borba. Para que a reabilitação urbana se constitua como um meio eficaz nos objetivos globais defendidos, considera-se que os objetivos devem ser determinantes, mas transversais na problematização urbanística, social, económica, histórica, etc.

O desenvolvimento do PARU Borba, iniciado em 2015, teve como objetivos impulsionar a reabilitação urbana, marcar novas centralidades no centro urbano, valorizar a coesão territorial, procurar a sustentabilidade e a inclusão social e valorizar a participação pública.

A prossecução de tais objetivos pretende-se efetuar, através da seleção de intervenções em edificado público ou privado, e no espaço urbano, escolhidas para que a atratividade funcione como um gatilho que despoleta, tanto a dinamização de atividades já existentes, como o surgimento de novas atividades e permitindo a apresentação de candidatura, por parte do Município e dos parceiros que se queiram associar aos mecanismos de financiamento deste tipo de intervenções.

À data encontra-se garantido cofinanciamento FEDER de 85% do investimento elegível, pelo POR Alentejo 2020, a 5 candidaturas para execução de projetos, nomeadamente:

- Reabilitação do Celeiro da Cultura (+/- 244.000 EUR), com empreitada atualmente em execução e prevista terminar em 2022;
- Reabilitação do Adarve da Muralha do Castelo de Borba e Criação do Centro de Artes e Ofícios (+/- 150.000 EUR), com empreitada finalizada em 2021;
- Museu de Borba e Enoteca (237.250 EUR), a criar no edifício onde funcionava o Centro Cultural de Borba, com empreitada, por adjudicar<sup>44</sup>, e que se pretende iniciar em 2022;
- Museu do Brinquedo (105.000 EUR), a criar em parte do Palacete Alvarez, com empreitada, por adjudicar<sup>45</sup>, e que se pretende iniciar em 2022;
- Centro de Interpretação da Guerra da Restauração (223.000 EUR), a criar no edifício sito em frente ao Celeiro da Cultura, com empreitada adjudicada e prevista iniciar em 2022.

Desta forma, o investimento no “PARU de Borba”, em 2021, assumiu no orçamento inicial, cerca de 800.000 EUR, tendo sido possível ao longo do ano executar menos de 150.000 EUR, conforme mapa seguinte.

Mapa 27 - Plano de Ação de Reabilitação Urbana de Borba - 2021

Projeto				Orçamento 2021			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Reabilitação do Celeiro da Cultura	2018	I	24	178 000 €	178 000 €	106 112 €	60%
Adarve Muralha e Centro Artes e Ofícios	2018	I	25	45 000 €	45 000 €	36 269 €	81%
Museu de Borba	2021	I	11	237 250 €	1 200 €		
Museu do Brinquedo	2021	I	12	105 000 €	1 000 €		
Centro Interpretação Guerra Restauração	2021	I	13	223 000 €	207 550 €		
<b>Total</b>				<b>793 250 €</b>	<b>437 750 €</b>	<b>142 381 €</b>	<b>33%</b>

<sup>42</sup> Plano de Ação de Reabilitação Urbana.

<sup>43</sup> Regime Jurídico de Reabilitação Urbana.

<sup>44</sup> O procedimento de contratação pública, aberto em 2021, culminou deserto de propostas.

<sup>45</sup> O procedimento de contratação pública, aberto em 2021, culminou deserto de propostas.

### 3.2.4.2. ARTICULAÇÃO DE AÇÕES E MEDIDAS COM AS CONCESSIONÁRIAS

#### 3.2.4.2.1. ARTICULAÇÃO DE AÇÕES E MEDIDAS EM PARCERIA COM AS CONCESSIONÁRIAS

O Município ao longo dos últimos anos tem vindo a desenvolver ações e medidas, em parceria com as concessionárias do serviço de abastecimento de água e saneamento (AVT<sup>46</sup>) e do serviço de gestão e tratamento de RU (Gesamb, EIM).

A articulação de ações e medidas em parceria pretende permitir reduzir os custos associados aos serviços, de forma a melhorar a eficiência dos serviços, diminuindo as perdas no abastecimento de água e a pegada ambiental do Município.

Nesse sentido, com a AVT foi implementado o *Wone*, um sistema tecnológico desenvolvido pela EPAL para gerir com mais eficiência os fluxos de água e minimização de perdas, ao passo que com a Gesamb, o Município desenvolveu, em parceria, um projeto, com vista ao aumento da eficiência da recolha seletiva e triagem dos resíduos.

Independentemente de se dever continuar a articular ações e medidas, em parceria, com as concessionárias, o custo destes serviços (principalmente do abastecimento de água e saneamento) mantém-se bastante elevado.

Desta forma, o investimento na “Articulação de ações e medidas em parceria com as concessionárias”, no ano de 2021, assumiu, no orçamento inicial, um montante próximo dos 930.000 EUR.

Por outro lado, durante o ano, as disponibilidades orçamentais e financeiras existentes e as opções tomadas, permitiram a execução de cerca de 1.025.000 EUR, conforme mapa seguinte.

**Mapa 28 - Articulação de Ações e Medidas em parceria com as Concessionárias - 2021**

Projeto				Orçamento 2021			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Sistema Intermunicipal de Abastecimento de Água	2018	A	20	525 000 €	596 150 €	596 143 €	100%
Sistema Intermunicipal de Saneamento	2018	A	19	195 550 €	229 750 €	227 196 €	99%
Gestão de Resíduos Urbanos	2018	A	22	196 250 €	195 050 €	193 449 €	99%
Limpeza Pública	2018	A	21	10 000 €	9 000 €	7 625 €	85%
<b>Total</b>				<b>926 800 €</b>	<b>1 029 950 €</b>	<b>1 024 413 €</b>	<b>99%</b>

<sup>46</sup> Sociedade de Águas do Vale do Tejo, SA.

### 3.2.4.3. IMPLEMENTAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS

#### 3.2.4.3.1. REMODELAÇÃO DE REDES (AA/AR) E REQUALIFICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS (RU)

As redes de abastecimento de água (AA) e de saneamento de águas residuais (AR), em baixa, encontram-se bastante deterioradas, em grande parte do Concelho.

Esta situação apresenta-se particularmente preocupante, uma vez que o Município é fornecido, em alta, pela sociedade Águas do Vale do Tejo e as perdas, verificam-se nas redes que são competência do Município.

Assim, torna-se necessário proceder a um conjunto de investimentos nestas redes, de forma a diminuir as perdas existentes, reduzindo os custos associados ao serviço de abastecimento e saneamento em alta.

Para o efeito foram efetuadas algumas intervenções nas redes que apresentavam maior urgência de intervenção, de forma a permitir planejar, faseadamente investimentos futuros nas restantes.

Em simultâneo, torna-se também necessário proceder à aquisição e requalificação de contentores de RU, de contadores de água e na inovação e implementação de novos sistemas na recolha seletiva, de forma a manter um padrão de qualidade adequado nos serviços prestados aos munícipes.

Assim, o investimento na “Remodelação de redes (AA/AR) e requalificação de equipamentos (RU)”, no ano de 2021, assumiu no orçamento inicial um montante próximo dos 250.000 EUR, sendo que, durante o ano, as disponibilidades orçamentais e financeiras existentes e as opções tomadas, permitiram apenas a execução de cerca de 70.000 EUR, conforme mapa seguinte.

**Mapa 29 - Remodelação das Redes (AA/AR) e Requalificação de Equipamentos (RU) - 2021**

Projeto				Orçamento 2021			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Remodelação rede águas residuais	2018	I	16	35 000 €	35 000 €	8 274 €	24%
Substit. caixas ramal de saneamento	2019	I	3	10 000 €	10 000 €	566 €	6%
Controlo de Perdas de Águas	2019	I	5	6 000 €	8 000 €	7 970 €	100%
Valorização Reservatório de Orada	2021	I	7	8 500 €	8 500 €		
Equip. limpeza e desob. de esgotos	2021	I	6	20 000 €	1 000 €		
Reabilitação da ETAR da Ribeira	2021	I	5	33 500 €	69 500 €		
Remodelação rede abast. de água	2018	I	18	45 000 €	31 400 €	23 696 €	75%
Remodelação condutas R. Moinhos	2018	I	22	20 000 €	10 005 €	8 560 €	86%
Remodelação condutas da Orada	2018	I	23	10 000 €	10 000 €	4 714 €	47%
Execução rede de esgotos - Talisca	2020	I	6	30 000 €	6 000 €		
Aquisição/Requalificação Equip. RSU	2018	I	20	21 500 €	16 500 €	8 904 €	54%
Contadores de água	2018	I	19	6 000 €	8 000 €	5 251 €	66%
Protocolo POSEUR	2019	I	6	1 079 €	1 076 €	844 €	78%
<b>Total</b>				<b>246 579 €</b>	<b>214 981 €</b>	<b>68 778 €</b>	<b>32%</b>

### 3.2.4.3.2. PROGRAMA SAPADORES FLORESTAIS

O Município dispõe de uma equipa<sup>47</sup> de sapadores florestais. Os sapadores florestais são trabalhadores especializados, com perfil e formação específica adequada ao exercício das funções de prevenção dos incêndios florestais, através de ações de silvicultura preventiva, nomeadamente da roça de matos e limpeza de povoamentos, da realização de fogos controlados, da manutenção e beneficiação da rede divisional, linhas quebra-fogo e outras infraestruturas.

Estes profissionais exercem ainda funções de vigilância das áreas a que se encontram adstritos; apoio ao combate aos incêndios florestais e às subsequentes operações de rescaldo; sensibilização do público para as normas de conduta em matéria de ações de prevenção, do uso do fogo e da limpeza das florestas, nomeadamente através da sua demonstração.

O funcionamento da equipa de Sapadores Florestais foi apoiado em 2021, por meio de candidatura submetida e aprovada pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, até ao montante máximo de 40.000 EUR.

Desta forma, o investimento no “Programa Sapadores Florestais”, no ano de 2021, assumiu, no orçamento inicial, o montante de 88.100 EUR.

Durante o ano de 2021, as disponibilidades orçamentais e financeiras existentes e as opções tomadas, permitiram a execução de cerca de 72.500 EUR, conforme mapa seguinte.

**Mapa 30 - Programa Sapadores Florestais - 2021**

Projeto				Orçamento 2021			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Sapadores Florestais	2018	A	29	83 100 €	81 580 €	71 737 €	88%
Sapadores Florestais	2018	I	33	5 000 €	5 000 €	700 €	14%
<b>Total</b>				<b>88 100 €</b>	<b>86 580 €</b>	<b>72 437 €</b>	<b>84%</b>

<sup>47</sup> Equipa SP-03-183, aprovada pelo ICNF.

### 3.2.4.3.3. PARQUE DE MÁQUINAS E VIATURAS E FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS

O Parque de Máquinas e Viaturas do Município apresentava enormes fragilidades, uma vez que as máquinas e viaturas, na sua maioria, apresentavam um elevado número de anos de serviço, com desgaste relevante, necessitando, com muita frequência, de reparações bastante dispendiosas.

Assim, nos últimos anos, a Câmara Municipal tem procedido, faseadamente, à aquisição de máquinas e viaturas, para efeitos de substituição, com a finalidade de modernizar a sua frota municipal, para poder dar resposta às funções que os serviços têm que desempenhar.

Por esse motivo, apresentou o Município 2 candidaturas, ao Fundo Ambiental, no âmbito do Programa de Apoio à Mobilidade Elétrica na Administração Pública, de forma a dotar os serviços de equipamentos adequados ao cumprimento das suas obrigações, com maior respeito pelo meio ambiente, com vista à aquisição, em regime de locação financeira, de:

- Um quadriciclo elétrico e respetivo carregador semirrápido, destinado aos serviços de ambiente e limpeza urbana, para melhoria do serviço de limpeza e manutenção de espaços verdes (montante estimado em cerca de 38.500 EUR);
- Uma viatura elétrica ligeira de passageiros e respetivo carregador semirrápido, destinada aos serviços de cultura, desporto, turismo, educação, ação social, e outros, nas deslocações em serviço para realização de atividades e na participação em reuniões e encontros temáticos (montante estimado em cerca de 42.000 EUR).

As referidas candidaturas foram aprovadas pelo Fundo Ambiental, mas o processo de aquisição apenas finalizou no final de 2021, pelo que não existe qualquer execução financeira no ano de 2021. Assim, prevê-se, para 2022, a concessão de visto aos contratos de locação financeira, por parte do Tribunal de Contas, para efeitos de entrada em funcionamento das mesmas, com a respetiva execução prevista.

Desta forma, o investimento no “Parque de Máquinas e Viaturas e funcionamento dos serviços”, no ano de 2021, assumiu, no orçamento inicial, o montante próximo dos 785.000 EUR.

Durante o ano de 2021, as disponibilidades orçamentais e financeiras existentes e as opções tomadas, permitiram a execução de um montante ligeiramente superior aos 710.000 EUR, conforme mapa seguinte.

**Mapa 31 - Parque de Máquinas e Viaturas e Funcionamento dos Serviços - 2021**

Projeto				Orçamento 2021			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Máquinas, viaturas e equipamentos	2018	I	4	105 624 €	112 574 €	101 236 €	90%
Fundo Ambiental - Quadriciclo Elétrico	2020	I	1	12 873 €	12 873 €		
Fundo Ambiental - Veículo Ligeiro Elétrico	2020	I	2	13 821 €	13 821 €		
Funcionamento de máquinas, viaturas e equipamentos	2018	A	5	232 250 €	240 900 €	225 948 €	94%
Funcionamento Serviços Gerais e manutenção das instalações	2018	A	6	419 650 €	427 871 €	384 167 €	90%
<b>Total</b>				<b>784 219 €</b>	<b>808 040 €</b>	<b>711 351 €</b>	<b>88%</b>

#### 3.2.4.3.4. INFRAESTRUTURAS, ILUMINAÇÃO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

O Município continuou a apostar na elaboração de candidaturas, com vista à implementação de medidas de eficiência energética, de forma a reduzir a sua pegada ambiental e os custos associados aos serviços de energia, dando continuidade, também, ao investimento em infraestruturas para a distribuição de iluminação pública, de modo a lograr, faseadamente, modernizar a iluminação pública no Concelho, procurando diminuir o elevado custo que suporta com a mesma.

Tal facto, levou o Município, no ano de 2018, a assumir o compromisso, com a CIMAC e os restantes municípios do Alentejo Central, de aderir a um contrato de eficiência energético, que lhe permitiria, reduzir os custos associados à rede de iluminação pública.

No entanto, o contrato sofreu alguns atrasos, o que não permitiu a sua execução durante o ano nos termos previstos.

Desta forma, o investimento em “Infraestruturas, iluminação pública e eficiência energética”, no ano de 2021, assumiu, no orçamento inicial, um montante próximo dos 200.000 EUR.

Por outro lado, durante o ano de 2021, as disponibilidades orçamentais e financeiras existentes e as opções tomadas, permitiram uma execução ligeiramente superior a 195.000 EUR, conforme mapa seguinte.

**Mapa 32 - Infraestruturas, Iluminação e Eficiência Energética - 2021**

Projeto				Orçamento 2021			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Medidas de Eficiência Energética	2018	I	31	5 000 €	1 000 €		
Infraestruturas para distribuição de iluminação pública	2018	I	36	10 000 €	6 550 €	4 213 €	64%
Loteamento Urbano em Rio de Moinhos	2019	I	10	60 000 €	31 700 €	10 000 €	32%
Rede de Iluminação Pública	2018	A	30	24 000 €	53 734 €	53 694 €	100%
Eficiência Energética - CIMAC	2020	A	2	56 100 €	56 061 €	56 061 €	100%
Contrato de Gestão de Eficiência Energética	2018	I	63	43 176 €	71 576 €	71 476 €	100%
<b>Total</b>				<b>198 276 €</b>	<b>220 621 €</b>	<b>195 444 €</b>	<b>89%</b>

### 3.2.4.3.5. CENTRO DE RECOLHA OFICIAL DE ANIMAIS DE COMPANHIA

O Município submeteu, em 2021, uma candidatura ao ICNF<sup>48</sup> para construção de um CRO<sup>49</sup>, de modo a dar cumprimento às políticas de respeito pelo bem-estar animal.

A candidatura em apreço assumiu o montante próximo dos 220.000 EUR e foi aprovada pelo ICNF no final de 2021.

No orçamento inicial de 2021, foram inscritas verbas, em montante residual, e por uma questão de precaução, caso houvesse possibilidade e/ou necessidade de dar andamento aos trabalhos de construção ainda no decorrer do próprio ano, o que não veio a ocorrer.

A construção do CRO irá implicar a assunção, pelo Município, de uma política responsável, de modo a promover a captura e tratamento de animais errantes, executando ações com vista a reduzir o abandono, fomentando a adoção responsável.

Será também de grande importância a disponibilização de informação atempada e útil sobre os animais em condições de serem adotados, permitindo a visita dos mesmos, com vista a que sejam atingidas altas taxas de adoção.

Para o efeito, será necessário dar continuidade ao serviço de medicina veterinária, cada vez mais atento às necessidades do Concelho, com a aplicação de vacinação e a resolução de situações emergentes e gestão técnica do CRO.

Desta forma, o investimento no “Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia”, no ano de 2021, assumiu, no orçamento inicial, um montante próximo dos 15.000 EUR.

Por outro lado, durante o ano de 2021, as disponibilidades orçamentais e financeiras existentes e as opções tomadas, permitiram uma execução ligeiramente superior a 2.000 EUR, conforme mapa seguinte.

**Mapa 33 - Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia - 2021**

Projeto				Orçamento 2021			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia	2020	I	7	10 000 €	1 000 €		
Serviços de veterinária	2021	A	2	5 000 €	2 550 €	2 179 €	85%
<b>Total</b>				<b>15 000 €</b>	<b>3 550 €</b>	<b>2 179 €</b>	<b>61%</b>

<sup>48</sup> Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas.

<sup>49</sup> Centro de Recolha Oficial de animais de companhia.

### 3.2.4.3.6. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Para plena execução do orçamento, o Município teve que fazer face a despesa com ativos e passivos financeiros, entendendo-se que o mesmo se trata de uma boa prática, quando para resposta às elevadas competências do Município se procura garantir a sua sustentabilidade atual e futura.

No ano de 2021, foi prevista e executada despesa com ativos financeiros, através da participação da CIMAC no capital da ADRAL, cabendo ao Município, na qualidade de membro integrante da CIMAC, o montante na ordem dos 2.860 EUR.

Por outro lado, foi previsto um montante residual (1.000 EUR) para realização do capital do FAM, por uma questão de precaução, uma vez que o Município solicitou interesse em proceder à realização da última tranche de capital no Fundo no ano de 2020, conforme previsto no artigo 3.º-B da Lei n.º 4-B/2020, de 6 de abril, deduzindo à mesma a distribuição de resultados de 2017/2018 e de 2019, de modo a ficar liberto dessa necessidade no ano de 2021. A situação em apreço foi devidamente resolvida em 2020, pelo que o valor inscrito em 2021 não teve qualquer execução financeira.

No que respeita aos passivos financeiros, foi inscrito, em sede de orçamento inicial, um montante para fazer face ao serviço da dívida dos empréstimos de médio e longo prazo contratados, quer ao nível da sua amortização anual, quer ao nível dos encargos com juros, tendo a execução dos mesmos ocorrido de acordo com o serviço da dívida previsto nos respetivos empréstimos de médio e longo prazos.

Desta forma, o investimento em “Ativos e passivos financeiros”, no ano de 2021, assumiu, no orçamento inicial, um montante na ordem dos 530.000 EUR, sendo que, durante o ano, as opções tomadas, permitiram uma execução ligeiramente superior a 528.000 EUR, através do cumprimento pleno dos contratos em vigor, conforme mapa seguinte.

**Mapa 34 - Ativos e Passivos Financeiros - 2021**

Projeto				Orçamento 2021			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Capital Social do Fundo de Apoio Municipal	2018	I	57	1 000 €	1 000 €		
Aumento da participação da CIMAC no capital da ADRAL	2020	I	15	2 860 €	2 860 €	2 860 €	100%
Amortização de Empréstimos	2018	I	7	436 112 €	436 312 €	436 284 €	100%
Encargos com juros	2018	A	36	90 550 €	89 600 €	89 252 €	100%
<b>Total</b>				<b>530 522 €</b>	<b>529 772 €</b>	<b>528 396 €</b>	<b>100%</b>

## IV. ANÁLISE FINANCEIRA

### 4.1. BALANÇO

#### 4.1.1. EVOLUÇÃO DO ATIVO

O “Ativo” do Município de Borba assumiu, no final de 2021, um montante na ordem dos 39,6 milhões de euros, representando uma diminuição de cerca de 3% face a 2020 (correspondendo a cerca de -1,2 milhões de euros), conforme se pode verificar no mapa seguinte.

Mapa 35 - Evolução do Ativo - 2020/2021

RUBRICAS	2020	2021	Δ 2020/2021 %	Δ 2020/2021 €
<b>Ativo não corrente</b>	<b>38 812 576,54</b>	<b>37 461 095,11</b>	<b>-3,48%</b>	<b>-1 351 481,43</b>
Ativos fixos tangíveis	37 945 255,69	36 388 878,72	-4,10%	-1 556 376,97
Propriedades de investimento				
Ativos intangíveis	44 746,44	150 698,85	236,78%	105 952,41
Investimentos Participações financeiras	198 490,50	198 490,50	0,00%	0,00
Diferimentos	624 083,91	723 027,04	15,85%	98 943,13
Outras contas a receber				
<b>Ativo corrente</b>	<b>1 996 542,50</b>	<b>2 157 786,92</b>	<b>8,08%</b>	<b>161 244,42</b>
Inventários	112 349,85	290 237,01	158,33%	177 887,16
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	122 515,61	84 326,26	-31,17%	-38 189,35
Clientes, contribuintes e utentes	255 157,78	251 918,98	-1,27%	-3 238,80
Estado e outros entes públicos	61 506,74	59 143,11	-3,84%	-2 363,63
Outras contas a receber	762 390,20	727 614,25	-4,56%	-34 775,95
Diferimentos	76 029,86	68 953,96	-9,31%	-7 075,90
Caixa e depósitos	606 592,46	675 593,35	11,38%	69 000,89
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>40 809 119,04</b>	<b>39 618 882,03</b>	<b>-2,92%</b>	<b>-1 190 237,01</b>

Em 2021, o “Ativo não corrente” do Município assumiu um montante de cerca de 37,5 milhões de euros, representando uma diminuição de 1,35 milhões de euros (-3,5%) face ao apurado no período homólogo.

Estas variações dizem respeito, essencialmente, à diminuição de cerca de 1,6 milhões de euros de “Ativos tangíveis” em curso (representando -4%) e ao acréscimo de 106.000 EUR em “Ativos intangíveis” (representando +237%) e de cerca de 100.000 EUR em “Diferimentos” (representando +16%). As situações referidas encontram-se melhor especificadas nas notas 3 e 5 das “Demonstrações Financeiras”.

No que respeita ao “Ativo corrente”, verifica-se um aumento superior a 160.000 EUR face a 2020 (+8%). Para esta variação verifica-se um contributo bastante significativo de “Inventários” com um acréscimo superior a 177.500 EUR (+158%), de “Caixa e depósitos” (+69.000 EUR, correspondendo a +11%), de “Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis” (-38.000 EUR, correspondendo a -31% por diminuição nos valores por receber de pedidos de pagamento submetidos em despesa de projetos cofinanciados por fundos comunitários) e de “Outras contas a receber” (cerca de -35.000 EUR, correspondendo a -4,6% de valores de “Devedores por acréscimos de rendimentos”).

#### 4.1.2. EVOLUÇÃO DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

No que respeita ao “Património líquido”, o mesmo apresenta uma evolução negativa de cerca de 825.000 EUR (-2,5%) em comparação com o período homólogo, conforme mapa seguinte.

Mapa 36 - Evolução do Património Líquido - 2020/2021

RUBRICAS	2020	2021	Δ 2020/2021 %	Δ 2020/2021 €
Património/Capital	20 797 571,29	20 797 571,29	0,00%	0,00
Resultados transitados	2 320 925,93	1 900 451,18	-18,12%	-420 474,75
Outras variações no património líquido	10 746 148,09	10 757 694,58	0,11%	11 546,49
Resultado líquido do período	-347 007,98	-761 300,95	-119,39%	-414 292,97
<b>TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>	<b>33 517 637,33</b>	<b>32 694 416,10</b>	<b>-2,46%</b>	<b>-823 221,23</b>

O decréscimo verificado no “Património líquido” foi fortemente motivado pela diminuição nos “Resultados transitados” (cerca de -420.500 EUR, respeitante aos resultados líquidos negativos de 2020 e ajustes referentes à transição para o SNC-AP) e pela diminuição nos “Resultados líquidos do período” (cerca de -414.500 EUR, correspondendo a -120%).

#### 4.1.3. EVOLUÇÃO DO PASSIVO

No que respeita ao “Passivo”, o Município fechou o exercício de 2021 com um valor ligeiramente superior a 6,9 milhões de euros, sendo constituído em cerca de 67% por “Passivo não corrente” e em pouco mais de 33% por “Passivo corrente”.

Mapa 37 - Evolução do Passivo - 2020/2021

RUBRICAS	2020	2021	Δ 2020/2021 %	Δ 2020/2021 €
<b>Passivo não corrente</b>	<b>4 796 466,21</b>	<b>4 616 350,25</b>	<b>-3,76%</b>	<b>-180 115,96</b>
Provisões	82 943,37	63 394,16	-23,57%	-19 549,21
Financiamentos obtidos	4 533 834,14	4 144 277,16	-8,59%	-389 556,98
Outras contas a pagar	179 688,70	408 678,93	127,44%	228 990,23
<b>Passivo corrente</b>	<b>2 495 015,50</b>	<b>2 308 115,68</b>	<b>-7,49%</b>	<b>-186 899,82</b>
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	667 259,80	624 083,91	-6,47%	-43 175,89
Fornecedores	412 920,21	97 716,90	-76,34%	-315 203,31
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	17 026,50	15 230,00	-10,55%	-1 796,50
Estado e outros entes públicos	5,29		-100,00%	-5,29
Financiamentos obtidos	436 283,77	389 557,00	-10,71%	-46 726,77
Outras contas a pagar	593 553,13	602 435,37	1,50%	8 882,24
Diferimentos	367 966,80	579 092,50	57,38%	211 125,70
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>7 291 481,71</b>	<b>6 924 465,93</b>	<b>-5,03%</b>	<b>-367 015,78</b>

Comparativamente ao período homólogo, o total do “Passivo” apresentou uma diminuição de 367.000 EUR (-5%), refletindo-se o mesmo numa diminuição de 180.000 EUR no “Passivo não corrente” (correspondendo a -3,8%) e numa diminuição de cerca de 187.000 EUR no “Passivo corrente” (correspondendo a -7,5%).

No “Passivo não corrente” a diminuição resulta, essencialmente, da diminuição de cerca de 390.000 EUR nos “Financiamentos obtidos”, pelo cumprimento do serviço da dívida na componente a pagar em M/L prazo e do aumento de cerca de 229.000 EUR de “Outras contas a pagar” (+127%), referente ao “Contrato de subconcessão de uso privativo de parcelas de terrenos e conjunto edificado da estação ferroviária de Borba, no ramal de Vila Viçosa, do domínio público ferroviário”, celebrado com a “IP Património - Administração e gestão imobiliária, S.A.”.

No “Passivo corrente”, a diminuição apurada, resulta, essencialmente, da diminuição de 315.000 EUR de “Fornecedores” (-76%) e do aumento superior a 211.000 EUR de “Diferimentos” (correspondendo a +57%), que se refere aos pedidos de pagamento submetidos, cujos projetos ainda não se encontram concluídos.

## 4.2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

### 4.2.1. EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS

Os “Rendimentos” do ano de 2021 aumentaram, em montante, cerca de 290.000 EUR (+8,5%), para os 8,85 milhões de euros, conforme mapa seguinte.

Mapa 38 - Evolução dos Rendimentos - 2020/2021

RUBRICAS	2020	2021	Δ 2020/2021 %	Δ 2020/2021 €
Impostos, contribuições e taxas	1 146 649,30	1 147 382,60	0,06%	733,30
Vendas	517 035,67	510 470,49	-1,27%	-6 565,18
Prestações de serviços e concessões	919 090,98	952 785,42	3,67%	33 694,44
Transferências e subsídios correntes obtidos	4 757 113,80	5 246 365,93	10,28%	489 252,13
Trabalhos para a própria entidade	157 337,15	269 789,03	71,47%	112 451,88
Provisões (reduções)		19 061,40	-%	19 061,40
Outros rendimentos e ganhos	665 367,03	708 935,93	6,55%	43 568,90
Juros e rendimentos similares obtidos	2 818,83		-100,00%	-2 818,83
<b>TOTAL DOS RENDIMENTOS</b>	<b>8 165 412,76</b>	<b>8 854 790,80</b>	<b>8,44%</b>	<b>689 378,04</b>

Para o referido aumento nos “Rendimentos”, bastante contribuiu o acréscimo que se verificou em “Transferências e subsídios correntes obtidos”, em cerca de 490.000 EUR (+10%), respeitante às transferências de Orçamento de Estado e de projetos cofinanciados.

Por outro lado, os “Trabalhos para a própria entidade” foram também bastante responsáveis pelo aumento dos “Rendimentos”, uma vez que se traduziram num acréscimo de cerca de 112.500 EUR (correspondendo a +71,5%).

#### 4.2.2. EVOLUÇÃO DOS GASTOS

No que respeita à evolução dos “Gastos”, verifica-se que os mesmos totalizaram cerca de 9,6 milhões de euros, assumindo assim, um acréscimo de custos, de cerca de 1,1 milhões de euros, face ao apurado no período homólogo, conforme mapa seguinte.

Mapa 39 - Evolução dos Gastos - 2020/2021

RUBRICAS	2020	2021	Δ 2020/2021 %	Δ 2020/2021 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	855 621,64	1 003 319,73	17,26%	147 698,09
Fornecimentos e serviços externos	1 134 354,86	1 376 792,83	21,37%	242 437,97
Gastos com pessoal	3 611 806,17	3 878 520,47	7,38%	266 714,30
Transferências e subsídios concedidos	351 121,46	674 237,88	92,02%	323 116,42
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	1 038,51	3 518,01	238,76%	2 479,50
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	52 455,89	160 981,91	206,89%	108 526,02
Provisões (aumentos)	1 704,83		-100,00%	-1 704,83
Outros gastos e perdas	78 768,72	133 345,49	69,29%	54 576,77
Gastos/reversões de depreciação e amortização	2 323 259,91	2 282 072,29	-1,77%	-41 187,62
Juros e gastos similares suportados	102 288,75	103 303,14	0,99%	1 014,39
<b>TOTAL DOS GASTOS</b>	<b>8 512 420,74</b>	<b>9 616 091,75</b>	<b>12,97%</b>	<b>1 103 671,01</b>

O acréscimo nos “Gastos”, face a 2020, justifica-se por um conjunto de fatores, nomeadamente:

- Acréscimo de “Transferências e subsídios concedidos” pelo Município, correspondente a +323.000 EUR (+92%), com maior impacto para o apoio atribuído ao Sport Clube Borbense, destinado à substituição do relvado sintético do campo de futebol principal no parque desportivo de Borba;
- Acréscimo de “Gastos com pessoal”, face ao período homólogo, de +267.000 EUR (+7,5%);
- Acréscimo de “Fornecimentos e serviços externos”, em cerca de 242.500 EUR (+21,4%), respeitante a “espetáculos”, “conservação e reparação”, “honorários de contratos tarefa”, “recolha e tratamento de resíduos”, “energia térmica” e “despesas de representação”. Os FSE estão melhor detalhados na nota 30 - “Outras divulgações das demonstrações financeiras”;
- Acréscimo de “Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas”, em cerca de 148.000 EUR (+17%), fundamentado, essencialmente, pelo aumento das compras de “gasóleo”, “bens alimentares”, “materiais de construção” e “vestuário e artigos pessoais”. O CMVMC está detalhado na nota 10 - “Inventários das demonstrações financeiras”;
- Acréscimo de “Imparidade de dívidas a receber”, (+108.500 EUR, i.e.+207%), devido, essencialmente, a dívidas de faturação de abastecimento de água e serviços conexos, superior a 1 ano;
- Acréscimo de “Outros gastos e perdas”, em cerca de 55.000 EUR (+69%), sobretudo referentes ao abate de equipamentos substituídos (luminárias) na iluminação pública no âmbito do contrato de gestão de eficiência energética, celebrado pela CIMAC para os municípios do Alentejo Central.

#### 4.2.2. EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS

O resultado líquido do exercício apurou-se em **-761 300,95 EUR**, o que representa um agravamento de 120%, face ao período homólogo, uma vez que em 2020 também se apurou um resultado negativo, pese embora, em montante bastante inferior (-347.007,98 EUR), conforme mapa seguinte.

Mapa 40 - Evolução dos Resultados - 2020/2021

RUBRICAS	2020	2021	Δ 2020/2021 %	Δ 2020/2021 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	2 075 721,85	1 624 074,48	-21,76%	-451 647,37
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	<b>-247 538,06</b>	<b>-657 997,81</b>	165,82%	-410 459,75
Resultado líquido do período	<b>-347 007,98</b>	<b>-761 300,95</b>	119,39%	-414 292,97

Acresce ainda referir que a análise da situação do Município, em relação a “Rendimentos e Ganhos” e “Gastos e perdas” se encontra desenvolvida e melhor pormenorizada nos pontos 13,14 e 30 do “Anexo às Demonstrações financeiras”.

#### 4.3. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Os fluxos de caixa do ano de 2021, quando comparado com o período homólogo, pode muito sucintamente, resumir-se, conforme mapa seguinte.

Mapa 41 - Resumo de Demonstração de Fluxos de Caixa - 2020/2021

FLUXOS DE CAIXA	2020	2021	Δ 2020/2021 %	Δ 2020/2021 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)	1 236 677,42	904 078,78	-26,89%	-332 598,64
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)	-698 848,03	-309 541,70	-55,71%	389 306,33
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)	-532 656,56	-525 536,19	-1,34%	7 120,37
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)</b>	<b>5 172,83</b>	<b>69 000,89</b>	<b>1233,91%</b>	<b>63 828,06</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>601 419,63</b>	<b>606 592,46</b>	<b>0,86%</b>	<b>5 172,83</b>
De execução orçamental	513 740,36	535 665,32	4,27%	21 924,96
De operações de tesouraria	87 679,27	70 927,14	-19,11%	-16 752,13
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>606 592,46</b>	<b>675 593,35</b>	<b>11,38%</b>	<b>69 000,89</b>
De execução orçamental	535 665,32	587 276,06	9,63%	51 610,74
De operações de tesouraria	70 927,14	88 317,29	24,52%	17 390,15

#### 4.4. IMPACTOS FINANCEIROS DO COMBATE À PANDEMIA

Em Portugal, o Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020, de 18 de março, veio declarar o Estado de Emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública.

Seguiu-se o Decreto n.º 2-A/2020, de 20 de março, que procedeu à execução da Declaração do Estado de Emergência. A este veio ainda juntar-se um conjunto de diversos outros diplomas de natureza setorial.

A Câmara Municipal de Borba não podia alhear-se das suas responsabilidades públicas, aprofundando, desta forma, a sua intervenção social e económica numa fase de enormes dificuldades, sempre consciente de que este foi apenas o primeiro passo de uma perspetiva de intervenção que visará, igualmente, a recuperação da economia local a curto e médio prazo.

Assim, a Câmara Municipal de Borba tomou um conjunto de medidas para não só, enfrentar localmente a ameaça sanitária provocada no contexto de pandemia, como também para mitigar os efeitos negativos na economia.

Para o efeito, foram tomadas medidas para mitigar os efeitos negativos na vida das famílias e na atividade das empresas e outras instituições, cujos impactos financeiros se podem compreender, por meio dos projetos inscritos no PPI e no PAM, e que se resumem no mapa seguinte.

Mapa 42 - Despesas no combate à Pandemia - COVID-19

Class. Econ.	Projeto	Orçamento 2021			
		Cabimento	Compromisso	Faturado	Pago
	<b>2019/A/6: COVID 19 - Funcionamento</b>	<b>113 208,24</b>	<b>113 208,24</b>	<b>113 208,24</b>	<b>112 869,24</b>
020121	Outros bens	46 574,67	46 574,67	46 574,67	46 235,67
020220	Outros trabalhos especializados	17 693,48	17 693,48	17 693,48	17 693,48
020225	Outros serviços	8 940,10	8 940,10	8 940,10	8 940,10
040701	Instituições sem fins lucrativos	39 999,99	39 999,99	39 999,99	39 999,99
	<b>2019/I/9: COVID 19 - Investimento</b>	<b>64 045,86</b>	<b>64 045,86</b>	<b>58 433,37</b>	<b>58 433,37</b>
070115	Outros investimentos	63 045,86	63 045,86	57 433,37	57 433,37
080701	Instituições sem fins lucrativos	1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00
	<b>Total</b>	<b>177 254,10</b>	<b>177 254,10</b>	<b>171 641,61</b>	<b>171 302,61</b>

Assim, destas medidas de apoio, resultou, de forma direta, um aumento de despesa paga na ordem dos 171.303 EUR, salientando que existirá ainda eventualmente despesa paga, que pela sua natureza indireta, não chegou a ser devidamente “catalogada” para fazer face à pandemia.

Os impactos financeiros com o combate à pandemia, de medidas de apoio, investimento e estimativa de redução de receita, no ano de 2021, superaram os 208.000 EUR, conforme mapa seguinte.

**Mapa 43 - Impacto Financeiro do Combate à Pandemia - COVID-19**

DESCRIÇÃO	VALOR
<b>Despesas de funcionamento</b> (a)	<b>112 869,24</b>
<b>Despesas de investimento</b> (a)	<b>58 433,37</b>
<b>Redução da receita corrente</b> (b)	<b>36 838,80</b>
Taxas, licenças, multas e outras penalidades	9 269,91
Rendas	6 821,38
Venda de bens e serviços	17 462,56
Outras receitas	3 284,95
<b>TOTAL IMPACTO FINANCEIRO</b>	<b>208 141,41</b>

(a) - O valor apresentado respeita ao montante pago apurado no mapa anterior

(b) - O apuramento da redução de receita teve por base a informação reportada no SIAL, respeitante a 31/12/2021.

Além destes impactos diretos, podem ainda existir outras despesas relacionadas com a pandemia, mas que devido ao seu caráter de urgência ou de complexidade, não foram devidamente contempladas neste apuramento.

#### 4.5. INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

Apresentam-se, de seguida, alguns dos principais indicadores económico-financeiros, de liquidez, atividade, rentabilidade e estrutura financeira, apurados para o período de 2019 a 2021.

Mapa 44 - Indicadores económico-financeiros

Tipo	Indicador	Forma de cálculo	2019	2020	2021
Liquidez (*)	Liquidez Geral	$\frac{\text{Ativo corrente (ou CP)}}{\text{Passivo corrente (ou CP)}}$	1,32	1,07	1,25
	Liquidez Reduzida	$\frac{(\text{Ativo Corrente-Inventários})/\text{Passivo Corrente}}$	1,23	1,01	1,08
	Liquidez Imediata	$\frac{\text{Disponibilidades/Passivo Corrente}}$	0,48	0,32	0,39
Atividade	Prazo Médio de Pagamentos (PMP)	$PMP = \frac{\sum_{t-3}^t DF}{\sum_{t-3}^t A} \times 365$	18	19	11
Rentabilidade	Rentabilidade operacional do Volume de Negócios (ROVN)	$\frac{\text{Resultados operacionais (EBIT)}}{\text{Volume de negócios}} \times 100$	16,64	-17,24	-44,97
	Rentabilidade do Património Líquido (RPL)	$\frac{\text{Resultados Líquidos}}{\text{Património Líquido}} \times 100$	0,30	-1,04	-2,33
	Rentabilidade Operacional do Ativo (ROA)	$\frac{\text{Resultados operacionais (EBIT)}}{\text{Ativo}} \times 100$	0,54	-0,61	-1,66
Estrutura Financeira	Autonomia Financeira	$\frac{\text{Património Líquido}}{\text{Ativo}}$	0,83	0,82	0,83
	Solvabilidade	$\frac{\text{Património Líquido}}{\text{Passivo}}$	4,75	4,60	4,72
	Endividamento	$\frac{\text{Passivo}}{\text{Ativo}}$	0,17	0,18	0,17

Para apuramento dos indicadores acima presentes, importa referir, atendendo ao princípio da transparência, que no cálculo dos indicadores de liquidez, foi expurgado o montante de 624.083,91 EUR (no ano de 2020) e o montante de 577.601,62 EUR (no ano de 2021) do “Passivo de curto prazo”, uma vez que estes valores respeitam ao montante a pagar, no médio e longo prazos, do contrato de gestão de eficiência energética, realizado pela CIMAC, em conjunto com os municípios do Alentejo Central, não sendo o mesmo passível de subdividir, no novo regime contabilístico entre curto e médio e longo prazos.

#### 4.5.1. LIQUIDEZ GERAL

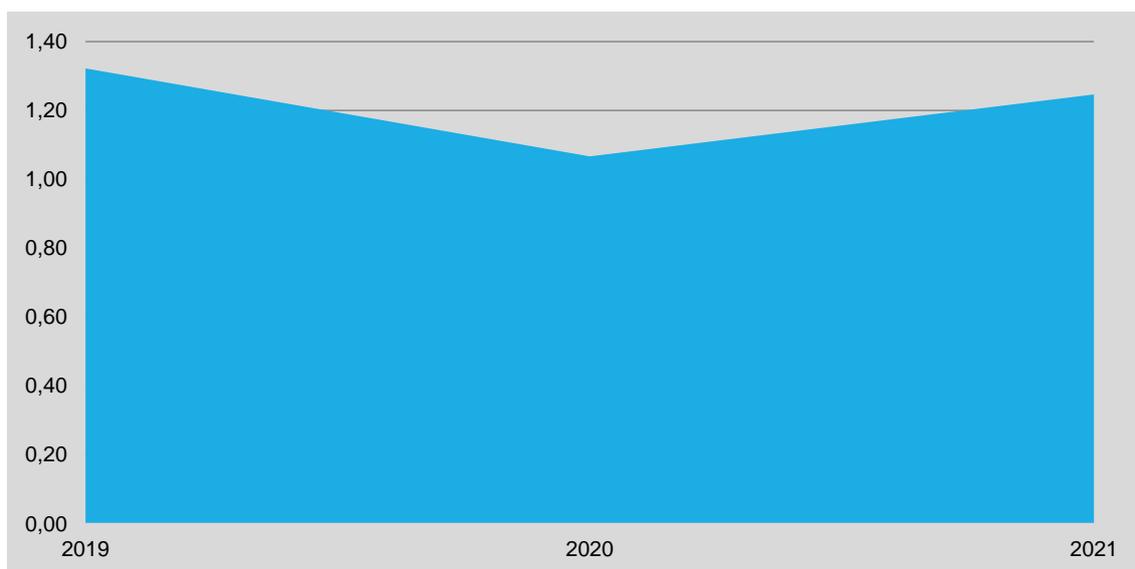
A liquidez geral trata-se de um indicador que relaciona, por meio de um rácio, o ativo de curto prazo com o passivo de curto prazo, com o objetivo de medir a capacidade que o Município tem para fazer face às responsabilidades de curto prazo.

Pretende-se com o indicador relacionar agregados do ativo que sejam facilmente “transformáveis em dinheiro”, com agregados do passivo, de modo a avaliar as dificuldades de tesouraria. Assim, quanto mais elevado se apresenta o rácio, maior é a capacidade do Município para fazer face às responsabilidades no curto prazo.

Em 2020, verificou-se uma quebra considerável (-19%) no indicador, comparativamente com o período homólogo, fruto do aumento do passivo de curto prazo, não acompanhada por ativos da mesma natureza.

No final de 2021, verifica-se alteração na tendência, com melhorias (+17%) em reposição para níveis próximos aos alcançados em 2019, conforme se pode verificar no gráfico seguinte.

Gráfico 1 - Liquidez Geral - 2019/2021



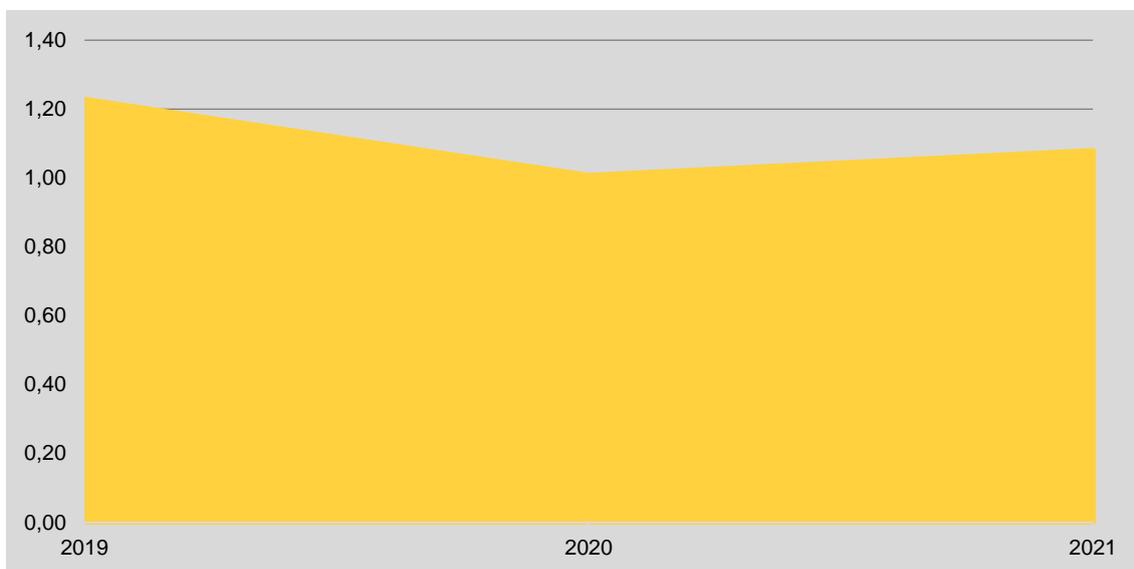
#### 4.5.2. LIQUIDEZ REDUZIDA

O indicador de liquidez reduzida assume uma interpretação idêntica ao referido para a liquidez geral, pese embora a rapidez da satisfação da dívida seja agora analisada de uma forma mais restrita, isto é, não tendo em consideração o valor das existências. Desta forma, quanto mais elevado se apresenta o rácio, maior é a capacidade do Município, para com rapidez fazer face às responsabilidades.

No final de 2020, verificou-se que o indicador sofreu uma quebra considerável (-22 pontos base), fruto do aumento do passivo de curto prazo, não acompanhada por ativos da mesma natureza, conforme se pode verificar no gráfico seguinte.

No final de 2021, verifica-se alteração na tendência, com ligeiras melhorias (+7%), conforme se pode verificar no gráfico seguinte.

Gráfico 2 - Liquidez Reduzida - 2019/2021



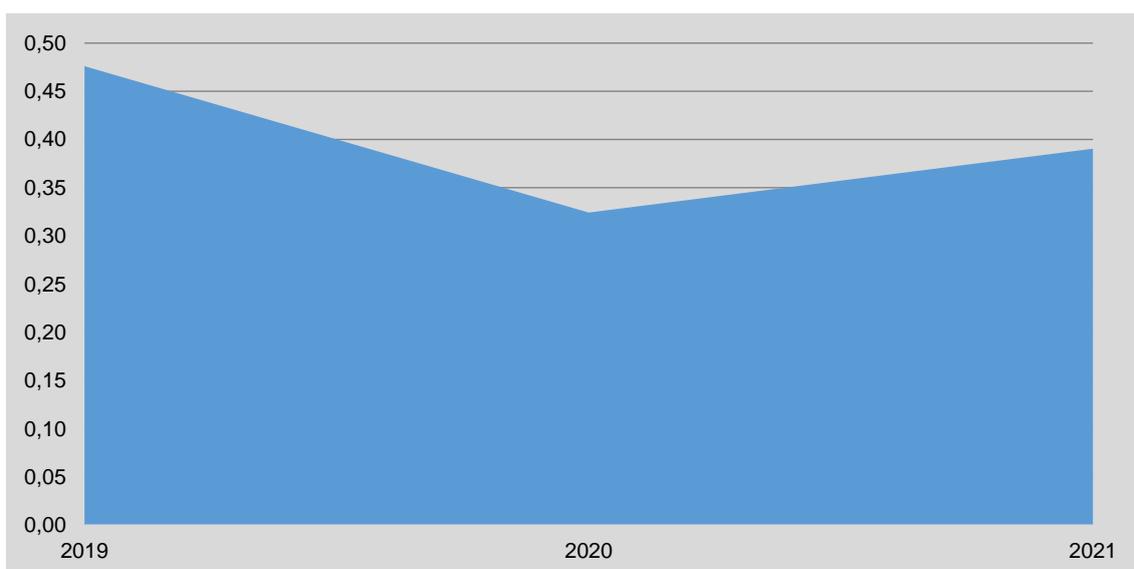
#### 4.5.3. LIQUIDEZ IMEDIATA

Este indicador mede o grau em que os créditos de curto prazo estão passíveis de ser cobertos pelas disponibilidades do Município.

Em 2019, pelo apuramento do indicador determinou-se que 48% do passivo de curto prazo do Município se encontrava coberto pelas suas disponibilidades, enquanto em 2020 essa percentagem diminuiu para apenas 32%.

No final de 2021, o indicador apresenta melhorias consideráveis (+20%), apurando-se que 39% das dívidas de curto prazo se encontram cobertos pelas disponibilidades existentes, conforme gráfico seguinte.

Gráfico 3 - Liquidez Imediata - 2019/2021



#### 4.5.4. PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS

O “Prazo médio de pagamentos” é o tempo médio que o Município leva a pagar aos seus fornecedores.

Trata-se de um indicador de crucial importância, na medida em que quanto mais reduzido for o “Prazo médio de pagamentos”, maior é o dinamismo económico gerado pelos investimentos municipais.

Este indicador é definido nos termos do n.º 4 do Despacho n.º 9870/2009, da Resolução n.º 34/2008 do Conselho de Ministros, constando o apuramento do cálculo do “Prazo médio de pagamentos” nos últimos 2 anos no mapa seguinte.

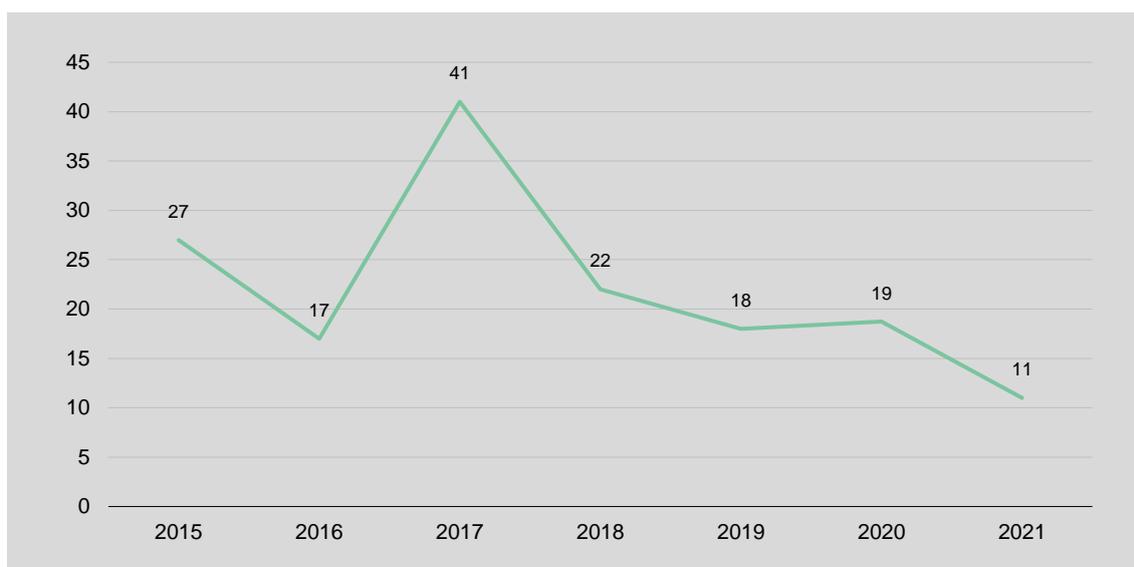
**Mapa 45 - Apuramento do Prazo médio de pagamentos - 2020/2021**

PMP					
2020			2021		
		N.º de dias			N.º de dias
Σ DF	412 920 €	19	Σ DF	97 717 €	11
Σ A	1 989 977 €		Σ A	3 633 609 €	

Pela análise do quadro anterior e no gráfico seguinte podemos constatar que o “Prazo médio de pagamentos” do Município, em 2021, se mantém abaixo dos 20 dias e com uma diminuição considerável face ao apurado em 2020.

Para melhor compreensão, apresenta-se no gráfico seguinte, a evolução do indicador, no período compreendidos entre 2015 e 2021.

**Gráfico 4 - Prazo Médio de Pagamentos - 2015/2021**



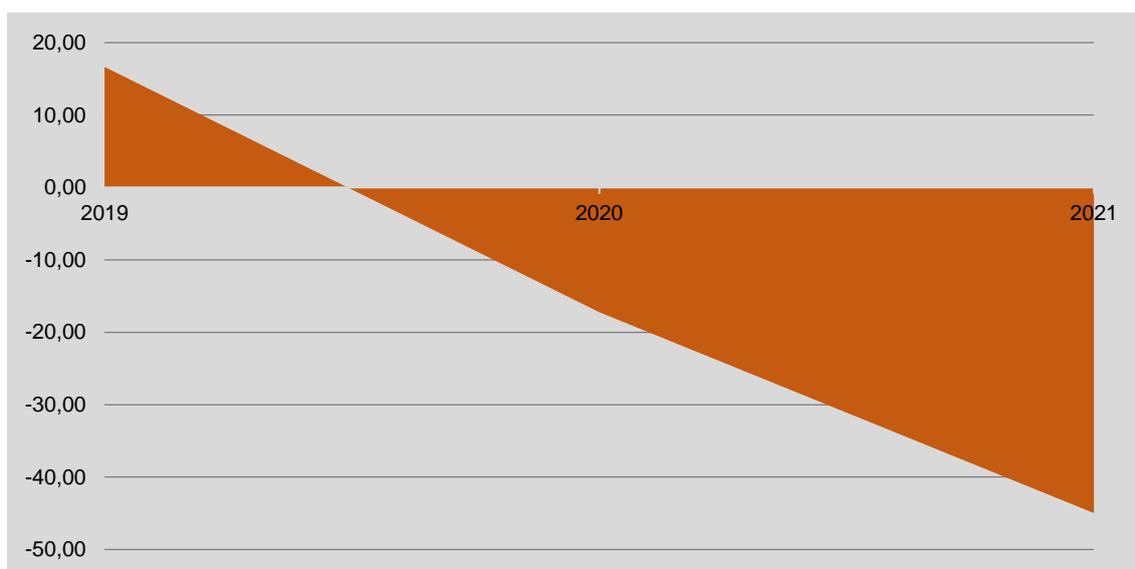
#### 4.5.5. RENTABILIDADE OPERACIONAL DO VOLUME DE NEGÓCIOS (ROVN)

Este rácio indica a margem final obtida através das vendas e prestações de serviços do Município. Os valores para este rácio serão tanto melhores quanto maior for o valor apurado.

Assim, em 2019, este indicador apresentava valor positivo, demonstrando que os resultados operacionais estavam a ser cobertos pelas vendas e pelas prestações de serviços do Município. Em 2020, o indicador sofreu um revés, entrando em terreno negativo, pelo facto de os resultados operacionais apresentarem valor negativo (em grande parte pelas depreciações apuradas em resultado das novas regras originadas pela transição de sistema contabilístico).

No ano de 2021, mantém-se a tendência com agravamento considerável face ao período homólogo (- 28 pontos base), uma vez que apesar o ligeiro crescimento verificado nas vendas é manifestamente insuficiente para cobrir os resultados operacionais que se apuraram bastante mais negativos que no ano transato, conforme se pode verificar no gráfico seguinte.

**Gráfico 5 - Rentabilidade Operacional do Volume de Negócios - 2019/2021**

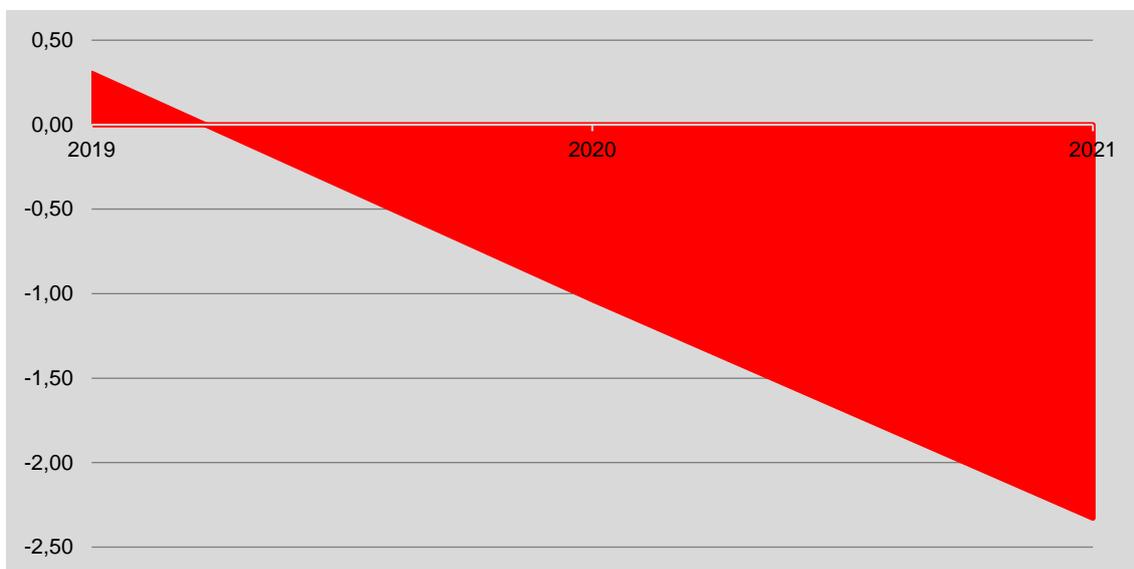


#### 4.5.6. RENTABILIDADE DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO (RPL)

A “Rentabilidade do património líquido” é um indicador de desempenho dos capitais investidos, independentemente da forma de financiamento. Este indicador apresenta o peso dos resultados líquidos no património líquido, determinando a sobrevivência financeira no longo prazo e a atração de capitais alheios.

Pela medição deste indicador nos últimos 3 exercícios económicos verifica-se que em 2019 o indicador apresentou um valor positivo, por terem sido alcançados resultados líquidos positivos. Em 2020, a situação inverte-se, passando para terreno negativo, uma vez que, apesar de o património líquido, ter aumentado cerca de 9% (+2,7 milhões de euros), foram apurados, no exercício, resultados líquidos negativos.

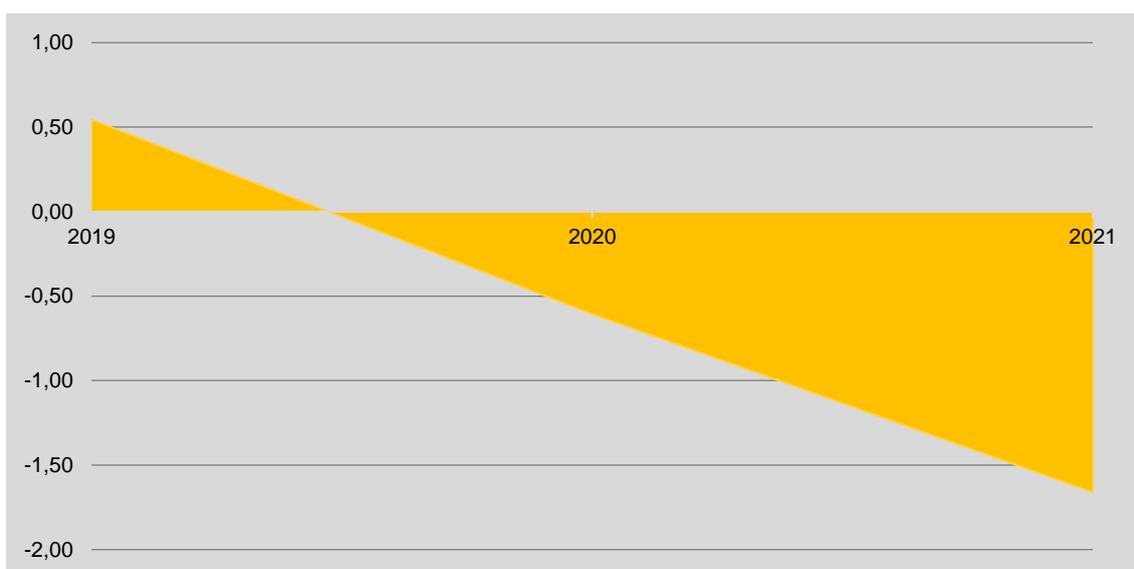
No final de 2021, o indicador sofre um agravamento, uma vez que, o património líquido apresentou um decréscimo de cerca de 2,5% e os resultados líquidos agravaram-se cerca de 120% face ao período anterior, conforme se pode verificar no gráfico seguinte.

**Gráfico 6 - Rentabilidade do Património Líquido - 2019/2021**

#### 4.5.7. RENTABILIDADE OPERACIONAL DO ATIVO (ROA)

Este indicador transmite informação sobre a capacidade de os ativos do Município gerarem resultados para sua sustentabilidade financeira.

Pela medição deste indicador nos 3 últimos exercícios económicos demonstra-se que em 2020 o indicador diminuiu 18%, passando para terreno negativo, uma vez que foram apurados resultados líquidos negativos. Em 2021, o indicador agravou bastante, fruto de uma diminuição operacionalizada no ativo e um agravamento considerável nos resultados líquidos do exercício, conforme se pode verificar no gráfico seguinte.

**Gráfico 7 - Rentabilidade Operacional do Ativo - 2019/2021**

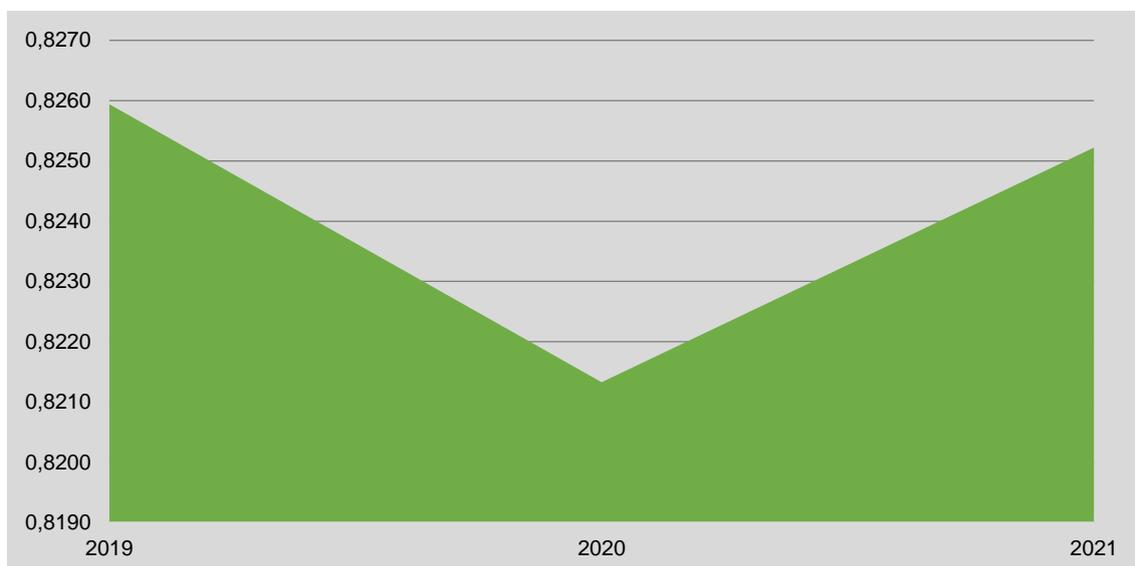
#### 4.5.8. AUTONOMIA FINANCEIRA

A autonomia financeira mede o grau de solvabilidade do Município, através da comparação entre “Património líquido” e “Ativo”. Assim, quanto maior o grau de “Autonomia financeira”, maior será a capacidade de o Município fazer face aos seus compromissos financeiros de longo prazo.

Em 2019, este indicador apresentava um valor de 0,826 tendo baixado ligeiramente, em 2020, para 0,821, sendo que esta ligeira flutuação, apenas demonstrou que, apesar do património líquido ter apresentado um aumento próximo dos 9% (+2,7 milhões de euros), o mesmo não se refletiu no ativo, de modo a que este acompanhasse o referido aumento.

Em 2021, o indicador volta a melhorar para valores bastante próximos dos apurados em 2019, uma vez que, o ativo diminuiu cerca de 3% e o património líquido cerca de 2,5%, conforme se pode verificar no gráfico seguinte.

**Gráfico 8 - Autonomia Financeira - 2019/2021**



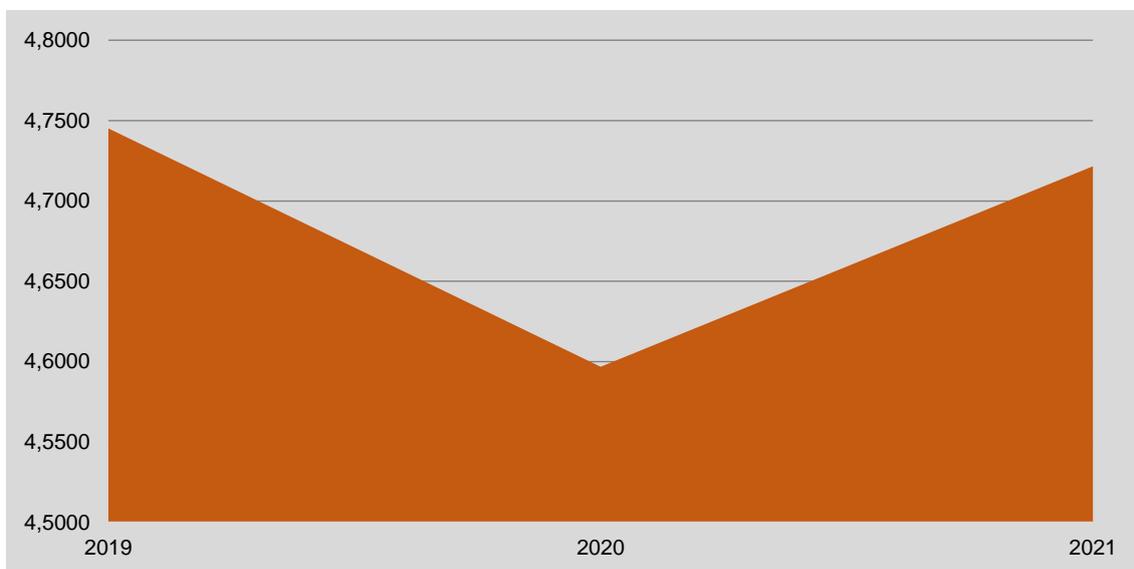
#### 4.5.9. SOLVABILIDADE

Este indicador representa, por meio de um rácio, o peso do Património líquido do Município no total do Passivo. Assim, quanto mais elevado o indicador, melhor solução existe para com o Património líquido, se fazer face a dívidas de curto, médio e longo prazos.

Entre 2019 e 2020, o indicador apresentou uma diminuição de 3%, demonstrando que apesar do património líquido ter apresentado um aumento próximo dos 9% (+2,7 milhões de euros), o mesmo não se refletiu no passivo, de modo a que este acompanhasse o referido aumento.

No período 2020 e 2021, a tendência altera-se, uma vez que apesar de o património líquido diminuir cerca de 2,5%, o passivo diminuiu 5%, absorvendo assim a diminuição do património, conforme se pode verificar no gráfico seguinte.

Gráfico 9 - Solvabilidade - 2019/2021



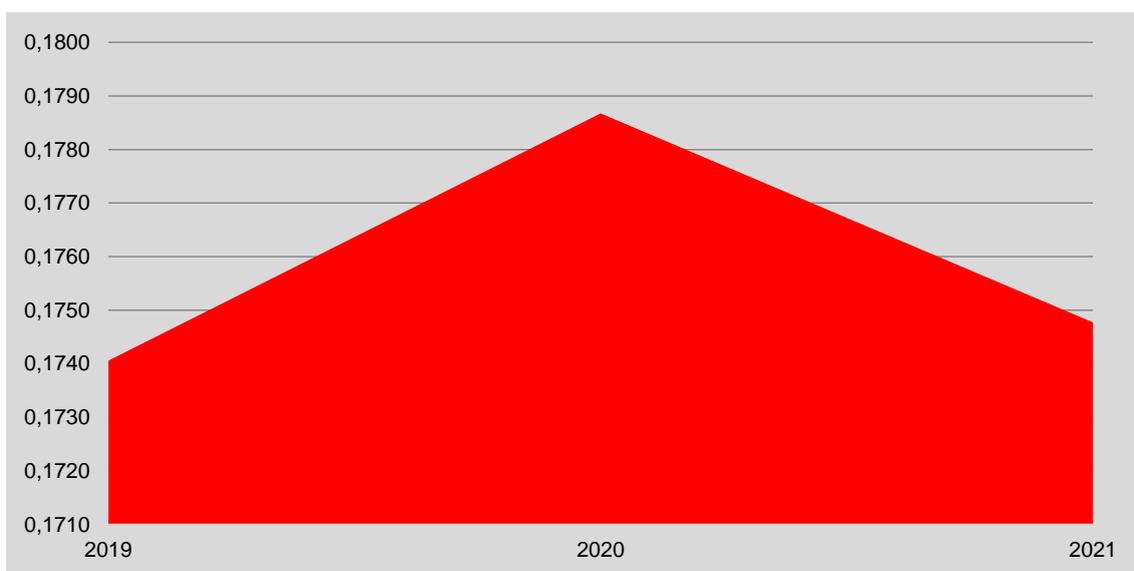
#### 4.5.10. ENDIVIDAMENTO

Este indicador representa, por meio de um rácio, o peso do Passivo no Ativo do Município. Assim, quanto mais elevado se apresentar, maior será o endividamento do Município, visto aumentar a diferença entre Ativo e Passivo.

No ano de 2019, o Passivo representava 17,4% do total do Ativo do Município, tendo o mesmo em 2020, passado a representar 17,9%, o que configura um aumento do indicador próximo dos 3%.

Em 2021, verifica-se que o Passivo representa 17,5% do Ativo do Município, pelo facto de, quer o Ativo, quer o Passivo terem apresentado diminuições face ao período homólogo (de 3% e 5%, respetivamente), mas este último, em montante mais robusto, conforme gráfico seguinte.

Gráfico 10 - Endividamento - 2019/2021



## 4.6. ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

### 4.6.1. EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO

O Município de Borba terminou o ano de 2021 com um endividamento de 5,6 milhões de euros, o que representa uma diminuição de cerca de 585.000 EUR (-9,5%) face a 2020, justificando-se esta situação, essencialmente, com a diminuição de dívidas a fornecedores de investimento e o cumprimento do serviço da dívida de empréstimos de médio e longo prazos e do contrato de gestão de eficiência energética<sup>50</sup>, conforme mapa seguinte e mapa respeitante ao endividamento municipal por maturidade.

Mapa 46 - Evolução do Endividamento - 2020/2021

DESCRIÇÃO	2020	2021	Δ 2020/2021 %	Δ 2020/2021 €
<b>Total do Passivo</b>	7 291 481,71	6 924 465,93	-5,03%	-367 015,78
(-) Operações de Tesouraria	70 927,14	88 317,29	24,52%	17 390,15
(-) Fundo de Apoio Municipal				
(-) Provisões	82 943,37	63 394,16	-23,57%	-19 549,21
(-) Diferimentos	367 966,80	579 092,50	57,38%	211 125,70
(-) Credores por acréscimos de gastos	572 281,86	580 981,70	1,52%	8 699,84
<b>TOTAL DA DÍVIDA</b>	<b>6 197 362,54</b>	<b>5 612 680,28</b>	<b>-9,43%</b>	<b>-584 682,26</b>

### 4.6.2. ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL POR MATURIDADE

As dívidas de curto prazo diminuíram mais de 360.000 EUR (-37%) para cerca de 567.000 de euros e as dívidas de médio e longo prazo diminuíram cerca de 225.000 EUR (-4%) para pouco mais de 5 milhões de euros.

Mapa 47 - Endividamento Municipal por maturidade - 2020/2021

MATURIDADE	DESCRIÇÃO	2020	2021	Δ 2020/2021 %	Δ 2020/2021 €
<b>CURTO PRAZO</b>	Fornecedores	412 920,21	97 716,90	-76,34%	-315 203,31
	Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis - Exigível no curto prazos (*)	43 175,89	46 482,19	7,66%	3 306,30
	Credores diversos	34 825,87	33 140,17	-4,84%	-1 685,70
	Financiamentos Obtidos - Exigível a curto prazo	436 283,77	389 557,00	-10,71%	-46 726,77
	<b>TOTAL DE CURTO PRAZO</b>	<b>927 205,74</b>	<b>566 896,26</b>	<b>-38,86%</b>	<b>-360 309,48</b>
<b>MÉDIO E LONGO PRAZOS</b>	Financiamentos Obtidos - Exigível a M/L prazo	4 533 834,14	4 144 277,16	-8,59%	-389 556,98
	Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis - Exigível no M/L prazos (*)	624 083,91	577 601,72	-7,45%	-46 482,19
	Outras contas a pagar - Doação com encargos	112 238,75	94 595,14	-15,72%	-17 643,61
	Outras contas a pagar - Concessões		229 310,00	-%	229 310,00
	<b>TOTAL DE M/L PRAZO</b>	<b>5 270 156,80</b>	<b>5 045 784,02</b>	<b>-4,26%</b>	<b>-224 372,78</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>6 197 362,54</b>	<b>5 612 680,28</b>	<b>-9,43%</b>	<b>-584 682,26</b>	

<sup>50</sup> Na vigência do POCAL, o conjunto de municípios associados na CIMAC desenvolveram um procedimento de Eficiência Energética, consubstanciado num contrato de concessão. De acordo com o art.º 114.º da LOE/2020, que por sua vez remete para o art.º 108.º da Lei 114/2017, de 29 de dezembro, divulga-se que o Município de Borba, passou a incluir no seu passivo, a dívida resultante do contrato de concessão de Eficiência Energética. O procedimento foi desenvolvido pela CIMAC em representação dos 14 municípios integrantes na CIM, entidade que evidencia nas suas contas, o valor global do ativo em concessão e do respetivo passivo. Por sua vez, cada um dos municípios reconhece nas suas contas, à data de 01/01/2020, em "Diferimentos", no caso de Borba, 624.083,91 EUR em Ativos não correntes e 43.175,89 EUR em Ativos correntes e, simultaneamente no passivo "Credores por transferências e subsídios" 667.259,80 EUR.

Sobre o mapa anterior e a nota nele constante<sup>(\*)</sup> importa ainda referir que em “Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis” constam os valores referentes ao projeto de Eficiência energética. Neste mapa é possível identificar os valores referentes a curto prazo e a médio de longo prazo, no entanto no balanço não é possível fazer essa distinção, atendendo ao facto da conta não estar desagregada com essa diferenciação. Todo o valor encontra-se registado no “passivo não corrente”.

#### 4.6.3. DÍVIDA GLOBAL

Nos termos do RFALEI<sup>51</sup>, a dívida global não pode ultrapassar em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três anos anteriores.

Esta dívida engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais, relevando ainda para efeitos deste cálculo os valores referentes às entidades participadas.

No entanto, para efeitos do apuramento da dívida total dos municípios, não é considerado o valor dos empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento da contrapartida nacional de projetos com participação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) ou de outros fundos de apoio aos investimentos inscritos no orçamento da União Europeia, que o Município não detém, na presente data.

Nestes termos, para efeitos de cálculo da dívida global do Município de Borba, o valor total apurado é de 5,65 milhões de euros, o que compara com os 6,23 milhões de euros apurados, no final de 2020. Assim, o Município dá cumprimento ao previsto o limite da dívida total imposta pelo RFALEI, com uma margem bastante considerável (próxima de 4,9 milhões de euros), conforme se pode verificar no mapa seguinte.

Mapa 48 - Dívida Global - 2020/2021

DESCRIÇÃO	2020	2021	Δ 2020/2021 %	Δ 2020/2021 €
<b>1 - Limite da Dívida Total</b>	<b>10 156 739,74</b>	<b>10 535 459,31</b>	<b>3,73%</b>	<b>378 719,57</b>
<b>2 - Dívida Total de Operações Orçamentais</b>	<b>6 197 362,54</b>	<b>5 612 680,28</b>	<b>-9,43%</b>	<b>-584 682,26</b>
Dívida Total	6 197 362,54	5 612 680,28	-9,43%	-584 682,26
Empréstimos bancários excluídos do cálculo				
<b>3 - Contribuição das Participadas</b>	<b>32 761,24</b>	<b>47 038,71</b>	<b>43,58%</b>	<b>14 277,47</b>
CIMAC (*)	32 626,52	46 807,52	43,46%	14 181,00
AMPV (*)	134,72	231,19	71,61%	96,47
<b>4 - Dívida Global (2)+(3)</b>	<b>6 230 123,78</b>	<b>5 659 718,99</b>	<b>-9,16%</b>	<b>-570 404,79</b>
<b>5 - MARGEM DE ENDIVIDAMENTO (1)-(4)</b>	<b>3 926 615,96</b>	<b>4 875 740,32</b>	<b>24,17%</b>	<b>949 124,36</b>

(\*) - Informação disponível mais recente à data da elaboração dos presentes documentos.

**51 Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais**, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (com Retificação n.º 46-B/2013, de 1 de novembro), alterada pela Lei n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, pela Lei n.º 132/2015, de 4 de setembro, pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março (com Retificação n.º 10/2016, de 25 de maio), pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto (com a Retificação n.º 35-A/2018, de 12 de outubro) e pela Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro.

## V. ANÁLISE ORÇAMENTAL

### 5.1. EXECUÇÃO DA RECEITA

No exercício orçamental em análise, a receita cobrada atingiu um montante superior a 9,25 milhões de euros e uma taxa de execução de 91,6%. As receitas correntes corresponderam a 83,7% do total da receita, a receita de capital a 10,4% e as outras receitas a 5,8%.

A receita corrente aumentou cerca de 600.000 EUR (+8,2%), devido, essencialmente, ao aumento determinado pelas transferências com origem no Orçamento de Estado (Fundo de Equilíbrio Financeiro), ao aumento recebido de Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), ao reembolso de pedidos de pagamento de projetos cofinanciados por fundos europeus (FSE) e algumas taxas específicas (TGR e TRH).

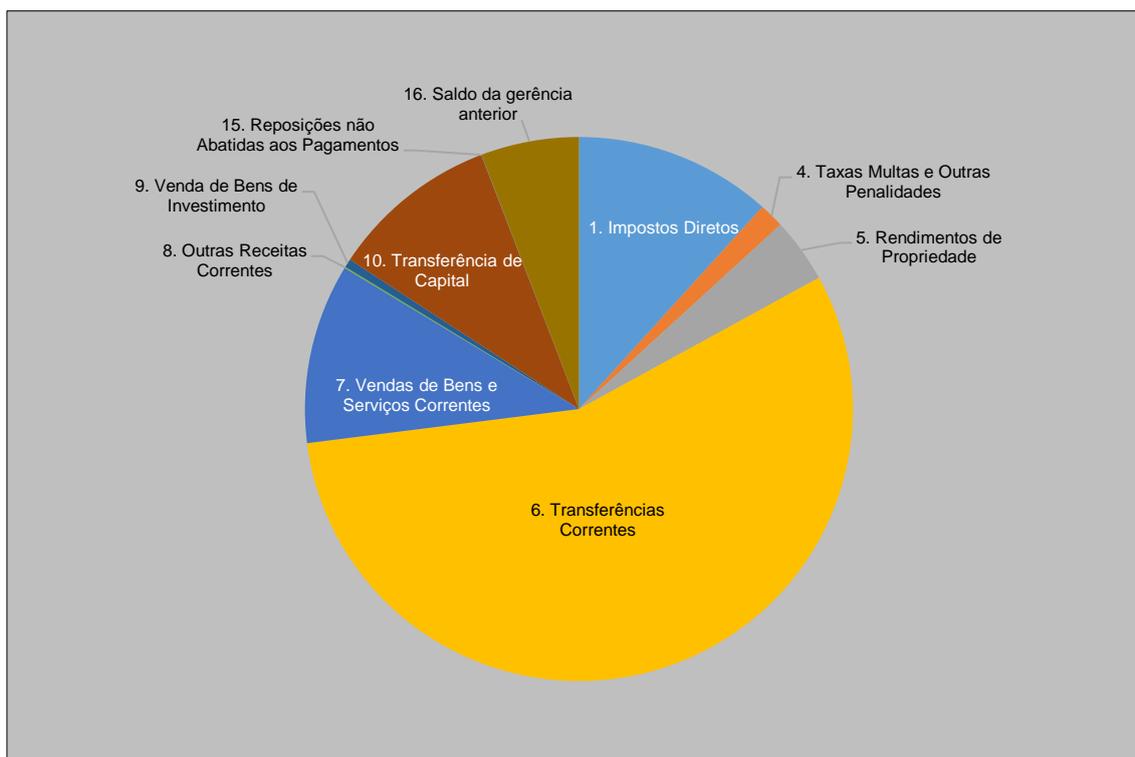
A receita de capital aumentou cerca de 20%, essencialmente, devido ao aumento determinado pelos reembolsos de pedidos de pagamento de projetos cofinanciados por fundos europeus (FEDER).

Mapa 49 - Execução da Receita - 2021

DESIGNAÇÃO	2020	2021				Δ 2020/2021 %	Δ 2020/2021 €
	RECEITA COBRADA	RECEITA PREVISTA	RECEITA COBRADA	TX. EXECUÇÃO	% NO TOTAL		
1. Impostos Diretos	981 159,75	1 083 650,00	1 081 930,50	99,8%	11,7%	10,3%	100 770,75
Imposto municipal sobre imóveis	640 751,64	645 100,00	645 066,39	100,0%	7,0%	0,7%	4 314,75
Imposto único de circulação	144 243,77	146 150,00	146 089,07	100,0%	1,6%	1,3%	1 845,30
Imposto municipal sobre transmissões	161 870,20	269 300,00	269 211,46	100,0%	2,9%	66,3%	107 341,26
Derrama	34 294,14	23 100,00	21 563,58	93,3%	0,2%	-37,1%	-12 730,56
2. Impostos Indiretos		50,00					
4. Taxas Multas e Outras Penalidades	47 670,31	186 200,00	136 587,12	73,4%	1,5%	186,5%	88 916,81
5. Rendimentos de Propriedade	357 825,81	357 000,00	355 419,61	99,6%	3,8%	-0,7%	-2 406,20
6. Transferências Correntes	4 734 477,22	5 281 722,11	5 189 927,68	98,3%	56,0%	9,6%	455 450,46
7. Vendas de Bens e Serviços Correntes	1 019 109,90	1 430 450,00	989 362,02	69,2%	10,7%	-2,9%	-29 747,88
8. Outras Receitas Correntes	31 430,10	14 427,89	7 627,70	52,9%	0,1%	-75,7%	-23 802,40
<b>TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>7 171 673,09</b>	<b>8 353 500,00</b>	<b>7 760 854,63</b>	<b>92,9%</b>	<b>83,7%</b>	<b>8,2%</b>	<b>589 181,54</b>
9. Venda de Bens de Investimento	49 384,30	78 300,00	46 018,50	58,8%	0,5%	-6,8%	-3 365,80
10. Transferência de Capital	751 502,69	1 142 100,62	921 009,47	80,6%	9,9%	22,6%	169 506,78
13. Outras Receitas Capital	8 381,63	1 399,38	716,46	51,2%	0,0%	-91,5%	-7 665,17
<b>TOTAL DAS RECEITAS CAPITAL</b>	<b>809 268,62</b>	<b>1 221 800,00</b>	<b>967 744,43</b>	<b>79,2%</b>	<b>10,4%</b>	<b>19,6%</b>	<b>158 475,81</b>
15. Repos. não Abat. aos Pagamentos	20 863,98	2 700,00	2 697,70	99,9%	0,0%	-87,1%	-18 166,28
16. Saldo da gerência anterior	513 740,36	535 665,32	535 665,32	100,0%	5,8%	4,3%	21 924,96
<b>TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS</b>	<b>534 604,34</b>	<b>538 365,32</b>	<b>538 363,02</b>	<b>100,0%</b>	<b>5,8%</b>	<b>0,7%</b>	<b>3 758,68</b>
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>8 515 546,05</b>	<b>10 113 665,32</b>	<b>9 266 962,08</b>	<b>91,6%</b>	<b>100,0%</b>	<b>8,8%</b>	<b>751 416,03</b>

Quanto à sua repartição, as “transferências correntes” são a maior fonte de financiamento da atividade municipal, com cerca de 56% do total da receita, seguida dos “impostos diretos” (11,7%), da “venda de bens e serviços correntes” (10,7%) e das transferências de capital (9,9%).

Gráfico 11 - Repartição da Receita - 2021



### 5.1.1. IMPOSTOS DIRETOS

Os impostos diretos aumentaram mais de 100.000 EUR (+ 10,3%) comparativamente com o ano anterior. O aumento mais significativo verifica-se no Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), que apresenta um aumento próximo dos 107.500 EUR (+66%), compensando a perda registada na Derrama, que diminuiu 37%, mas ainda assim, em valor pouco expressivo (-12.730 EUR).

Mapa 50 - Impostos diretos - 2020/2021

DESIGNAÇÃO	2020	2021	Δ 2020/2021 %	Δ 2020/2021 €
<b>1. Impostos Diretos</b>	<b>981 159,75</b>	<b>1 081 930,50</b>	<b>10,27%</b>	<b>100 770,75</b>
Imposto municipal sobre imóveis	640 751,64	645 066,39	0,67%	4 314,75
Imposto único de circulação	144 243,77	146 089,07	1,28%	1 845,30
Imposto municipal sobre transmissões	161 870,20	269 211,46	66,31%	107 341,26
Derrama	34 294,14	21 563,58	-37,12%	-12 730,56

### 5.1.2. TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES

As taxas, multas e outras penalidades aumentaram cerca de 89.000 EUR (+187%). O aumento verificado é justificado, essencialmente, pelo facto de em 2021 se terem alterado as rúbricas de cobrança da TGR e da TRH (de água e saneamento). Caso esta alteração em 2021 (para efeitos de correção) não tivesse ocorrido, não se verificavam oscilações consideráveis, conforme se pode observar no mapa seguinte.

Mapa 51 - Taxas, multas e outras penalidades - 2020/2021

Designação	2020	2021	Δ 2020/2021 %	Δ 2020/2021 €
<b>4. Taxas, multas e outras penalidades</b>	<b>47 670,31</b>	<b>136 587,12</b>	<b>186,52%</b>	<b>88 916,81</b>
<b>Taxas</b>	<b>44 548,77</b>	<b>130 623,06</b>	<b>193,21%</b>	<b>86 074,29</b>
Mercados e Feiras	1 747,02	6 116,79	250,13%	4 369,77
Loteamento e Obras	26 603,62	25 862,33	-2,79%	-741,29
Ocupação da Via Pública	3 445,40	2 031,29	-41,04%	-1 414,11
TMDP	2 273,70	2 340,61	2,94%	66,91
Outros	10 479,03	94 272,04	799,63%	83 793,01
Publicidade	2 442,15		-100,00%	-2 442,15
TGR		39 115,41		39 115,41
TRH Água		22 109,65		22 109,65
TRH Saneamento		25 589,38		25 589,38
Outras	8 036,88	7 457,60	-7,21%	-579,28
<b>Multas e outras penalidades</b>	<b>3 121,54</b>	<b>5 964,06</b>	<b>91,06%</b>	<b>2 842,52</b>
Juros de Mora	1 948,01	5 398,13	177,11%	3 450,12
Juros Compensatórios	1 173,53	166,93	-85,78%	-1 006,60
Coimas e Penalidades por Contraordenação				
Multas e Penalidades diversas		399,00		399,00

### 5.1.3. RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE

Os rendimentos de propriedade advêm essencialmente da renda do contrato de concessão de distribuição de energia elétrica com a E-Redes, SA e da renda do contrato de concessão de infraestruturas para abastecimento de água e saneamento com a Águas do Vale do Tejo, SA, não apresentando os mesmos alterações significativas em comparação com o período homólogo, conforme se pode verificar no mapa seguinte.

Mapa 52 - Rendimentos de propriedade - 2020/2021

DESIGNAÇÃO	2020	2021	Δ 2020/2021 %	Δ 2020/2021 €
<b>5. Rendimentos de Propriedade</b>	<b>357 825,82</b>	<b>355 419,61</b>	<b>-0,67%</b>	<b>-2 406,22</b>
MEO, SA	2 629,44	2 629,44	0,00%	0,00
E-Redes - Distribuição de Eletricidade, SA	342 460,97	340 054,76	-0,70%	-2 406,21
Águas do Vale do Tejo, SA	12 735,41	12 735,41	0,00%	0,00

#### 5.1.4. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

As transferências correntes, contemplam, entre outras, as transferências provenientes do Orçamento do Estado, nomeadamente, o Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), o Fundo Social Municipal (FSM) e a Participação Variável no IRS, as comparticipações comunitárias de projetos cofinanciados por fundos europeus e outras transferências, de onde se destacam as transferências no âmbito da Educação.

De salientar o aumento próximo dos 250.000 EUR nas verbas oriundas do orçamento do estado, a que corresponde um aumento superior a 6%, tendência igualmente verificada nas restantes rubricas, com destaque para a comparticipação comunitária de projetos (pelo recebimento de verbas respeitantes a pedidos de pagamento de projetos aprovados) e para “outras”, pelo recebimento de verbas do IEFP (respeitantes a projetos de emprego apoiado) e do ICNF (respeitantes a pedidos de pagamento de projetos aprovados (Programa Sapadores Florestais e Gabinete Técnico Florestal).

Assim, no cômputo geral, verifica-se na totalidade das transferências correntes recebidas um acréscimo superior a 455.000 EUR, correspondente a um acréscimo de cerca de 10% face ao período homólogo.

Mapa 53 - Transferências correntes - 2020/2021

DESIGNAÇÃO	2020	2021	$\Delta$ 2020/2021 %	$\Delta$ 2020/2021 €
<b>6. Transferências Correntes</b>	<b>4 734 477,22</b>	<b>5 189 927,68</b>	<b>9,62%</b>	<b>455 450,46</b>
Receita do Orçamento do Estado	3 962 767,73	4 211 069,84	6,27%	248 302,11
Transferências no âmbito da educação	574 922,16	585 905,11	1,91%	10 982,95
Comparticipação comunitária de projetos	21 836,42	117 294,50	437,15%	95 458,08
Outras	174 950,91	275 658,23	57,56%	100 707,32

#### 5.1.5. VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES

A venda de bens e serviços correntes diminui cerca de 30.000 EUR (-3%). Esta redução ocorreu pelos seguintes motivos:

- Redução na receita respeitante ao fornecimento de água, na ordem dos 15.000 EUR (-3%);
- Redução na receita respeitante ao saneamento de águas residuais, na ordem dos 19.000 EUR (-11%);
- Redução na receita de gestão de resíduos urbanos, na ordem dos 13.000 EUR (-5%);
- Aumento na receita de produtos alimentares e bebidas, que respeita, essencialmente às refeições fornecidas aos alunos nas cantinas escolares, sob administração direta do Município, em mais de 21.000 EUR (+74%), atendendo ao facto de os estabelecimentos escolares no ano de 2020 se terem encontrado encerrados grande parte do ano escolar, para cumprimento da declaração do estado de emergência, por motivo de pandemia do SARS-CoV-2;
- Redução da receita com serviços de cemitério, na ordem dos 8.500 EUR (-37%), atendendo ao facto de se verificar menor mortalidade no ano de 2021, em comparação com o período homólogo (pandemia do SARS-CoV-2);
- Aumento da receita respeitante a aluguer de espaços e equipamentos, na ordem dos 4.500 EUR, pela retoma de algumas atividades municipais que geram este tipo de receita e que no ano de 2020 não se realizaram, para mitificação dos efeitos provocados pela pandemia do SARS-CoV-2.

As situações acima referidas respeitantes à redução apurada com as receitas de fornecimento de água, saneamento de águas residuais e gestão de resíduos urbanos devem ser melhor explicadas, uma vez que os valores apresentados no ano de 2020 incluem a TRH (de água e saneamento) e a TGR, ao contrário do que ocorreu no ano de 2021, em que os valores respeitantes a estas taxas foram cobrados nas taxas municipais (conforme referido no ponto 5.1.2.).

Assim, caso esta retificação (na classificação económica pelo qual devem ser cobradas estas taxas) não tivesse ocorrido no ano de 2021, ao invés de se verificar uma diminuição na venda de bens e serviços correntes, na ordem dos 30.000 EUR (-3%), verificar-se-ia um aumento, na ordem dos 57.000 EUR (+5,6%).

**Mapa 54 - Venda de bens e serviços correntes - 2020/2021**

Designação	2020	2021	Δ 2020/2021 %	Δ 2020/2021 €
<b>7. Venda de bens e serviços correntes</b>	<b>1 019 109,90</b>	<b>989 362,02</b>	<b>-2,92%</b>	<b>-29 747,88</b>
<b>Venda de bens</b>	<b>486 821,18</b>	<b>495 469,90</b>	<b>1,78%</b>	<b>8 648,72</b>
Publicações e impressos	39,91	46,90	17,51%	6,99
Produtos alimentares e bebidas	28 788,91	49 998,21	73,67%	21 209,30
Mercadorias	457 992,36	445 424,79	-2,74%	-12 567,57
Água	457 666,24	443 136,29	-3,17%	-14 529,95
Outros	326,12	2 288,50	601,74%	1 962,38
<b>Serviços</b>	<b>451 447,63</b>	<b>411 200,31</b>	<b>-8,92%</b>	<b>-40 247,32</b>
Aluguer de espaços e equipamentos	59,19	4 433,20	7 389,78%	4 374,01
Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto	1 920,40	1 548,50	-19,37%	-371,90
Serviços específicos das autarquias	449 152,34	404 982,73	-9,83%	-44 169,61
Saneamento	170 866,12	151 718,33	-11,21%	-19 147,79
Resíduos sólidos	242 097,42	229 460,87	-5,22%	-12 636,55
Transportes coletivos de pessoas e mercadorias	5 763,28	3 585,58	-37,79%	-2 177,70
Transportes escolares	5 763,28	3 585,58	-37,79%	-2 177,70
Trabalhos por conta de particulares	7 830,84	5 995,83	-23,43%	-1 835,01
Cemitérios	22 594,68	14 222,12	-37,06%	-8 372,56
Outros serviços	315,70	235,88	-25,28%	-79,82
<b>Rendas</b>	<b>80 841,09</b>	<b>82 691,81</b>	<b>2,29%</b>	<b>1 850,72</b>
Habitacões	32 931,71	31 973,66	-2,91%	-958,05
Edifícios	47 928,84	50 576,24	5,52%	2 647,40
Outras	-19,46	141,91	-829,24%	161,37

**5.1.6. OUTRAS RECEITAS CORRENTES**

As outras receitas correntes são uma rubrica residual, na qual a maioria da receita arrecada compreende as indemnizações de seguros. Em 2021 verifica-se uma diminuição de 75%, em montante próximo de 24.000 EUR, por se ter verificado uma diminuição considerável nas indemnizações de seguros. Salientamos, no entanto, que se trata de uma rúbrica residual e de manifesta dificuldade de previsão e na qual os valores arrecadados se revelam sem grande expressão.

Mapa 55 - Outras receitas correntes - 2020/2021

DESIGNAÇÃO	2020	2021	Δ 2020/2021 %	Δ 2020/2021 €
<b>7. Outras receitas correntes</b>	<b>31 430,10</b>	<b>7 627,70</b>	<b>-75,73%</b>	<b>-23 802,40</b>
Indeminização de seguros	29 017,17	4 910,45	-83,08%	-24 106,72
Diversas	2 412,93	2 717,25	12,61%	304,32

**5.1.7. VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO**

A alienação de lotes manteve a tendência verificada em 2020, com uma receita em montante superior a 46.000 EUR, valores muito próximos dos arrecadados no ano anterior (49.384 EUR). A referida receita, ocorrida em 2021, respeitou às alienações dos lotes constantes na tabela seguinte.

Mapa 56 - Venda de bens de investimento - 2021

Descrição dos lotes alienados	Ano da venda	Valor total da venda	Recebimentos anteriores a 2020		Recebido em 2020		Recebido em 2021		Por receber no final de 2021
			Valor	%	Valor	%	Valor	%	
<b>Zona Industrial do Alto dos Babelos</b>									
Lote 16-D	2020	25 000,00			5 000,00	20,00%	3 480,00	13,92%	16 520,00
<b>Pólo Industrial e de Apoio à Agricultura da Orada</b>									
Lote 5	2020	15 450,00			15 450,00	100,00%			0,00
Lote 8	2020	12 000,00			12 000,00	100,00%			0,00
<b>Zona Industrial da Cruz de Cristo</b>									
Lote 77	2020	19 250,00			962,50	5,00%	18 287,50	95,00%	0,00
<b>Loteamento Habitacional do Forno - Orada</b>									
Lote 40	2022	8 365,00					2 509,50	30,00%	5 855,50
Lote 41	2017	8 365,00	5 019,00	60,00%			3 346,00	40,00%	0,00
Lotes 42 e 43	2019	18 499,00	5 549,70	30,00%	12 949,30	70,00%			0,00
Lotes 34 e 35	2022	14 135,00					4 240,50	30,00%	9 894,50
<b>Loteamento Habitacional de Rio de Moinhos</b>									
Lote 1	2019	10 075,00			3 022,50	30,00%	4 030,00	40,00%	3 022,50
<b>S. Miguel Arcanjo - Terreno Rural</b>									
Courela de S. Miguel	2021	10 125,00					10 125,00	100,00%	0,00
<b>Total</b>		<b>141 264,00</b>	<b>10 568,70</b>		<b>49 384,30</b>		<b>46 018,50</b>		<b>35 292,50</b>

### 5.1.8. TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

Nas transferências de capital, para além das transferências do Orçamento do Estado, no âmbito do Fundo de Equilíbrio Financeiro e das verbas previstas no n.º 3 do art.º 35.º do RFALEI, são contabilizadas as receitas provenientes das comparticipações comunitárias de projetos cofinanciados.

No que respeita às transferências do Orçamento de Estado, verificou-se um acréscimo próximo dos 45.000 EUR (+8%), respeitando cerca de 45.000 EUR à atualização do FEF<sub>k</sub> e 27.000 EUR à atualização das verbas previstas no n.º 3 do art.º 35.º do RFALEI.

Relativamente às participações comunitárias de projetos cofinanciados verificou-se um acréscimo superior a 125.000 EUR, pelo facto de se terem submetido e reembolsado, pelas respetivas Autoridades de Gestão, valores superiores em pedidos de pagamento de operações cofinanciadas por fundos comunitários.

Mapa 57 - Transferências de capital - 2020/2021

DESIGNAÇÃO	2020	2021	Δ 2020/2021 %	Δ 2020/2021 €
<b>10. Transferências de capital</b>	<b>751 502,69</b>	<b>921 009,47</b>	<b>22,56%</b>	<b>169 506,78</b>
Transferências de Orçamento de Estado	535 907,00	580 298,00	8,28%	44 391,00
Fundo de Equilíbrio Financeiro (capital)	401 138,00	428 395,00	6,79%	27 257,00
N.º 3 do art.º 35.º da Lei 73/2013	134 769,00	151 903,00	12,71%	17 134,00
Participações comunitárias de projetos cofinanciados	215 595,69	340 711,47	58,03%	125 115,78

### 5.1.9. OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL

As outras receitas de capital são uma rubrica residual, na qual a maioria da receita arrecada compreende situações de caráter extraordinário, sem enquadramento nas rubricas manifestamente mais utilizadas.

Em 2020, a rubrica apresentou execução, em montante superior a 8.000 EUR, respeitante à venda de um trator que se considerava obsoleto e sem utilização (2.868 EUR) e ao recebimento de resultados do FAM (5.513,63 EUR), respeitantes aos exercícios de 2017 a 2019.

Em 2021, a mesma apresenta execução pouco superior a 700 EUR e respeita ao recebimento do prémio do Programa Bairro Feliz, à candidatura apresentada pelo Município junto do Pingo Doce, para aquisição de computadores destinados à Oficina da Criança.

Mapa 58 - Outras receitas de capital - 2020/2021

DESIGNAÇÃO	2020	2021	Δ 2020/2021 %	Δ 2020/2021 €
<b>13. Outras receitas de capital</b>	<b>8 381,63</b>	<b>716,46</b>	<b>-91,45%</b>	<b>-7 665,17</b>
Outras	8 381,63	716,46	-91,45%	-7 665,17

## 5.2. EXECUÇÃO DA DESPESA

A execução da despesa ascendeu em 2021 a cerca de 8,7 milhões de euros, resultando numa taxa de execução de cerca de 89%.

As despesas correntes ascenderam a mais de 6,7 milhões de euros e as de capital a cerca de 2 milhões de euros, com um peso relativo de 77% e 23%, respetivamente.

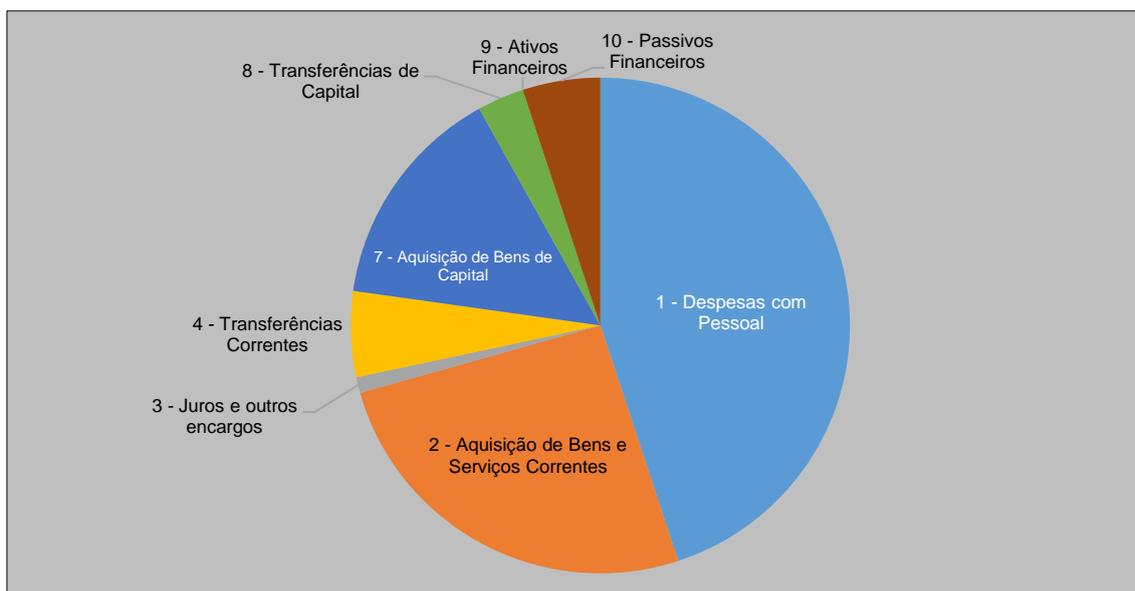
Comparativamente a 2020, verifica-se um incremento de cerca de 700.000 EUR (+9%), aumento este apenas respeitante a despesa corrente (a despesa de capital paga diminuiu ligeiramente, menos de 1%), relacionado com despesas com pessoal (+ 242.000 EUR, correspondendo a +7%), aquisição de bens e serviços (+ 359.000 EUR, correspondendo a +19%) e transferências correntes (+120.000 EUR, correspondendo a +33%).

Mapa 59 - Execução da Despesa - 2021

DESCRIÇÃO	2020	2021				Δ 2020/2021 %	Δ 2020/2021 €
	DESPESA PAGA	DESPESA CORRIGIDA	DESPESA PAGA	TX. EXEC.	% NO TOTAL		
1 - Despesas com Pessoal	3 659 159,07	3 914 431,19	3 901 140,24	99,66%	44,95%	6,61%	241 981,17
Remunerações Certas Permanentes	2 684 978,67	2 915 830,40	2 912 220,53	99,88%	33,55%	8,46%	227 241,86
Abonos Variáveis e Eventuais	114 349,76	141 595,00	138 730,95	97,98%	1,60%	21,32%	24 381,19
Segurança Social	859 830,64	857 005,79	850 188,76	99,20%	9,80%	-1,12%	-9 641,88
2 - Aquisição Bens Serviços Correntes	1 868 336,62	2 399 269,13	2 227 096,44	92,82%	25,66%	19,20%	358 759,82
Aquisição de bens	801 797,20	1 038 658,32	988 667,12	95,19%	11,39%	23,31%	186 869,92
Aquisição de serviços	1 066 539,42	1 360 610,81	1 238 429,32	91,02%	14,27%	16,12%	171 889,90
3 - Juros e outros encargos	96 372,76	89 600,00	89 252,44	99,61%	1,03%	-7,39%	-7 120,32
4 - Transferências Correntes	364 684,25	488 085,00	485 334,93	99,44%	5,59%	33,08%	120 650,68
6 - Outras Despesas Correntes	73,24	1 280,00	853,12	66,65%	0,01%	1064,83%	779,88
<b>TOTAL DE DESPESA CORRENTE</b>	<b>5 988 625,94</b>	<b>6 892 665,32</b>	<b>6 703 677,17</b>	<b>97,26%</b>	<b>77,23%</b>	<b>11,94%</b>	<b>715 051,23</b>
7 - Aquisição de Bens de Capital	1 488 707,77	2 150 600,41	1 276 569,67	59,36%	14,71%	-14,25%	-212 138,10
8 - Transferências de Capital	55 235,97	314 587,59	263 155,43	83,65%	3,03%	376,42%	207 919,46
9 - Ativos Financeiros	11 027,25	1 000,00				-100,00%	-11 027,25
10 - Passivos Financeiros	436 283,80	436 312,00	436 283,75	99,99%	5,03%	0,00%	-0,05
11 - Outras Despesas de Capital		500,00				-%	0,00
<b>TOTAL DE DESPESA DE CAPITAL</b>	<b>1 991 254,79</b>	<b>2 903 000,00</b>	<b>1 976 008,85</b>	<b>68,07%</b>	<b>22,77%</b>	<b>-0,77%</b>	<b>-15 245,94</b>
<b>TOTAL DA DESPESA</b>	<b>7 979 880,73</b>	<b>9 795 665,32</b>	<b>8 679 686,02</b>	<b>88,61%</b>	<b>100,00%</b>	<b>8,77%</b>	<b>699 805,29</b>

Em termos de repartição, as despesas com pessoal representaram cerca de 45% da despesa municipal, a aquisição de bens e serviços correntes cerca de 26% e a aquisição de bens de capital com cerca de 15%.

Gráfico 12 - Repartição da Despesa - 2021



### 5.2.1. DESPESAS COM PESSOAL

As despesas com pessoal apresentam, em 2021, um aumento de cerca de 242.000 EUR relativamente ao ano anterior (+6,6%), ascendendo a mais de 3,9 milhões de euros. A variação positiva dos encargos com pessoal reflete-se, essencialmente nas remunerações certas e permanentes (+ de 227.000 EUR, representando um aumento próximo dos 8,5%), nos abonos variáveis e eventuais que apresentam um acréscimo superior a 24.000 EUR (+21,3%), em contraciclo com os encargos com a Segurança Social que diminuíram cerca de 10.000 EUR (-1,1%).

Os fatores que mais contribuíram para estas variações foram:

- O aumento de pessoal em regime de tarefa ou avença (+70.700 EUR), uma vez que em 2020 esta rubrica assumiu pagamento, em valor, inferior a 1.500 EUR;
- O aumento de pessoal em qualquer outra situação (+53.200 EUR, correspondendo a + 45%);
- O aumento de pessoal em funções nos quadros (+27.000 EUR, correspondendo a +1,5%);
- O aumento do pessoal em funções contratado a termo (+26.000 EUR, correspondendo a +198%);
- O aumento dos subsídios de férias e de natal (+19.000 EUR, correspondendo a +5%);
- O aumento do subsídio de refeição (+12.000 EUR, correspondendo a +6%);
- O aumento nas alterações facultativas de posicionamento remuneratório (+9.000 EUR, correspondendo a +736%).

Mapa 60 - Despesas com pessoal - 2020/2021

DESIGNAÇÃO	2020	2021	Δ 2020/2021 %	Δ 2020/2021 €
<b>1 - Despesas com Pessoal</b>	<b>3 659 159,07</b>	<b>3 901 140,24</b>	<b>6,61%</b>	<b>241 981,17</b>
Remunerações Certas e Permanentes	2 684 978,67	2 912 220,53	8,46%	227 241,86
Abonos Variáveis e Eventuais	114 349,76	138 730,95	21,32%	24 381,19
Segurança Social	859 830,64	850 188,76	-1,12%	-9 641,88

## 5.2.2. AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

As aquisições de bens e serviços, apresentou uma variação positiva de cerca de 546.000 EUR (+29%) relativamente ao ano anterior, verificando-se que para esse acréscimo contribuiu a aquisição de bens com cerca de +187.000 EUR (+23%) e a aquisição de serviços com cerca de +172.000 EUR (+16%).

Mapa 61 - Aquisição de bens e serviços correntes - 2020/2021

Designação	2020	2021	Δ 2020/2021 %	Δ 2020/2021 €
<b>2 - Aquisição de bens e serviços correntes</b>	<b>1 868 336,62</b>	<b>2 227 096,44</b>	<b>29,20%</b>	<b>545 629,74</b>
<b>Aquisição de bens</b>	<b>801 797,20</b>	<b>988 667,12</b>	<b>23,31%</b>	<b>186 869,92</b>
Combustíveis e lubrificantes	120 639,99	131 567,63	9,06%	10 927,64
Limpeza e higiene	15 415,02	17 610,42	14,24%	2 195,40
Alimentação - géneros por confeccionar	30 420,46	87 335,22	187,09%	56 914,76
Vestuário e artigos pessoais	12 457,76	8 209,75	-34,10%	-4 248,01
Material de escritório	3 351,48	4 632,08	38,21%	1 280,60
Produtos químicos e farmacêuticos	3 305,69	4 130,00	24,94%	824,31
Material de transporte - peças	21 327,89	27 453,48	28,72%	6 125,59
Outro material - peças	5 297,43	11 652,33	119,96%	6 354,90
Prémios, condecorações e ofertas	299,00	1 694,00	466,56%	1 395,00
Mercadorias para venda - Água	510 366,59	596 143,08	16,81%	85 776,49
Ferramentas e utensílios	1 579,92	1 821,94	15,32%	242,02
Livros e documentação técnica	45,00	292,13	549,18%	247,13
Material de educação, cultura e recreio	2 367,90	7 044,67	197,51%	4 676,77
Outros bens	74 923,07	89 080,39	18,90%	14 157,32
<b>Aquisição de serviços</b>	<b>1 066 539,42</b>	<b>1 238 429,32</b>	<b>16,12%</b>	<b>171 889,90</b>
Encargos de instalações	104 903,45	109 776,20	4,64%	4 872,75
Limpeza e higiene	151 790,01	197 999,52	30,44%	46 209,51
Conservação de bens	47 672,03	72 532,06	52,15%	24 860,03
Comunicações	35 560,30	36 722,87	3,27%	1 162,57
Transportes	17 618,95	15 202,98	-13,71%	-2 415,97
Representação dos serviços	17 265,67	20 761,62	20,25%	3 495,95
Seguros	29 720,01	32 247,91	8,51%	2 527,90
Deslocações e estadas	7,70	29,30	280,52%	21,60
Formação	4 583,95	10 936,30	138,58%	6 352,35
Publicidade	1 510,25	215,25	-85,75%	-1 295,00
Vigilância e segurança	4 880,76	2 833,92	-41,94%	-2 046,84
Assistência técnica	54 572,00	50 301,58	-7,83%	-4 270,42
Outros trabalhos especializados	469 252,00	562 195,51	19,81%	92 943,51
Encargos de cobrança de receitas	31 493,33	34 854,42	10,67%	3 361,09
Outros serviços	95 709,01	91 819,88	-4,06%	-3 889,13

### 5.2.3. JUROS E OUTROS ENCARGOS

Os juros e outros encargos apresentam um decréscimo de 7.120 EUR (-7%) comparativamente a 2020, devido ao facto de o Município assumir encargos com juros, essencialmente, para dar cumprimento ao serviço da dívida dos empréstimos de médio e longo prazo contratados.

Por outro lado, importa referir que a maioria dos empréstimos de médio e longo prazo contratados assumem taxas indexantes (Euribor a 12 meses) que se encontram negativas (à data) e assumem *spreads* bastante baixos.

Mapa 62 - Juros e outros encargos - 2020/2021

DESIGNAÇÃO	2020	2021	$\Delta$ 2020/2021 %	$\Delta$ 2020/2021 €
<b>3 - Juros e outros encargos</b>	<b>96 372,76</b>	<b>89 252,44</b>	<b>-7,39%</b>	<b>-7 120,32</b>
Juros da dívida pública	96 108,06	89 118,88	-7,27%	-6 989,18
Outros encargos correntes da dívida pública	16,60	12,45	-25,00%	-4,15
Juros de locação financeira	27,64		-100,00%	-27,64
Outros juros	220,46	121,11	-45,06%	-99,35

#### 5.2.4. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

As transferências correntes, apresentam, relativamente aos valores executados no ano anterior, um acréscimo próximo dos 221.000 EUR (+61%), totalizando, no ano, mais de 485.000 EUR.

As transferências para a Administração Local assumiram um acréscimo próximo dos 54.000 EUR (+28%), verificando-se este aumento ter sido distribuído em cerca de 31.000 EUR (+42%) para as Freguesias e mais de 23.000 EUR (+19%) para Associações de Municípios (essencialmente para a CIMAC).

As Instituições sem fins lucrativos assumiram um acréscimo de transferências em montante próximo dos 21.000 EUR (+21%).

As famílias viram as transferências aumentar em mais de 46.000 EUR (+64%), sendo o mesmo fortemente impulsionado pelo aumento nas transferências com Programas Ocupacionais (+36.000 EUR), visto as Outras terem apresentado um acréscimo, em valor, pouco superior a 10.000 EUR (pese embora, a nível de variação, a mesma seja significativa, representando + 125%).

Importa ainda referir que o aumento verificado nas transferências correntes reflete uma das formas de combate à pandemia que o Município aplicou, através do esforço financeiro despendido com a atribuição de apoio aos grupos mais carenciados.

Mapa 63 - Transferências correntes - 2020/2021

DESIGNAÇÃO	2020	2021	$\Delta$ 2020/2021 %	$\Delta$ 2020/2021 €
<b>4 - Transferências correntes</b>	<b>364 684,25</b>	<b>485 334,93</b>	<b>60,51%</b>	<b>220 675,84</b>
Administração Local	191 646,53	245 352,87	28,02%	53 706,34
Freguesias	73 006,52	103 696,31	42,04%	30 689,79
Associações de Municípios	118 640,01	141 656,56	19,40%	23 016,55
Instituições sem fins lucrativos	100 489,34	121 114,86	20,53%	20 625,52
Famílias	72 548,38	118 867,20	63,85%	46 318,82
Programas Ocupacionais	64 486,33	100 763,83	56,26%	36 277,50
Outras	8 062,05	18 103,37	124,55%	10 041,32

#### 5.2.5. OUTRAS DESPESAS CORRENTES

As outras despesas correntes assumiram um montante perfeitamente residual no ano (853,12 EUR), tendo ao longo do ano apenas sido utilizada para tratamento de restituições de montantes pouco significativos.

### 5.2.6. AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL

Em termos de investimento efetuado com aquisição de bens de capital, a execução atingiu um montante próximo de 1,3 milhões de euros, que representa um decréscimo superior a 212.000 EUR (-14,25%) face a 2020. A variação mais significativa foi registada na rubrica de Bens de domínio público [com uma execução próxima dos 440.000 EUR (-225.705 EUR face a 2020, representando um decréscimo de 34%)].

Na rubrica Investimentos as maiores variações registadas respeitam a Terrenos (+165.000 EUR, respeitante à aquisição de terreno para ampliação do cemitério de Rio de Moinhos), Edifícios (-224.000 EUR, representando uma diminuição de 39%), Material de Transporte (cerca de +74.000 EUR, pela aquisição de viaturas de transportes escolares e outras) e Equipamento de Informática (-67.000 EUR, representando uma diminuição de 71%).

Mapa 64 - Aquisição de bens de capital - 2020/2021

DESIGNAÇÃO	2020	2021	Δ 2020/2021 %	Δ 2020/2021 €
<b>7 - Aquisição de bens de capital</b>	<b>1 488 707,77</b>	<b>1 276 569,67</b>	<b>-14,25%</b>	<b>-212 138,10</b>
<b>Investimentos</b>	<b>805 823,22</b>	<b>837 117,73</b>	<b>3,88%</b>	<b>31 294,51</b>
Terrenos	423,36	165 000,00	38873,92%	164 576,64
Habitacões	34 199,78	23 808,62	-30,38%	-10 391,16
Edifícios	577 463,31	353 133,47	-38,85%	-224 329,84
Material de transportes	7 277,75	80 996,14	1012,93%	73 718,39
Equipamento de Informática	94 255,19	27 198,17	-71,14%	-67 057,02
Software Informático	13 747,37	26 138,91	90,14%	12 391,54
Equipamento administrativo	3 500,20	2 568,85	-26,61%	-931,35
Equipamento básico	40 457,07	67 832,81	67,67%	27 375,74
Ferramentas e utensílios	6 425,29	6 808,39	5,96%	383,10
Investimentos incorpóreos	17 151,86	26 199,00	52,75%	9 047,14
Outros investimentos	10 922,04	57 433,37	425,85%	46 511,33
<b>Locação financeira</b>	<b>17 726,90</b>	<b>0,00</b>	<b>-100,00%</b>	<b>-17 726,90</b>
<b>Bens de domínio público</b>	<b>665 157,65</b>	<b>439 451,94</b>	<b>-33,93%</b>	<b>-225 705,71</b>

### 5.2.7. ATIVOS FINANCEIROS

Em 2021, o Município não efetuou qualquer pagamento respeitante a ativos financeiros, uma vez que em 2020 procedeu ao pagamento da última prestação para realização do capital subscrito no FAM.

### 5.2.8. PASSIVOS FINANCEIROS

Os passivos financeiros mantiveram-se praticamente inalterados, comparativamente com 2020, de acordo com o serviço da dívida dos empréstimos de médio e longo prazos.

Mapa 65 - Passivos financeiros - 2020/2021

DESIGNAÇÃO	2020	2021	Δ 2020/2021 %	Δ 2020/2021 €
<b>10 - Passivos financeiros</b>	<b>436 283,80</b>	<b>436 283,75</b>	<b>0,00%</b>	<b>-0,05</b>
Amortização de Empréstimos M/L Prazos	436 283,80	436 283,75	0,00%	-0,05

### 5.3. EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

O regime financeiro das autarquias locais, publicado em anexo à Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, determina que as receitas correntes brutas devem ser pelo menos iguais às despesas correntes, acrescidas das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

Mapa 66 - Equilíbrio orçamental - 2021

Descrição	2021
Receitas correntes cobradas brutas	7 760 854,63
Despesas correntes pagas	6 703 677,17
<b>Amortizações médias de Empréstimos de M/L Prazo</b>	<b>432 278,85</b>
<b>Despesas correntes cobras brutas + Amortizações médias EMLP</b>	<b>7 135 956,02</b>
<b>Equilíbrio Orçamental</b>	<b>624 898,61</b>

Pelo exposto, verifica-se que o Município deu cumprimento à regra, apresentando equilíbrio orçamental, em montante próximo a 625.000 EUR.

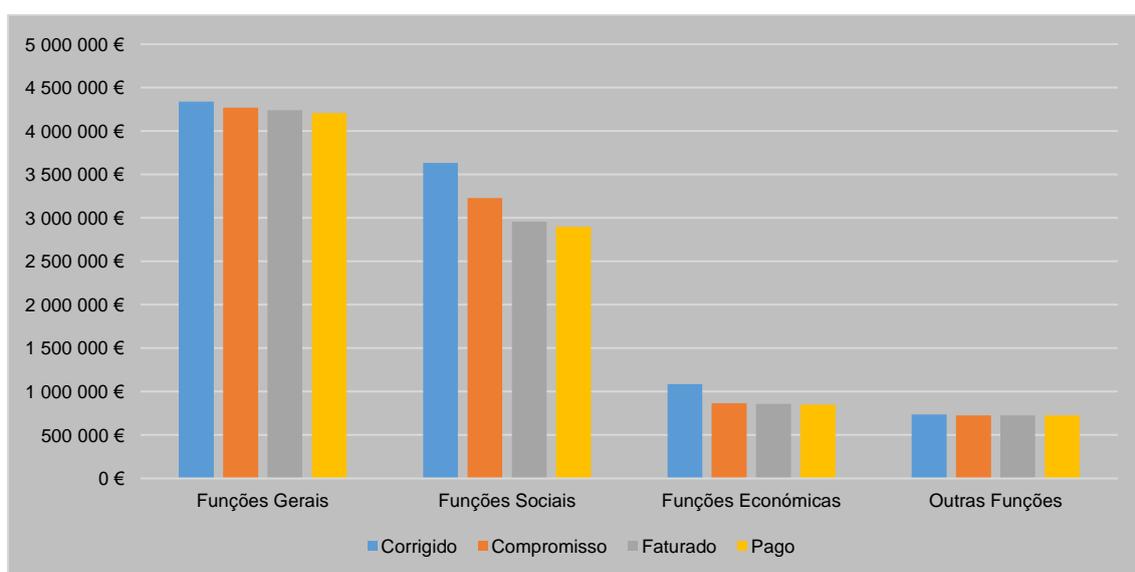
### 5.4. GRANDES OPÇÕES DO PLANO (GOP)

As Grandes Opções do Plano refletem financeiramente as atividades anteriormente descritas. Como instrumentos de gestão, as GOP estão divididas em dois documentos: o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e o Plano de Atividades Municipais [ou Atividades Mais Relevantes (AMR)].

Em termos de execução, as GOP, no final de 2021, tinham uma previsão de despesa de 9,79 milhões de euros, dos quais foram assumidos compromissos de cerca de 9,1 milhões de euros (93%).

Destes, foram faturados 8,78 milhões, tendo sido pagos cerca de 8,7 milhões de euros, o que representa uma taxa de execução de 89% e uma taxa de pagamento de 99%.

Gráfico 13 - Grandes Opções do Plano - 2021

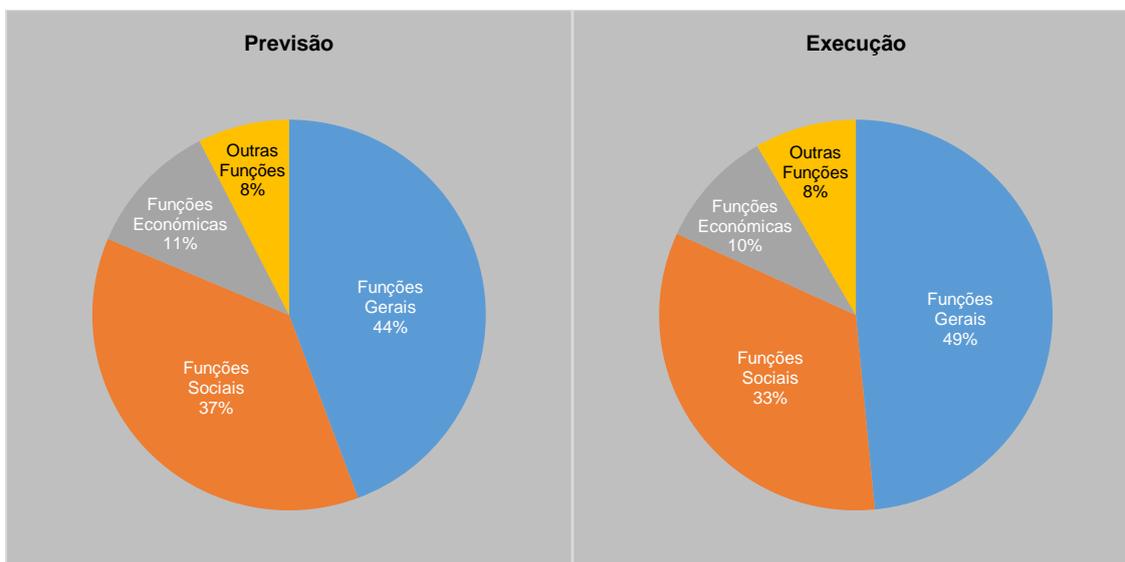


No que respeita às prioridades definidas em sede de previsão e à sua execução, verifica-se que as mesmas se mantêm, apesar de se verificarem ligeiras diferenças, ao nível percentual de cada uma das mesmas, conforme tabela e gráfico seguintes.

**Mapa 67 - Previsão vs Execução das GOP - 2021**

OBJET. PROG.	DESCRIÇÃO	PREVISTO		PAGO	
		Valor	Porcentagem	Valor	Porcentagem
1	Funções Gerais	4 339 407,07	44,30%	4 206 494,43	48,46%
2	Funções Sociais	3 631 682,59	37,07%	2 896 258,39	33,37%
3	Funções Económicas	1 087 243,16	11,10%	850 977,70	9,80%
4	Outras Funções	737 332,50	7,53%	725 955,50	8,36%
<b>Total</b>		<b>9 795 665,32</b>	<b>100,00%</b>	<b>8 679 686,02</b>	<b>100,00%</b>

**Gráfico 14 - Previsão vs Execução das GOP - 2021**



### 5.5. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (PPI)

O Plano Plurianual de Investimentos agrega o investimento em aquisição de bens de capital, executado pelo Município de Borba. O PPI apresentou uma dotação de 2,9 milhões de euros, dos quais foram faturados pouco mais de 2 milhões e pagos cerca de 2 milhões de euros.

As funções sociais com execução superior a 855.000 EUR são as que apresentam maior execução, em valor, seguida das funções económicas (472.400 EUR) e das outras funções com 447.000 EUR.

Mapa 68 - Execução do PPI - 2021

DESIGNAÇÃO	DESPEZA CORRIGIDA	DESPEZA FATURADA	DESPEZA PAGA	TAXA DE EXECUÇÃO
<b>Funções Gerais</b>	<b>257 870,89</b>	<b>203 904,99</b>	<b>201 323,74</b>	<b>78,07%</b>
Administração geral	185 478,89	145 471,62	142 890,37	77,04%
Proteção civil e luta contra incêndios	72 392,00	58 433,37	58 433,37	80,72%
<b>Funções Sociais</b>	<b>1 541 448,45</b>	<b>894 694,33</b>	<b>855 082,31</b>	<b>55,47%</b>
Ensino não superior	57 400,00	52 729,88	52 387,57	91,27%
Serviços auxiliares de ensino	50 500,00	49 000,00	49 000,00	97,03%
Serviços individuais de saúde	371,20			
Ação social	106 900,00	58 512,75	22 312,21	20,87%
Ordenamento do território	135 016,00	41 862,08	41 116,70	30,45%
Saneamento	116 500,00	8 839,65	8 839,65	7,59%
Abastecimento de água	75 905,00	52 388,20	50 191,17	66,12%
Resíduos sólidos	17 576,25	9 747,58	9 747,58	55,46%
Proteção do meio ambiente conserv. da natureza	167 000,00	165 000,00	165 000,00	98,80%
Cultura	18 500,00	15 221,66	15 117,16	81,71%
Desporto, recreio e lazer	336 035,00	282 016,23	281 993,97	83,92%
Outros serviços culturais	459 745,00	159 376,30	159 376,30	34,67%
<b>Funções Económicas</b>	<b>645 633,16</b>	<b>472 705,32</b>	<b>472 398,99</b>	<b>73,17%</b>
Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	5 000,00	700,00	700,00	14,00%
Espaços Industriais	6 150,00			
Iluminação pública	109 825,89	85 688,62	85 688,62	78,02%
Transportes rodoviários	347 065,00	335 798,58	335 492,25	96,67%
Mercados e feiras	8 090,00	4 643,46	4 643,46	57,40%
Turismo	76 644,27	45 874,66	45 874,66	59,85%
Outras funções económicas	92 858,00			
<b>Outras funções</b>	<b>458 047,50</b>	<b>447 203,81</b>	<b>447 203,81</b>	<b>97,63%</b>
Operações da dívida autárquica	436 312,00	436 283,75	436 283,75	99,99%
Transferências entre administrações	17 875,50	8 060,06	8 060,06	45,09%
Diversas não especificadas	3 860,00	2 860,00	2 860,00	74,09%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>2 903 000,00</b>	<b>2 018 508,45</b>	<b>1 976 008,85</b>	<b>68,07%</b>

### 5.6. ATIVIDADES MAIS RELEVANTES (AMR)

Por sua vez, as atividades mais relevantes apresentaram uma despesa prevista de cerca de 6,9 milhões de euros, com uma faturação próxima dos 6,8 milhões de euros e uma execução de 6,7 milhões de euros.

As funções gerais absorveram 4 milhões de euros, destacando-se nesta a Administração Geral e Recursos Humanos, com execução superior a 3,85 milhões de euros.

Nas funções sociais foram investidos mais de 2 milhões de euros e nas funções económicas cerca de 380.000 EUR.

Mapa 69 - Execução das AMR - 2021

DESIGNAÇÃO	DESPEZA CORRIGIDA	DESPEZA FATURADA	DESPEZA PAGA	TAXA DE EXECUÇÃO
<b>Funções Gerais</b>	<b>4 081 536,18</b>	<b>4 033 886,82</b>	<b>4 005 170,69</b>	<b>98,13%</b>
Administração geral	3 929 286,19	3 883 842,88	3 855 465,75	98,12%
Proteção civil e luta contra incêndios	152 249,99	150 043,94	149 704,94	98,33%
<b>Funções Sociais</b>	<b>2 090 234,14</b>	<b>2 061 485,59</b>	<b>2 041 176,08</b>	<b>97,65%</b>
Ensino não superior	409 524,00	408 471,99	407 632,80	99,54%
Serviços auxiliares de ensino	123 473,00	113 705,86	110 638,42	89,61%
Ação social	376 362,00	372 446,50	372 417,30	98,95%
Saneamento	229 750,00	227 196,30	227 196,30	98,89%
Abastecimento de água	596 150,00	596 143,08	596 143,08	100,00%
Resíduos sólidos	204 050,00	201 951,47	201 073,99	98,54%
Proteção meio ambiente conservação da natureza	2 565,32	2 324,36	2 178,66	84,93%
Cultura	38 455,00	35 350,98	34 569,73	89,90%
Desporto, recreio e lazer	109 904,82	103 895,05	89 325,80	81,28%
<b>Funções Económicas</b>	<b>441 610,00</b>	<b>384 770,37</b>	<b>378 578,71</b>	<b>85,73%</b>
Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	81 580,00	71 736,95	71 736,95	87,93%
Iluminação pública	109 834,00	109 754,98	109 754,98	99,93%
Turismo	250 196,00	203 278,44	197 086,78	78,77%
<b>Outras funções</b>	<b>279 285,00</b>	<b>278 751,69</b>	<b>278 751,69</b>	<b>99,81%</b>
Operações da dívida autárquica	89 600,00	89 252,44	89 252,44	99,61%
Transferências entre administrações	189 685,00	189 499,25	189 499,25	99,90%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>6 892 665,32</b>	<b>6 758 894,47</b>	<b>6 703 677,17</b>	<b>97,26%</b>

### 5.7. INDICADORES ORÇAMENTAIS

De acordo com o previsto no SNC-AP, e para efeitos de análise do período 2020-2021, apresentam-se alguns indicadores, relacionados com as taxas de execução das receitas cobradas e das despesas pagas face às corrigidas, dos diferenciais entre receitas correntes e de capital e despesas correntes e de capital, apuramento de saldos com o cálculo dos diferenciais entre receitas efetivas e despesas efetivas, bem como respeitantes à comparação entre “despesa primária”, “despesa total”, “despesa com pessoal”, “compromissos”, “obrigações”, “pagamentos de períodos anteriores” e “compromissos a transitar”.

Mapa 70 - Indicadores orçamentais - 2020/2021

INDICADORES	2020	2021
Receita cobrada líquida/Previsões corrigidas	87,51%	91,63%
Despesa paga líquida/ Dotações corrigidas	82,00%	88,61%
Receita corrente líquida - Despesa corrente	1 183 047 €	1 057 177 €
Receita de capital - Despesa de capital	-1 181 986 €	-1 008 264 €
Receita efetiva - Despesa efetiva + Juros e outros encargos	2 556 864 €	584 267 €
Receita efetiva - Despesa efetiva	2 460 491 €	487 894 €
Despesa primária / Despesa total	93,19%	93,95%
Despesa c/pessoal / Despesa primária	49,21%	47,84%
Despesa c/pessoal / Despesa total	45,85%	44,95%
Compromissos /Dotações corrigidas	89,91%	92,79%
Obrigações /Compromissos	95,92%	96,57%
Pagamentos períodos anteriores / Despesa p/pagar períodos anteriores	100,00%	100,00%
Pagamentos no período / Obrigações	95,08%	98,89%
Compromissos a transitar / Compromissos	4,08%	3,43%

## VI. LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO (LCPA)

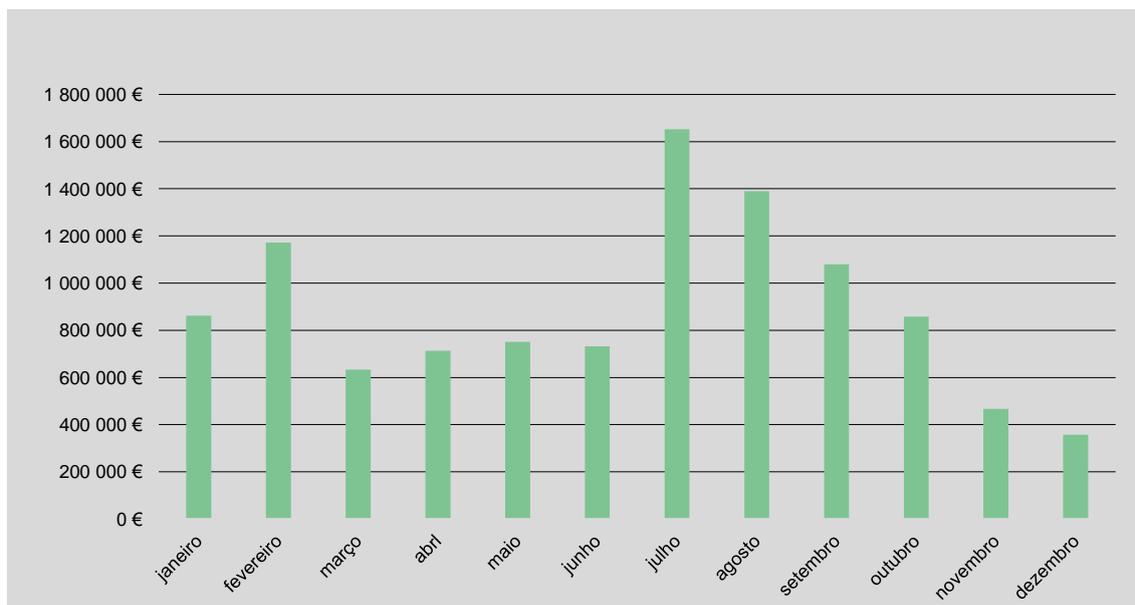
A Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, estabelece as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas. O objetivo primordial desta lei é o controlo da execução orçamental e, em particular, da despesa pública constituindo um elemento crítico para garantir o cumprimento das metas orçamentais.

Esta lei impõe assim limites à gestão municipal, impossibilitando a assunção de novos compromissos no caso de não existirem fundos disponíveis.

A Câmara Municipal de Borba não aprovou, nos termos do artigo 88.º da Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, a exclusão do âmbito de aplicação da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho. Caso o tivesse efetuado, por força do disposto no n.º 5 do artigo 111.º da LOE 2021<sup>52</sup>, mantinha essa exclusão<sup>53</sup> no ano de 2021.

Assim, os serviços municipais continuaram a calcular os fundos disponíveis, como ferramenta de gestão, mantendo valores positivos de fundos, conforme se demonstra nos apuramentos mensais, que se representam no gráfico seguinte.

Gráfico 15 - Fundos Disponíveis - 2021



Por sua vez, o artigo 7.º da LCPA, estabelece que a execução orçamental não pode conduzir, em qualquer momento, a um aumento dos pagamentos em atraso. Esta disposição legal foi cumprida durante o ano de 2021.

<sup>52</sup> Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2021, aprovado pela Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro.

<sup>53</sup> "salvo se, em 31 de dezembro de 2020, não cumprirmos os limites de endividamento previstos, respetivamente, no artigo 52.º e no n.º 8 do artigo 55.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro".

Nos termos do artigo 112.º do LOE 2021<sup>54</sup>, até ao final do ano de 2021, as entidades incluídas no subsetor da administração local reduzem, no mínimo, 10% dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados, em setembro de 2020, no Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais (SIIAL), o que se verificou.

#### Mapa 71 - Redução dos pagamentos em atraso - 2021

DESCRIÇÃO	VALOR
<b>Pagamentos em atraso em 30/09/2020</b>	<b>0,00</b>
Valor a Reduzir = 10% dos pagamentos em atraso a 30/09/2019	0,00
Objetivo para 31/12/2021	0,00
<b>Pagamentos em atraso a 31/12/2021</b>	<b>0,00</b>
<b>CUMPRIMENTO</b>	

<sup>54</sup> Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2021, aprovado pela Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro.

## VII. CONTABILIDADE DE GESTÃO

A contabilidade de gestão no Município de Borba encontra-se numa fase de implementação em que ainda é necessário proceder a trabalhos de ajustes e melhorias, tanto o nível do apuramento dos gastos como dos rendimentos das diversas atividades do município.

A norma de contabilidade publica 27 do SNC-AP dispõe que a contabilidade de gestão destina -se a produzir informação relevante e analítica sobre custos, e sempre que se justifique, sobre rendimentos e resultados, para satisfazer uma variedade de necessidades de informação dos gestores e dirigentes públicos na tomada de decisões, designadamente nos seguintes domínios:

- No processo de elaboração de orçamentos (por exemplo, orçamentos por atividades, produtos ou serviços), nomeadamente quando se utiliza o orçamento base zero, por programas ou por objetivos;
- Nas funções de planeamento e controlo, e na justificação para um plano de redução de custos;
- Na determinação de preços, tarifas e taxas, como é o caso das entidades do setor local, cujos preços e taxas devem estar justificados pelo seu custo;
- No apuramento do custo de produção de ativos fixos ou de bens e serviços;
- Na mensuração e avaliação de desempenho (economia, eficiência, eficácia e qualidade) de programas;
- Na fundamentação económica de decisões de gestão como, por exemplo, para justificar a entrega de determinados serviços a entidades externas ou para fundamentar o valor de comparticipação do Estado em serviços praticados a preços inferiores ao custo ou preço de mercado.

Atendendo ao apuramento dos gastos e rendimentos por centro de custo, foi possível apurar em 2021 um saldo devedor de 2,6 milhões de euros, repartido por centros de custo, conforme mapa seguinte.

Também é possível fazer uma análise comparativa fase ao ano de 2020, sendo visível o aumento de gastos e/ou a redução de rendimentos por atividade/centro de custo.

Mapa 72 - Custos por Centro de Custo - 2020/2021

IDENTIFICAÇÃO DO CENTRO DE CUSTOS		SALDO		Δ 2020/2021 %	Δ 2020/2021 €
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	2020	2021		
91.01	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	446 566,20	394 565,98	-11,64%	-52 000,22
91.02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	28 973,38	-902,18	-103,11%	-29 875,56
91.03	GESTÃO PATRIMONIAL, CONTABILÍSTICA E DE TESOURARIA	-5 013 648,82	-5 208 608,71	3,89%	-194 959,89
91.04	SISTEMAS DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO	28 887,46	27 836,74	-3,64%	-1 050,72
91.05	GESTÃO DE EXPEDIENTE E ARQUIVO	10 870,96	11 181,02	2,85%	310,06

*Continua na página seguinte*

IDENTIFICAÇÃO DO CENTRO DE CUSTOS		SALDO		Δ	Δ
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	2020	2021	2020/2021 %	2020/2021 €
	<i>Continuação da página anterior</i>				
<b>91.06</b>	<b>GESTÃO URBANÍSTICA</b>	<b>4 492,66</b>	<b>-33 029,43</b>	<b>-835,19%</b>	<b>-37 522,09</b>
91.06.01	LOTEAMENTOS E OBRAS DE URBANIZAÇÃO	-25,58	-1 160,22	4435,65%	-1 134,64
91.06.02	REMODELAÇÃO DE TERRENOS				
91.06.03	OBRAS DE EDIFICAÇÃO	-24 760,39	-29 315,21	18,40%	-4 554,82
91.06.04	INFRAESTRUTURAS URBANÍSTICAS				
91.06.05	LICENCIAMENTO DE GÁS, CARBURANTES LÍQUIDOS, AR E ÁGUA				
91.06.06	FISCALIZAÇÃO / VISTORIAS	106,59	24,10	-77,39%	-82,49
91.06.07	OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA DE OBRAS	-533,61	-797,88	49,52%	-264,27
91.06.08	PARU - PLANO AÇÃO E REABILITAÇÃO URBANA	33 210,00		-100,00%	-33 210,00
91.06.99	OUTRAS OPERAÇÕES	-3 504,35	-1 780,22	-49,20%	1 724,13
<b>91.07</b>	<b>GESTÃO E MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURAS</b>	<b>1 917 974,23</b>	<b>2 077 390,57</b>	<b>8,31%</b>	<b>159 416,34</b>
91.07.01	HIGIENE E LIMPEZA	38 941,23		-100,00%	-38 941,23
91.07.02	PARQUES E JARDINS	106 037,00	120 413,79	13,56%	14 376,79
91.07.03	CEMITÉRIOS	10 780,67	25 971,64	140,91%	15 190,97
91.07.04	ABRIGO DOS ANIMAIS	508,23	596,55	17,38%	88,32
91.07.05	ESTRADAS, ARRUEAMENTOS E CAMINHOS	1 257 783,55	1 344 903,10	6,93%	87 119,55
91.07.06	LOTEAMENTOS	126 248,54	120 749,76	-4,36%	-5 498,78
91.07.07	ZONAS INDUSTRIAIS	-15 087,05	23 594,30	-256,39%	38 681,35
91.07.08	GESTÃO DE VIATURAS	151 844,08	186 295,89	22,69%	34 451,81
91.07.09	GESTÃO DE MÁQUINAS	27 220,20	33 570,27	23,33%	6 350,07
91.07.10	ESTAÇÃO DE SERVIÇO	445,86	665,87	49,35%	220,01
91.07.11	TOPOGRAFIA	29 144,85	31 966,46	9,68%	2 821,61
91.07.12	MANUTENÇÃO GERAL	146 263,76	115 305,40	-21,17%	-30 958,36
91.07.13	IMÓVEIS DIVERSOS	-39 875,37	-23 245,70	-41,70%	16 629,67
91.07.14	TERRENOS DO DOMÍNIO PRIVADO	2 359,19	3 240,23	37,35%	881,04
91.07.15	PAÇOS DO CONCELHO	51 964,14	47 629,07	-8,34%	-4 335,07
91.07.16	CENTRAL DE ASFALTO	2 299,13	2 102,28	-8,56%	-196,85
91.07.18	ARMAZÉM DE INERTES	17 313,64	7 038,15	-59,35%	-10 275,49
91.07.19	MUROS E PEQUENAS CONSTRUÇÕES	84,26	8 275,25	9721,09%	8 190,99
91.07.21	MONUMENTOS E OUTROS BENS DE PATRIMÓNIO HISTÓRICO	2 037,82	19 082,00	836,39%	17 044,18
91.07.22	ADARVE DA MURALHA DO CASTELO DE BORBA	1 660,50	9 236,26	456,23%	7 575,76
<b>91.08</b>	<b>GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS</b>	<b>403 896,79</b>	<b>466 620,41</b>	<b>15,53%</b>	<b>62 723,62</b>
91.08.01	REMOÇÃO DE LIXOS E OUTROS RESÍDUOS	403 896,79	466 620,41	15,53%	62 723,62
<b>91.09</b>	<b>GESTÃO DE ÁGUAS</b>	<b>830 815,55</b>	<b>890 465,30</b>	<b>7,18%</b>	<b>59 649,75</b>
91.09.01	LIGAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ÁGUA	-1 528,03	8 731,91	-671,45%	10 259,94
91.09.02	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	832 343,58	881 733,39	5,93%	49 389,81
<b>91.10</b>	<b>GESTÃO DE ESGOTOS</b>	<b>321 198,25</b>	<b>307 869,84</b>	<b>-4,15%</b>	<b>-13 328,41</b>
91.10.01	LIGAÇÃO, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESGOTOS	27 931,91	30 340,77	8,62%	2 408,86
91.10.02	CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESGOTOS	212 662,10	218 412,12	2,70%	5 750,02
91.10.03	ÁGUAS PLUVIAIS	80 604,24	59 116,95	-26,66%	-21 487,29
	<i>Continua na página seguinte</i>				

IDENTIFICAÇÃO DO CENTRO DE CUSTOS		SALDO		Δ	Δ
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	2020	2021	2020/2021 %	2020/2021 €
	<i>Continuação da página anterior</i>				
<b>91.11</b>	<b>ECONOMIA, COMÉRCIO E APOIO AO CONSUMIDOR</b>	<b>165 795,54</b>	<b>300 862,16</b>	<b>81,47%</b>	<b>135 066,62</b>
91.11.01	TAXAS, LICENÇAS E TARIFAS	-9 616,38	-9 330,07	-2,98%	286,31
91.11.02	FEIRAS / FESTAS TEMÁTICAS	107 868,95	155 196,12	43,87%	47 327,17
91.11.04	GESTÃO DE MERCADOS	47 458,22	42 672,59	-10,08%	-4 785,63
91.11.07	GADE	19 192,38	37 166,49	93,65%	17 974,11
91.11.08	PROVERE	892,37		-100,00%	-892,37
<b>91.12</b>	<b>EDUCAÇÃO, SAÚDE E AÇÃO SOCIAL</b>	<b>650 900,83</b>	<b>697 125,76</b>	<b>7,10%</b>	<b>46 224,93</b>
91.12.01	EDUCAÇÃO	508 416,51	509 051,13	0,12%	634,62
91.12.02	SAÚDE	19 468,67	21 617,79	11,04%	2 149,12
91.12.03	AÇÃO SOCIAL	123 015,65	166 456,84	35,31%	43 441,19
<b>91.13</b>	<b>CULTURA E DESPORTO</b>	<b>679 885,01</b>	<b>982 250,21</b>	<b>44,47%</b>	<b>302 365,20</b>
91.13.01	FESTAS E ANIMAÇÃO CULTURAL	32 746,16	94 227,16	187,75%	61 481,00
91.13.02	POSTO DE TURISMO	31 525,15	30 345,97	-3,74%	-1 179,18
91.13.03	FÓRUM TRANSFRONTEIRIÇO	10 974,89	10 980,95	0,06%	6,06
91.13.04	BIBLIOTECA	20 721,56	24 150,57	16,55%	3 429,01
91.13.05	ESPAÇO INTERNET				
91.13.06	PALACETE DOS MELOS	21 210,50	33 034,46	55,75%	11 823,96
91.13.07	MUSEU DAS PROFISSÕES		142,22		142,22
91.13.08	CINETEATRO	7 486,78	22 121,23	195,47%	14 634,45
91.13.09	CELEIRO DA CULTURA	5 024,06	7 721,11	53,68%	2 697,05
91.13.10	PAVILHÃO DESPORTIVO	1 614,19	1 329,01	-17,67%	-285,18
91.13.11	PISCINA COBERTA	128 468,39	120 354,02	-6,32%	-8 114,37
91.13.12	PISCINA DESCOBERTA	10 498,22	21 360,10	103,46%	10 861,88
91.13.13	ESPAÇOS DESPORTIVOS	78 969,13	103 042,10	30,48%	24 072,97
91.13.14	SUBSÍDIOS/APOIO A COLECTIVIDADES / ASSOCIAÇÕES	145 472,40	339 605,11	133,45%	194 132,71
91.13.15	PAVILHÃO DE EVENTOS	91 810,79	105 505,31	14,92%	13 694,52
91.13.16	CEDÊNCIA DE VIATURAS				
91.13.17	EDIFÍCIO DO CENTRO CULTURAL DE BORBA	3 469,83	6 234,49	79,68%	2 764,66
91.13.18	LOJA DO CIDADÃO	12 376,27	12 603,98	1,84%	227,71
91.13.19	PARTICIPAÇÃO EM FEIRAS E CERTAMES	4 943,67	320,70	-93,51%	-4 622,97
91.13.20	ATIVIDADES CULTURAIS DIVERSAS	45 600,73	22 639,96	-50,35%	-22 960,77
91.13.21	PALACETE ALVAREZ	26 972,29	26 531,76	-1,63%	-440,53
<b>91.14</b>	<b>SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS</b>	<b>-84 241,51</b>	<b>-7 825,06</b>	<b>-90,71%</b>	<b>76 416,45</b>
91.14.01	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	-264 626,35	-251 092,77	-5,11%	13 533,58
91.14.02	PROTEÇÃO CIVIL	172 632,58	224 669,45	30,14%	52 036,87
91.14.03	GESTÃO DE TRÂNSITO	7 752,26	18 598,26	139,91%	10 846,00
	<i>Continua na página seguinte</i>				

IDENTIFICAÇÃO DO CENTRO DE CUSTOS		SALDO		Δ	Δ
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	2020	2021	2020/2021 %	2020/2021 €
	<i>Continuação da página anterior</i>				
<b>91.15</b>	<b>ATIVIDADES DE GESTÃO</b>	<b>1 024 810,43</b>	<b>1 098 157,53</b>	<b>7,16%</b>	<b>73 347,10</b>
91.15.01	UNIDADE DE URBANISMO E OBRAS PARTICULARES	11 647,81	15 103,50	29,67%	3 455,69
91.15.02	SUBUNIDADE DE OBRAS MUNICIPAIS	154 930,70	135 243,52	-12,71%	-19 687,18
91.15.03	SUBUNIDADE DE AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS	116 597,97	127 222,13	9,11%	10 624,16
91.15.04	SUBUNIDADE DE PATRIMÓNIO E CULTURA	57 587,74	61 201,55	6,28%	3 613,81
91.15.05	SUBUNIDADE DE EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL	25 066,92	22 079,77	-11,92%	-2 987,15
91.15.07	UNIDADE DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA E CONTABILIDADE	65 474,08	60 178,56	-8,09%	-5 295,52
91.15.08	UNIDADE FINANÇAS, INVESTIMENTO E MODERN. ADMINISTRATIVA	206 312,99	224 503,79	8,82%	18 190,80
91.15.09	UNIDADE JURÍDICA, DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FISCALIZAÇÃO	299 540,34	359 831,19	20,13%	60 290,85
91.15.10	UNIDADE PROJETO, GESTÃO URBANÍSTICA E ORD. TERRITÓRIO	186 224,78	202 468,74	8,72%	16 243,96
91.15.11	UNIDADE DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	-98 572,90	-109 675,22	11,26%	-11 102,32
<b>91.16</b>	<b>ATIVIDADES DE GESTÃO GERAL</b>	<b>405 870,70</b>	<b>504 662,80</b>	<b>24,34%</b>	<b>98 792,10</b>
91.16.01	ASSEMBLEIA MUNICIPAL	12 118,63	13 745,61	13,43%	1 626,98
91.16.02	CÂMARA MUNICIPAL	287 513,69	313 765,28	9,13%	26 251,59
91.16.03	FREGUESIAS	106 238,38	177 151,91	66,75%	70 913,53
<b>91.17</b>	<b>COOPERAÇÃO</b>	<b>74 750,33</b>	<b>111 285,11</b>	<b>48,88%</b>	<b>36 534,78</b>
91.17.04	CONTRAPARTIDA NACIONAL DE PROJETOS CIMAC	74 750,33	111 285,11	48,88%	36 534,78
<b>91.02</b>	<b>CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPAIS</b>		<b>3 424,98</b>		<b>3 424,98</b>
	<b>TOTAL</b>	<b>1 897 797,99</b>	<b>2 623 333,03</b>	<b>38,23%</b>	<b>725 535,04</b>

Para efeitos de complemento à informação anterior importa ainda atender que as GOP, embora respeitem à execução orçamental (e não aos gastos propriamente ditos) são um importante indicador a levar em linha de conta neste aspeto, uma vez que nos indicam a execução por funções.

Assim, no mapa seguinte, apresenta-se a execução das GOP, por funções, nos anos de 2020 e 2021, de forma a ser possível espelhar uma comparação racional entre ambos os períodos.

A execução por funções, nas GOP, em 2021 cifrou-se em cerca de 8,7 milhões de euros, distribuídos pelas quatro funções existentes em termos de classificação funcional. A variação comparativamente ao período homólogo é de um aumento de cerca de 700.000 EUR (+9%).

As funções gerais foram, em ambos os anos, aquelas que apresentaram maior despesa, com execução, em 2021, superior a 4,2 milhões de euros, assumindo inclusive um aumento de cerca de 8% face a 2020.

As funções sociais foram, tal com as gerais, as segundas com maior importância na execução em montante, no período, apresentando em 2021, uma execução próxima de 2,9 milhões de euros, com um incremento, face ao período homólogo, superior a 527.500 EUR (+22%).

As funções económicas apresentaram, no período, a terceira maior execução em montante, cabendo-lhe, em 2021, uma execução superior a 850.000 EUR, pese embora, com um decréscimo, face a 2020, superior a 160.000 EURO (-16%).

As outras funções assumiram a última execução, em valor no período, cabendo-lhe, em 2021, execução superior a 725.000 EUR, com um aumento, face ao período homólogo, de cerca de 4%, conforme mapa seguinte.

Mapa 73 - Execução das GOP por função 2020/2021

FUNÇÃO / OBJETIVO		2020	2021	Δ 2020/2021 %	Δ 2020/2021 €
<b>1.</b>	<b>Funções Gerais</b>	<b>3 900 497,52</b>	<b>4 206 494,43</b>	<b>7,85%</b>	<b>305 996,91</b>
1.1.	Serviços gerais de administração pública	3 775 424,86	3 998 356,12	5,90%	222 931,26
1.1.1.	Administração geral	3 775 424,86	3 998 356,12	5,90%	222 931,26
1.2.	Segurança e ordem públicas	125 072,66	208 138,31	66,41%	83 065,65
1.2.1.	Proteção civil e luta contra incêndios	125 072,66	208 138,31	66,41%	83 065,65
<b>2.</b>	<b>Funções Sociais</b>	<b>2 368 619,16</b>	<b>2 896 258,39</b>	<b>22,28%</b>	<b>527 639,23</b>
2.1.	Educação	597 301,63	619 658,79	3,74%	22 357,16
2.1.1.	Ensino não superior	433 808,74	460 020,37	6,04%	26 211,63
2.1.2.	Serviços auxiliares de ensino	163 492,89	159 638,42	-2,36%	-3 854,47
2.2.	Saúde	15 331,73		-100,00%	-15 331,73
2.2.1.	Serviços individuais de saúde	15 331,73		-100,00%	-15 331,73
2.3.	Segurança e Ação Social	303 584,09	394 729,51	30,02%	91 145,42
2.3.2.	Ação social	303 584,09	394 729,51	30,02%	91 145,42
2.4.	Habituação e serviços coletivos	911 087,88	1 301 487,13	42,85%	390 399,25
2.4.2.	Ordenamento do território	24 544,97	41 116,70	67,52%	16 571,73
2.4.3.	Saneamento	175 039,85	236 035,95	34,85%	60 996,10
2.4.4.	Abastecimento de água	549 398,64	646 334,25	17,64%	96 935,61
2.4.5.	Resíduos sólidos	162 104,42	210 821,57	30,05%	48 717,15
2.4.6.	Proteção Meio Ambiente e Cons. da Natureza		167 178,66		167 178,66
2.5.	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	541 313,83	580 382,96	7,22%	39 069,13
2.5.1.	Cultura	37 210,25	49 686,89	33,53%	12 476,64
2.5.2.	Desporto, recreio e lazer	266 431,88	371 319,77	39,37%	104 887,89
2.5.3.	Outras serviços culturais	237 671,70	159 376,30	-32,94%	-78 295,40
<b>3.</b>	<b>Funções Económicas</b>	<b>1 011 805,79</b>	<b>850 977,70</b>	<b>-15,90%</b>	<b>-160 828,09</b>
3.1.	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	79 776,68	72 436,95	-9,20%	-7 339,73
3.2.	Indústria e energia	485 862,80	195 443,60	-59,77%	-290 419,20
3.3.	Transportes e comunicações	270 517,92	335 492,25	24,02%	64 974,33
3.3.1.	Transportes rodoviários	270 517,92	335 492,25	24,02%	64 974,33
3.4.	Comércio e turismo	175 648,39	247 604,90	40,97%	71 956,51
3.4.1.	Mercados e feiras	4 230,14	4 643,46	9,77%	413,32
3.4.2.	Turismo	171 418,25	242 961,44	41,74%	71 543,19
3.5.	Outras funções económicas				
<b>4.</b>	<b>Outras Funções</b>	<b>698 958,26</b>	<b>725 955,50</b>	<b>3,86%</b>	<b>26 997,24</b>
4.1.	Operações da dívida autárquica	532 656,56	525 536,19	-1,34%	-7 120,37
4.2.	Transferências entre administrações	155 274,45	197 559,31	27,23%	42 284,86
4.3.	Diversas não especificadas	11 027,25	2 860,00	-74,06%	-8 167,25
<b>TOTAL</b>		<b>7 979 880,73</b>	<b>8 679 686,02</b>	<b>8,77%</b>	<b>699 805,29</b>

## VIII. FACTOS OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas demonstrações financeiras. Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Importa, todavia, mencionar que a doença COVID 19 ainda perdura e que a perturbação no comércio internacional decorrente da situação de conflito armado entre a Rússia e a Ucrânia, cujos preços de matérias como o petróleo, gás natural, metais e produtos alimentares já sofreram em alta, provocando a subida de forma significativa nos preços dos combustíveis e das matérias-primas, cujos efeitos irão impactar no rendimento das famílias, gerando incertezas futuras.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

## IX. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propõe-se que o resultado líquido do período de 2021, no montante de **-761 300,95 EUR**, seja transferido para a conta “561 - Resultados Transitados - períodos anteriores”, nos termos previstos no Anexo às Notas de Enquadramento ao Plano de Contas Multidimensional, aprovado pela Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho.